



Anistia. Memória e Justiça

Cecília Coimbra

As marcas indeléveis da tortura

Castor Ruiz

Esquecer a violência: uma segunda injustiça às vítimas

José De La Fuente

Pinochet e a herança grotesca da ditadura

E mais:

>> **Elena Battaglini**

A política na condução do desenvolvimento sustentável

>> **Paul Freston**

Protestantismo e catolicismo na América Latina: desafios da democracia e do pluralismo religioso

Anistia. Memória e Justiça

Países como Argentina, África do Sul, Chile e Espanha, entre outros, têm, no que se refere à anistia, à memória e à justiça dos crimes cometidos durante os regimes ditatoriais que assolaram seus povos, uma experiência diferente da nossa, no Brasil. Mais de 40 anos depois do golpe militar de 1964, ainda não conseguimos desatar este nó. A presente edição da revista **IHU On-Line** volta a debater o tema neste início do governo da presidenta **Dilma Rousseff**.

Para o presidente da Comissão Nacional de Anistia e secretário nacional do Ministério da Justiça, **Paulo Abrão**, o Brasil tem o maior programa de reparações já empreendido desde o final da II Guerra. Mesmo assim, o tabu em torno de temas como a tortura é uma realidade. Na opinião do filósofo espanhol **Castor Ruiz**, professor e pesquisador da Unisinos, um Estado que compactua com o esquecimento da violência cometida por seus funcionários, instituições e estruturas permite a reprodução da barbárie como normalidade política, além de transmitir sensação de impunidade. O também espanhol **Reyes Mate**, filósofo, acentua que a ditadura franquista foi tão longa que, quando terminou, as pessoas haviam se esquecido da crueldade inicial. As universidades de seu país foram submetidas a “tomismo-leninismo”.

Para a presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, **Cecília Coimbra**, ex-presença política torturada no DOI-CODI, a coisificação do ser humano, que vira apenas um outro perigoso, dá uma pálida noção do que significa a tortura. A produção de subjetividades criminosas e a criminalização da pobreza esteiam essa prática inadmissível.

O **Parque da Memória**, um monumento para não esquecer o terrorismo de Estado, em Buenos Aires, é o tema debatido pela presidente da instituição, **Nora Hochbaum**. Manter viva a história de homens e mulheres que morreram vítimas da ditadura argentina é a grande luta que empreendem.

O professor chileno **José De La Fuente** fala sobre a herança grotesca da ditadura de Pinochet, julgado como ladrão antes de sua morte. Ele menciona, ainda, a estreita colaboração entre os países latino-americanos na Operação Condor, trocando *know-how* de tortura.

O filósofo **Edson Teles**, o mais jovem preso político brasileiro da ditadura militar, afirma que a apuração da verdade é o grande medo das instituições militares, que temem pelos erros cometidos no passado. Na análise do advogado **José Carlos Moreira Filho**, professor e pesquisador da PUCRS, anistia não significa esquecimento ou amnésia. Prevendo seu fim, a ditadura brasileira criou o expediente da anistia, aplicada de forma vaga.

Uma entrevista com o advogado **Jair Krischke** completa a presente edição, examinando a lei da anistia e o esquecimento da barbárie da ditadura. “A verdade completa sobre o terrorismo de Estado brasileiro precisa vir à tona”.

Os avanços tecnológicos e os desafios da educação são o tema do artigo da professora e coordenadora pedagógica da Modalidade EJA no Município de Dois Irmãos, RS, **Nadia Helena Schneider**.

A socióloga italiana **Elena Battaglini**, professora da Universidade de Roma La Sapienza e da Faculdade de Arquitetura de Roma Tre, na entrevista publicada nesta edição fala sobre a política na condução do desenvolvimento sustentável.

A narrativa da história de vida do historiador **Claudio Pereira Elmir**, completa esta edição.

Na próxima semana a revista **IHU On-Line** não será publicada. Ela volta a circular, normalmente, no dia 02 de maio de 2011, segunda-feira.

A todas e todos uma boa leitura, uma excelente semana e uma Feliz Páscoa!

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graziela@unisinos.br). Redação: Anelise Zanoni MTB 9816 (aneliseza@unisinos.br), Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br), Rafaela Kley e Stefanie Telles. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | **Cecília Coimbra:** As marcas indelévels da tortura

PÁGINA 10 | **Castor Ruiz:** Esquecer a violência: uma segunda injustiça às vítimas

PÁGINA 16 | **Edson Teles:** A apuração da verdade: grande medo das instituições militares

PÁGINA 19 | **Jair Krischke:** A lei da anistia e o esquecimento da barbárie da ditadura

PÁGINA 22 | **José Carlos Moreira Filho:** A anistia não é esquecimento ou amnésia

PÁGINA 27 | **José De La Fuente:** Pinochet e a herança grotesca da ditadura

PÁGINA 34 | **Nora Hochbaum:** Parque da Memória, um monumento para não esquecer o terrorismo de Estado

PÁGINA 38 | **Paulo Abrão:** A ditadura e a cultura do medo

PÁGINA 40 | **Reyes Mate:** Justiça, o dever da memória

B. Destaques da semana

» Teologia Pública

PÁGINA 43 | **Paul Freston:** Protestantismo e catolicismo na América Latina: desafios da democracia e do pluralismo religioso

» Entrevista da Semana

PÁGINA 46 | **Elena Battaglini:** A política na condução do desenvolvimento sustentável

» Coluna do Cepos

PÁGINA 48 | **Nadia Helena Schneider:** Avanços tecnológicos e os desafios da educação

» Destaques On-Line

PÁGINA 50 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

» IHU Repórter

PÁGINA 54 | **Cláudio Pereira Elmir**



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

As marcas indelévels da tortura

Coisificação do ser humano, que vira apenas um outro perigoso, dá uma pálida noção do que significa a tortura, afirma Cecília Coimbra, ex-presa política. Produção de subjetividades criminosas e criminalização da pobreza esteiam essa prática inadmissível

POR MÁRCIA JUNGES

“Nós, que passamos pela tortura, podemos afirmar que ela é algo indizível. Ela desumaniza, vê o outro como objeto, como seu inimigo”. Contundentes, verdadeiras, essas palavras foram ditas por Cecília Coimbra, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais (www.torturanuncamais-rj.org.br), do Rio de Janeiro, na entrevista que concedeu por telefone à IHU On-Line. Presa política de agosto a novembro de 1970, ficou dois dias no DOPS e o restante do tempo no DOI-CODI. Foi torturada, e garante que as marcas são inapagáveis, pois permanecem na alma de quem passou por esse horror. Contudo, é preciso saber o que fazer com essas marcas: “Elas devem ser instrumentos de luta. Elas mostram como é você ser olhada pelo outro como se fosse um simples objeto perigoso”.

A exportação de *know-how* de tortura *made in Brazil* para outros países latino-americanos e a violência de Estado que continua a aterrorizar a população também foram abordados na conversa com a IHU On-Line. Ela enfatiza que a sociedade brasileira deveria indignar-se quando acontece tortura e violência não apenas junto à classe média ou alta, mas também junto às classes mais pobres: “Em nome da história, temos que pensar o presente criticamente”.

As conquistas do Grupo Tortura Nunca Mais são outro tema que suscita reflexões.

Militante do Partido Comunista, Cecília Coimbra era estudante do curso de História. A seguir, já professora, aproximou-se do Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR8 e iniciou a graduação em Psicologia. É professora aposentada, porém mantendo vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF. Interessada no nexo que une a psicologia à ditadura, afirma que não se trata de acaso o fato desta ciência e da psicanálise terem se desenvolvido tanto em nosso país no período autoritário. Ex-integrante do Conselho Regional de Psicologia, foi presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. À frente do Grupo Tortura Nunca Mais, trava batalha incessante em nome da verdade e da memória de um período sombrio de nossa história. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a importância de se resgatar a memória histórica do período da ditadura brasileira?

Cecília Coimbra - No Brasil há uma tendência em se desqualificar a memória, de não ligar para fatos históricos e documentos, de um modo geral, que não são levados a sério ou em consideração pelos diferentes governos. Isso se dá, sobretudo, em relação ao período da ditadura civil militar que se abateu em nosso país, em especial a partir de 1968, com o AI-5, quando se instala o terrorismo de Estado e a tortura passa a ser instrumento oficial. As memórias desse período

são fundamentais de serem trazidas e resgatadas para a sociedade, de serem afirmadas pelas diferentes pessoas que foram atores e testemunhas desse período. Essa é a luta do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, que existe há 26 anos, surgido logo após o período da ditadura civil militar, porque as questões referentes a esse período estavam sendo jogadas para baixo do tapete. Assim, o Grupo surge num momento em que havia um clamor na sociedade brasileira para que pudéssemos conhecer nossa história, algo que foi e continua sendo negado.

Aqui existe toda uma lógica de produção de esquecimento e silenciamento, bem diferente do que aconteceu e que vem ocorrendo nos países latino-americanos que passaram por situações políticas semelhantes. A questão da memória é fundamental principalmente para as novas gerações. Sou professora universitária e sei como as novas gerações ignoram esses fatos. É como se houvesse uma lacuna nesse período histórico da ditadura.

Há alguns dias recebi um e-mail de uma ex-aluna, psicóloga, que está trabalhando no Centro de Direitos Humana-

nos de Petrópolis, onde estão fazendo um levantamento e uma campanha muito bonita para que a chamada Casa da Morte (aparelho clandestino da repressão que funcionou em Petrópolis numa casa alugada pelo Centro de Informações do Exército) seja transformada em museu da memória. Isso emocionou-me muito, pois as novas gerações já estão se apropriando da história. Por isso, repito que a questão da memória é fundamental, para que conheçamos mais sobre nosso passado.

IHU On-Line - Por que inúmeros outros países da América Latina já resolveram suas contas com o passado autoritário e nós ainda engatinhamos nesse processo? Por que há tanta dificuldade do Brasil lidar com seu passado ditatorial?

Cecília Coimbra - Realmente, o Brasil ainda está engatinhando nessa questão. Somos o último país na América Latina a efetivar um processo de reparação. Nos anos 1970 fomos campeões na exportação do *know-how* de tortura para as ditaduras latino-americanas. Exportamos manuais de tortura e torturadores. Temos informações de que no Chile, Argentina e Uruguai havia torturadores brasileiros participando de interrogatórios. O Brasil, que foi o campeão de exportação de tortura nos anos 1970, hoje é uma das nações mais atrasadas do continente. Isso porque o processo de reparação, como a própria ONU diz, é um processo no qual primeiramente se investigam e esclarecem as circunstâncias das mortes, desaparecimentos e das prisões arbitrárias cometidas naquele período. O Brasil é o último, nesse sentido. Isso porque começamos pelo final do processo de reparação. É como se fosse um “cala a boca”.

Vontade política

Desde 1995, com Fernando Henrique Cardoso, foi instalada uma Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e, muito timidamente, vai-se tentando esclarecer algumas questões relativas a esse assunto. Por que isso? Por muitos fatores. Temos uma história muito diferente dos demais países da América Latina, de coloniza-

“Durante algum tempo, enquanto estive presa, acreditei que meu filho havia sido entregue ao juizado de menores. Era o que me diziam”

ção espanhola. Vemos a participação da população da Argentina de forma ativa na questão dos mortos e desaparecidos políticos. O Brasil caminha timidamente nessa direção. A sociedade brasileira não sabe, em absoluto, dos arbítrios e das perversidades que foram cometidos durante aquele período. Isso é desconhecido pela maioria da população. É uma série de forças que entram em jogo nessa questão.

Na Argentina, com o governo de Alfonsín¹, houve uma ruptura com o conservadorismo anterior. No Brasil não houve essa ruptura. O que houve, aqui, foi uma política de continuidade, tanto que a anistia vem em pleno período de ditadura. A anistia foi imposta. Nós perdemos no Congresso Nacional por cinco votos. Em 1978-79, exigíamos, junto dos movimentos sociais, uma anistia ampla, geral e irrestrita. Ela não veio assim. A anistia que foi vencedora no Congresso nacional foi a anistia que vinha do governo militar, extremamente reduzida, fruto de alianças que continuam hoje. Os governos civis de 1985 para cá fizeram parcerias e alianças com as forças conservadoras e até reacionárias que respaldaram o período de terrorismo de estado. Por isso, até hoje não há vontade política efetiva dos governos para que essa história possa ser contada efetivamente. Boa parte de nossos arquivos foi queimada, mas ainda resta outra parte. Isso é dito pela imprensa. Alguns militares, como Sebastião Curió, um dos repressores da guerrilha do Araguaia, e o falecido general Bandeira, têm arquivos ditos pessoais. Quero dizer claramente que

esses arquivos não são pessoais coisíssima alguma. Esses arquivos são roubados da nação. Isso é crime e o governo federal sabe disso em suas diferentes gestões.

IHU On-Line - Qual é a expectativa sobre esse tema a partir do governo Dilma?

Cecília Coimbra - Como ex-presa política que fui, e com todo respeito pela história da Dilma e de outros companheiros, digo que a tortura, a prisão e o testemunho de sofrimento de vários companheiros e da morte de outros são marcas que estão nos nossos corpos, invisibilizadas, muitas vezes. Aqueles que conseguiram sobreviver, como nós, sabem que essas marcas não se apagam nunca. Espero que essas marcas que estão no corpo e na mente da presidenta possam ter um eco mais forte do que as alianças políticas que estão sendo feitas.

IHU On-Line - Quais são as semelhanças entre as ditaduras do Brasil e do restante da América? Nessa lógica, como a Operação Condor serviu de padronização aos atos desses totalitarismos?

Cecília Coimbra - As diferenças entre as ditaduras latino-americanas são várias. No Brasil sempre houve uma propaganda intensa com relação aos direitos humanos. Nos anos 1940 e 1950 tratava-se de um anticomunismo ferrenho. Hoje, vemos os meios de comunicação de massa fazerem uma espécie de continuidade a essa posição. Precisamos pensar em não naturalizar o que está acontecendo hoje com relação à violência urbana e rural. Rotula-se para que se criminalizem e desqualifiquem os diferentes movimentos sociais. Antes éramos chamados de terroristas, de inimigos da pátria, aqueles que colocavam em risco a segurança nacional. Hoje, o alvo é a pobreza, que cada vez mais, sobretudo em função desse período autoritário, é apontada como perigosa. O Brasil promove uma forte desqualificação e criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Isso ocorre também no restante da América Latina. É a chamada formação das “classes perigosas”, daqueles que põem em risco

¹ Raúl Ricardo Alfonsín: foi um advogado e político argentino, presidiu o país de 1983 a 1989. Foi uma das figuras mais importantes da história de seu partido, a União Cívica Radical. Faleceu em 2009. (Nota da IHU On-Line)

nossa segurança, algo que tem muito a ver com a doutrina de segurança nacional, instaurada em toda a América Latina naquele período.

Atualmente, vemos os mesmos dispositivos que foram aplicados pela ditadura sendo aplicados à pobreza. Temos que chamar a atenção para isso. Os pobres são criminalizados como se todos fossem traficantes e bandidos. Como se toda favela fosse reduto de assassinos. Essas políticas são planetárias, fascistas e mais do que conservadoras, discriminatórias. O pior é que a população aplaude. Produz-se algo muito parecido com o que se produziu naquele período em termos de propaganda oficial. Em nome da minha segurança, devo vigiar o outro e, se possível, prendê-lo e eliminá-lo, pois ele é um perigo para a minha segurança. Isso é doutrina de segurança nacional.

Operação Condor

A Operação Condor² não se forma de uma hora para a outra. Em 1969, tinha um amigo preso no Uruguai, trazido clandestinamente ao Brasil e trocado por tupamaros que estavam presos, também clandestinos, em Porto Alegre. Essa ligação dos serviços de informação começa a ser feita bem antes de alguns golpes militares serem dados, como é o caso do Chile. Havia essa cooperação, efetivamente. Mais tarde, registra-se o sequestro de Universindo Dias e Lilian Celiberti³. Vai se formando, aos poucos, uma colaboração entre os serviços de informação, sobretudo no Cone Sul, para a troca não apenas de prisioneiros, mas de informações. Isso veio dar na chamada Operação Condor. Após o golpe do Chile, esse tipo de “irmandade” se intensifica, torna-se mais técnica, científica. O Brasil participou disso. Diz-se que pouco participamos da Operação Condor. Em absoluto! Temos vários brasileiros desaparecidos “graças” à Operação Condor.

2 Leia mais na entrevista especial com Neusa Maria Romanzini Pires, publicada no dia 28-05-2007 em Notícias do Dia. Disponível em <http://bit.ly/fGZVla>

3 Universindo Dias e Lilian Celiberti: casal de militantes da oposição uruguaia. (Nota da IHU On-Line)

“Só quando nos sentimos objeto na mão do outro é que podemos nos acercar da dimensão terrível da tortura”

IHU On-Line - Sob quais aspectos a tortura é uma desumanização do humano por parte do algoz e da vítima?

Cecília Coimbra - Nós, que passamos pela tortura, podemos afirmar que ela é algo indizível. A luta contra a tortura está acima de qualquer pendência política, de qualquer partido político. A tortura desumaniza, vê o outro como objeto, como seu inimigo. A questão da doutrina de segurança nacional, que é a produção do inimigo interno, cria uma paranoia na sociedade, em que uma insegurança e um terror são implantados. Aquele que está ao seu lado pode ser seu inimigo. Isso hoje é produzidíssimo e muito aceito pela sociedade em geral. As novelas apontam isso reiteradamente através da figura do psicopata. Estamos vivendo num mundo em que não se pode confiar em ninguém, onde a paranoia grassa. Isso tem muito a ver com os dispositivos produzidos pela ditadura civil militar no Brasil, embora esse seja um fenômeno planetário hoje. Estou falando na produção da insegurança, do medo, do terror.

Lembro de uma frase da Marilena Chauí⁴ que me impactou sobremaneira. Ela disse que a tortura é como se fosse um teatro: você pensa que isso não está acontecendo com você, é um pesadelo. A violência é tamanha que não há como explicar. Por mais que se leia o que ela é, como eu havia feito antes da minha prisão, não se tem noção do que ela significa antes de vivenciar essa experiência. Só quando nos sentimos objeto na mão do outro é que podemos nos acercar da dimensão terrível da tortura. E digo que isso a pobreza vem sentindo na carne constantemente. E

40 Marilena Chauí: filósofa brasileira reconhecida pela sua ativa participação no contexto do pensamento e política brasileira. (Nota IHU On-Line)

fingimos que não vemos.

Torturar é um treinamento. E isso ainda vem acontecendo nas Forças Armadas, nas Polícias Militares, nos Bopes “da vida”, no Rio de Janeiro. Lembro desse comportamento dos torturadores do DOI-CODI onde estive presa, na Polícia do Exército. Há todo um treinamento no qual você é levado para ver o outro não como um ser humano, mas como uma coisa perigosa que deve ser exterminada. Em psicologia, falamos em produção de subjetividade. Produzem-se sujeitos perigosos, descartáveis e não humanos. Toda pessoa que já tenha sido presa e torturada em sua vida sabe disso. Essas marcas não se apagam nunca. Devemos saber o que fazer com essas marcas. Não podemos encarnar o papel de vítimas, mas usar essas marcas como instrumentos de luta. Elas mostram como é você ser olhada pelo outro como se fosse um simples objeto, perigoso. Então, é uma desumanidade de quem aplica e de quem sofre.

IHU On-Line - A tortura é um produto da barbárie ou da hiper-racionalização do humano?

Cecília Coimbra - Não acredito na noção do instinto. Sou crítica a uma determinada leitura hegemônica da psicanálise. Trabalho com autores da filosofia da diferença, como Deleuze⁶, Guattari⁷ e Foucault⁸, que falam

50 Batalhão de Operações Especiais (Bope), do Rio de Janeiro. (Nota IHU On-Line)

6 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da IHU On-Line)

7 Pierre-Félix Guattari (1930-1992): filósofo e militante revolucionário francês. Colaborou durante muitos anos com Gilles Deleuze, escrevendo com este, entre outros, os livros *Anti-Édipo*, *Capitalismo e Esquizofrenia* e *O que é Filosofia?*. Félix Guattari, dotado de um estilo literário incomparável, é, de longe, um dos maiores inventores conceituais do final do século XX. Esquizoanálise, transversalidade, ecosofia, caosmose, entre outros, são alguns dos conceitos criados e desenvolvidos pelo autor. (Nota da IHU On-Line)

8 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura*

da produção de sujeitos, de como eles são criados, seus modos de pensar, sentir e agir no mundo de forma extremamente conservadora. É o que vemos cada vez mais na grande mídia hegemônica.

A pessoa que participa da tortura é treinada a tal ponto que, efetivamente, acredite que está agindo para o bem estar do país. Os treinamentos são para isso. As pessoas são coisas, as mulheres são todas prostitutas, vagabundas. É o mesmo conceito que se aplica às mulheres de homens que estão aprisionados. O pobre é considerado bandido e perigoso, e sua família é considerada desestruturada. Nós, presos políticos, éramos vistos assim. A primeira coisa que faziam com as mulheres quando presas era despi-las, a fim de produzir cada vez mais a sua fragilização. Durante algum tempo, enquanto estive presa, acreditei que meu filho havia sido entregue ao juizado de menores. Era o que me diziam. A tortura vai sendo produzida no sentido não só de deixá-lo nas mãos dos outros, mas de acreditar em fatos inventados. Frei Titto⁹, frade dominicano, que se suicidou por não suportar a tortura,

ra até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Em duas edições a *IHU On-Line* dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS> e a edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à *IHU On-Line* 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyAH>. Confira a edição 343 da *IHU On-Line*, intitulada O (des)governo biopolítico da vida humana, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9l>, e a edição 344, intitulada Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <http://bit.ly/9SQcgl>. (Nota da *IHU On-Line*)

9 **Frei Titto**: frade católico brasileiro, nasceu em Fortaleza. Assumiu a direção da *Juventude Estudantil Católica* em 1963 e foi preso por participar de um congresso clandestino da *União Nacional dos Estudantes* em Ibiúna. Foi fichado pela polícia e tornou-se alvo de perseguição da repressão militar. (Nota da *IHU On-Line*)

“A sociedade brasileira não sabe, em absoluto, dos arbítrios e das perversidades que foram cometidos durante aquele período. Isso é desconhecido pela maioria da população”

enlouqueceu. É muito difícil dizer por que alguém se desestruturou e outro superou a tortura. Até hoje há pessoas na esquerda que recriminam quem falou na tortura, quem revelou coisas durante as sessões. Esses companheiros foram rotulados como traidores, que colaboraram com a repressão. Dizer isso é de uma perversidade absurda. Isso é absolver os torturadores.

IHU On-Line - Que resquícios de violência ditatorial (incluindo a tortura) permanecem em instituições reconhecidas como a polícia e em instituições ilegais, como os grupos de extermínio?

Cecília Coimbra - Quando fazemos análise do que é o Brasil hoje, com suas “políticas de insegurança pública”, não podemos ignorar o período de ditadura civil militar. Enquanto essa história não for conhecida e essas memórias não forem narradas para toda sociedade em termos de sua publicização, continuaremos a naturalizar a violência que atualmente existe. É comum dizer que violência vem do tráfico, mas a origem é bem anterior e estrutural. Ela está presente na sociedade capitalista através dos agentes do Estado. É o Estado aquele que mais viola direitos humanos. São seus agentes os que mais violam as constituições. Essa herança nefasta do período da ditadura militar e do Estado Novo foi pouco falada e avaliada. Falar sobre esses períodos é poder pensar criticamente a respeito do que aconteceu. Esses passados estão muito presentes. Quais políticas são essas que são im-

plementadas e as quais aplaudimos? O filósofo italiano Giorgio Agamben¹⁰ fala que vivemos um estado de exceção. Os campos de concentração estão aí. As polícias ditas comunitárias não têm nada de comunitárias.

Pensar o período da ditadura militar, quando muitos filhos da classe média, como foi meu caso e o da Dilma, foram atingidos, é importante. Mas não podemos ficar indignados apenas quando a tortura e o extermínio atingem determinados segmentos sociais. Quando atinge segmentos médios e altos, a sociedade fica indignada, grita, sai às ruas. Mas quando a violência atinge segmentos pauperizados e marginalizados, achamos isso natural. Em nome da história, temos que pensar o presente criticamente.

IHU On-Line - Poderia citar algumas das conquistas do Grupo em relação aos torturadores da ditadura?

Cecília Coimbra - O Grupo Tortura Nunca Mais surgiu pontualmente a partir da questão de torturadores ocupando cargos de confiança num governo popular e dito democrático, que era o governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Quando se descobriu que havia torturadores ocupando postos de confiança naquele

10 **Giorgio Agamben (1942)**: filósofo italiano. É professor da Faculdade de Design e arte della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do Collège International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista “Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben”, com o filósofo Jasson da Silva Martins. A edição 236 da *IHU On-Line*, de 17-09-2007, publicou a entrevista “Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito”, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. A edição 81 da *IHU On-Line*, de 27-10-2003, teve como tema de capa O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna. Para conferir o material, acesse www.unisinos.br/ihu. (Nota da *IHU On-Line*)

governo, espontaneamente alguns presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos começaram a se reunir. É quando surge o Tortura Nunca Mais. Conseguimos ser ouvidos pelo governo, coletamos depoimentos através de uma Comissão de Defesa de Direitos Humanos, Segurança Pública e Cidadania. Iniciamos o afastamento desses colaboradores com a tortura dos cargos públicos que ocupavam. Essa foi nossa primeira grande vitória, inclusive antes da criação oficial do Grupo, que se deu em novembro de 1985. O nome do Grupo foi inspirado na Comissão Sábado da Argentina, do governo Alfonsín, e que investigava os crimes cometidos na ditadura daquele país.

Fizemos inúmeras campanhas no sentido de impedir que homenagens fossem feitas a ex-torturadores. Conseguimos que ruas, creches e escolas aqui no Rio de Janeiro recebessem nomes dos opositores mortos e desaparecidos durante a ditadura. Isso é algo inédito a nível mundial e criou jurisprudência.

Máquina mortífera

Abrimos processo no Rio e São Paulo contra médicos legistas. Solicitamos aos Conselhos de Medicina desses estados que investigassem médicos que, segundo

nossa denúncia, teriam dado laudos falsos sobre os opositores mortos sob tortura. À época militar era comum dar três versões oficiais para as mortes: tiroteio, atropelamento e suicídio. Conseguimos fotos de perícia que mostravam marcas de tortura e o teatrinho do “morto em tiroteio” ou atropelamento. Alguns desses médicos foram cassados.

A tortura é uma grande máquina que, azeitada por diferentes práticas profissionais, vai se consolidando. Não são só a Polícia, o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica os responsáveis por tais práticas. Até o Corpo de Bombeiros teve envolvimento na repressão. Psicólogos, psiquiatras, advogados faziam parte da máquina mortífera. Esse era o fim de linha, aqueles que legalizavam a tortura. Alguns médicos que solicitamos investigar foram cassados pelo próprio Conselho Federal de Medicina.

Escola de tortura

Não se trata apenas de uma questão de punição, mas da escola que essas pessoas fazem na sociedade. Esses profissionais formaram outros que hoje estão em atuação. Atualmente, quando um detento é torturado, alguns profissionais chegam a dizer que não se trata de tortura, mas de sarna. Isso é legitimar a tortura. Não é pre-

ciso colocar as mãos diretamente para estar envolvido na tortura. A responsabilidade vem desde a presidência da República, passando pelos diferentes agentes do Estado e esses profissionais, que com suas práticas estão respaldando essa máquina mortífera.

BAÚ DA IHU ON-LINE

A IHU On-Line já produziu outras edições sobre os temas abordados nesta publicação. O material está disponível na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

- América Latina: um giro à esquerda? Edição número 176, de 17-04-2006. Disponível em <http://bit.ly/hTyYlp>
- Intérpretes do Brasil: A redescoberta do Brasil como problema. Edição número 165, de 21-11-2005. Disponível em <http://migre.me/pHNe>
- 1985-2005. A Nova República. 20 anos depois. Edição 132, de 14-3-2005. Disponível em <http://migre.me/pHQ4>
- Leonel de Moura Brizola - 1922-2004. Edição número 107, de 28-06-2004. Disponível em <http://bit.ly/f1fwfm>
- O regime militar: a economia, a igreja, a imprensa e o imaginário. Edição número 96, de 12-04-2004. Disponível em <http://bit.ly/ijMw6b>
- Hora de passar o Brasil a limpo. Edição número 95, de 05-04-2004. Disponível em <http://bit.ly/cpkXIN>
- O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna. Edição número 81, de 27-10-2003. Disponível em <http://bit.ly/ch3OMb>
- O mal, a vingança, a memória e o perdão. Edição número 323, de 29-03-2010. Disponível em <http://bit.ly/g9dsF3>

21 de maio

Escola de Formação Fé, Política e Trabalho 2011

Da alienação à conscientização para uma prática transformadora da realidade.

Assessoria: Prof. Dr. Pedrinho Guareschi - PUC/RS

www.ihu.unisinos.br

Esquecer a violência: uma segunda injustiça às vítimas

Estado que compactua com o esquecimento da violência cometida por seus funcionários, instituições e estruturas permite a reprodução da barbárie como normalidade política, além de transmitir sensação de impunidade, pondera o filósofo Castor Ruiz

POR MÁRCIA JUNGES

Um país que ainda não fez a memória de sua violência, “não julgou a nenhum responsável por tortura, morte nem desaparecimento político durante a ditadura militar. A mensagem que com isso se transmite é a de impunidade”. A análise refere-se ao Brasil e parte do filósofo espanhol, radicado no Brasil, Castor Ruiz, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. A respeito da anistia que aqui se fez, menciona que o expediente foi celebrado tanto por exilados políticos, por permitir sua volta e iniciar a transição democrática, quanto pelos agentes da ditadura como verdadeiro trunfo, uma vez que, com uma só cartada, permitia a “impunidade do passado e a transição ‘regrada’ para um regime que não lhes pediria contas de seus atos passados”. Nesse sentido evidencia-se a importância da memória: “A justiça não se faz pelo esquecimento, mas pela memória”, e esquecer a violência é cometer uma segunda injustiça com as vítimas “condenando-as ao desaparecimento definitivo da história”.

Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos, Castor Ruiz é graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006); *Propiedad o alteridad, un dilema de los derechos humanos* (Bilbao: Universidad de Deusto, 2006); *Os Labirintos do Poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *Os Paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003). Leia, ainda, o livro eletrônico do XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana, no qual Castor contribui com o artigo *A exceção jurídica na biopolítica moderna*, disponível em <http://bit.ly/a88wnF>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - No Brasil estamos vivendo uma transição inacabada em muitos aspectos entre a pós-ditadura militar e a sociedade democrática. Como podemos pensar a transição de um regime de exceção para um estado de direito?

Castor Ruiz - Todas as experiências de estados de exceção deixam um lastro de destruição humana. O desafio das sociedades na pós-ditadura é superar as marcas da violência. Definitivamente, a violência é inerente ao autoritarismo. Contudo é mais fácil superar o autoritarismo (enquanto sistema político) que as sequelas da sua violência. Ainda que se confundam habitualmente estas duas

realidades, regime autoritário e violência, é conveniente distingui-las porque a superação de cada uma tem dinâmicas diferentes. É muito mais fácil fazer a transição de um regime autoritário para outro democrático, do que a recuperação dos efeitos humanos e sociais da sua violência. A violência produz inexoravelmente vítimas, cujas vidas se encontram irremediavelmente truncadas pela barbárie. Mas também produz vitimários, responsáveis por essa barbárie e que continuam agindo nas instituições sociais. Como recuperar a dignidade das vítimas? Como fazer justiça às vítimas (restaurando o mal sofrido) e aos vitimários (responsabilizando-os pelo mal

feito)? É nesta intersecção que, desde a segunda metade do século XX, vem-se elaborando a chamada “justiça de transição”.

A transição de um regime de exceção para um estado de direito se realizou no Brasil e no caso na Espanha com acordos políticos. Contudo, o problema dos acordos políticos é que, em nome da estabilidade do Estado, sacrifica-se, muitas vezes, a dignidade das vítimas e se ignora a responsabilidade dos vitimários. Embora a transição do estado de exceção para estado de direito possa se fazer mediante um acordo de esquecimento. As sequelas da violência não podem se apagar pelos acordos.

Violência como normalidade política

Na transição pactuada a violência cometida persiste como continuidade viva e dolorosa na vida das vítimas, ou na sua ausência. As marcas da violência não se anulam pelos meros acordos políticos. A violência provoca um corte profundo no seio da vida humana por ela atingida e, como consequência, na sociedade que a sofre. A vítima sofre os efeitos mais perversos da violência, mas o vitimário também fica contaminado pela violência; sua condição humana fica degradada pela insensibilidade; torna-se uma permanente ameaça de violência para o conjunto da sociedade. O vitimário, ainda que seja um agente público (ou talvez ainda pior por essa condição), é contaminado pela violência ao ponto de fazer dela um ato e normalidade política. Ninguém está a salvo do embrutecimento ao qual a violência reduz a condição humana do vitimário. Ele, quando não se faz a devida responsabilização social dos seus atos, torna-se uma ameaça potencial.

A violência contamina tudo o que toca: pessoas, valores, instituições, hábitos, leis, etc. Ela tem uma potência contaminante das pessoas, da cultura e das instituições. O estado de exceção é uma forma política de extrema violência que contamina a sociedade, as instituições, os valores e as pessoas que com ele compactuam. A sociedade sob o estado de exceção fica irremediavelmente marcada pela violência ao ponto dos modelos políticos contratualistas de acordos formais tornarem-se insuficientes para apagar as suas marcas.

A violência, por ser a negação da vida humana, é o ato de injustiça por excelência. As marcas da violência, da sua injustiça, permanecem nos corpos dos torturados, das vidas exiladas cujo passado é irrecuperável, dos mortos encontrados, dos desaparecidos, dos filhos que cresceram sem os pais (desaparecidos), dos pais que até hoje amargam a ausência dos filhos (desaparecidos). Como fazer justiça aos que sofreram a violência do estado de exceção?

Esquecimento e justiça

Definitivamente não é o esquecimento que faz justiça às vítimas da violência

“Ninguém está a salvo do embrutecimento ao qual a violência reduz a condição humana do vitimário”

histórica. Não é o esquecimento da injustiça que legitima a justiça de transição. A transição histórica não se conclui com a mudança do regime de governo. Para que essa transição seja completa há que se levar em conta as vítimas da violência. A injustiça por elas sofrida é, em muitos casos, irreparável, mas em todos os casos há responsabilidade (e possibilidade) histórica de suturar as feridas abertas pela violência. Esta sutura, que tornará viável a transição social e não só política, só é possível através de atos de justiça reparadora. Não existem *a priori* formais nem contratuais que possam se aplicar numa justiça de reparação. Cada conjuntura histórica haverá de encontrar o meio mais justo de fazer justiça às vítimas da violência estrutural. Em qualquer caso, e em todos os casos, a condição necessária para que a justiça de transição seja justa é fazer memória das vítimas. A justiça não se faz pelo esquecimento, mas pela memória.

IHU On-Line - Que paralelismos e diferenças haveria entre a transição política da Espanha, após a ditadura de Franco, e a experiência de transição no Brasil?

Castor Ruiz - Os contextos de transição política de Espanha e Brasil têm alguns pontos comuns e diferentes. Na Espanha, ainda quando da morte de Franco os militares mantinham o poder férreo, todas as forças políticas fizeram uns acordos (chamados acordos da Moncloa) que incluíam uma anistia geral, como meio para evitar que os militares perpetuassem o modelo de ditadura franquista. Depois, os acordos da Moncloa serviram de inspiração para o modelo de anistia no Brasil.

Contudo, algumas diferenças são evidentes. Na Espanha, houve uma rejeição geral ao passado de ditadura franquista e seus símbolos. Na medida em que a sociedade espanhola foi-se desvencilhando

do temor a um novo regime autoritário, a rejeição à ditadura foi alastrando por todas as esferas sociais. Todos os símbolos da ditadura foram sumaria e publicamente abolidos. Todas as ruas com nomes de generais ou símbolos da ditadura foram mudadas; quase todos os monumentos que lembravam a vitória do ditador e seu regime foram retirados. Em poucas décadas todas as instituições do Estado, incluído o Exército, democratizaram-se ao ponto de rejeitar quaisquer proximidades com o passado franquista. Nenhum político ou pessoa pública relevante quer ser associado com quaisquer símbolos do franquismo.

O Brasil e os símbolos da ditadura

Entendo que esta, entre outras, é uma matéria pendente da transição política no Brasil. A maioria, por não dizer, a totalidade dos símbolos da ditadura permanecem onde estavam. Muitas das principais ruas, praças, colégios e outros símbolos públicos continuam se denominando Castelo Branco¹, Costa e Silva²,

¹ Humberto de Alencar Castello Branco (1900-1967): ditador militar e político brasileiro, presidente da República designado após o Golpe Militar de 1964. Nomeado chefe do Estado-Maior do Exército por João Goulart em 1963, Castello Branco foi um dos líderes do Golpe de Estado de 31 de março de 1964, que depôs Goulart. Eleito presidente pelo Congresso, assumiu a presidência em 15 de abril de 1964, e ficou no posto até 15 de março de 1967. Durante seu mandato, Castello Branco desmantelou a esquerda do Congresso e aboliu todos os partidos. Foi sucedido pelo seu ministro de Guerra, Marechal Costa e Silva. (Nota da IHU On-Line)

² Artur da Costa e Silva (1899-1969): ditador militar e político brasileiro, o segundo presidente do regime militar instaurado pelo Golpe Militar de 1964. Seu governo iniciou a fase mais dura e brutal do regime de terrorismo de Estado brasileiro, à qual o general Emílio Garrastazu Médici, seu sucessor, deu continuidade. Sob seu governo foi promulgado o AI-5, que lhe deu poderes para fechar o Congresso Nacional, caçar políticos e institucionalizar a repressão e a tortura. (Nota da IHU On-Line)

Médici³, Geisel⁴, Figueiredo⁵. Muitos dos políticos atuais são os mesmos que estavam durante a ditadura: Sarney é o símbolo vivo dessa continuidade não revista. Muitos torturadores continuaram exercendo cargos públicos na transição, hoje aposentados ou falecidos por idade têm em seus filhos dignos representantes políticos e públicos. Inclusive sua memória é exaltada como benfeitores da pátria. O pior é que o dia 1º de abril ainda é oficialmente celebrado na maioria (talvez na totalidade) dos quartéis militares de forma oficial como dia da revolução. Há um setor das forças armadas e da classe política no Brasil que se identifica com o regime de exceção e justifica a ditadura como um mal necessário. Neste caso, esses setores se autocompreendem sempre de prontidão para voltar atuar quando as circunstâncias assim o requerer, segundo a sua opinião.

O melhor antídoto da violência é a memória. Por isso é conveniente lembrar que setores das forças armadas, chamados de legalistas, se opuseram ao estado de exceção; alguns até foram mortos por isso. É o caso do tenente-coronel Alfeu de Alcântara Monteiro⁶, aos efeitos o comandante da base aérea de Canoas, na época. Foi morto o dia 04-04-64 por se negar a bombardear o Palácio Piratini, Porto Alegre, sede da resistência legalista.

IHU On-Line - Quais foram as principais dificuldades encontradas na

3 Emílio Garrastazu Médici (1905-1985): ditador militar e político brasileiro, presidente do Brasil entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Obteve a patente de general. Seu governo foi considerado o mais obscuro e repressivo de toda a história do Brasil independente. (Nota da IHU On-Line)

4 Ernesto Geisel (1908-1996): ditador militar e político brasileiro. Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), indicado pelos militares, tomou posse em 15 de março de 1974, como penúltimo ditador militar depois do golpe de 1964. Buscou em seu governo uma gradual saída do regime militar. Deixou a presidência em 1979, quando assumiu o último ditador do regime autoritário instaurado em 1964. (Nota da IHU On-Line)

5 João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999): político e ditador militar brasileiro, o 30º presidente do Brasil, de 1979 a 1985. (Nota da IHU On-Line)

6 Alfeu de Alcântara Monteiro (1922-1964): militar brasileiro, aviador, coronel da Força Aérea Brasileira, um dos primeiros oficiais legalistas a tomar em defesa da democracia no Brasil, vítima do golpe de estado de 1964. (Nota da IHU On-Line)

“A anistia (...) é um conceito polissêmico e um ato político ambíguo”

transição espanhola e qual o paralelismo que poderia ser feito com as encontradas no Brasil?

Castor Ruiz - A anistia dos acordos da Moncloa, a semelhança da que também se reivindicou no seu momento no Brasil, significou a reintegração política de todos os exilados e banidos pelo estado de exceção. Foi um avanço político possível naquele momento. Porém, com o passar do tempo, o medo inicial do retorno do autoritarismo deu lugar à necessidade da verdade sobre a barbárie da ditadura. A grande pergunta que ficou na transição espanhola, assim como está ocorrendo no Brasil, é o direito à verdade sobre as vítimas da violência.

Se a transparência é o que define a democracia, os regimes de exceção fazem do esquecimento e do ocultamento os cúmplices de seus atos políticos. A transição, para que seja justa, há de levar em conta a injustiça cometida contra as vítimas. Qualquer transição justa demanda, como primeiro passo, conhecimento da verdade do que aconteceu com as vítimas. O segundo passo será julgamento dos responsáveis pelo acontecido. Terceiro passo, atos de reparação possível para as vítimas, num sentido amplo do termo. Em quarto lugar, e quando concluídos todos os anteriores, poderá se falar em perdão político aos responsáveis ainda vivos. Mas o perdão tem algumas condições.

Genocídio silencioso

Na Espanha criara-se uma Comissão Nacional da Memória Histórica, como instrumento para aferir a verdade das vítimas. Em torno dela surgiu uma grande rede de Associações de Vítimas. Estas, por iniciativa própria e com apoio da Comissão Nacional da Memória Histórica, foram levantando fossas de desaparecidos, estudando arquivos, revendo os casos de torturas, etc. A verdade dos fatos ocultados

pela ditadura histórica serviu de base jurídica para os atos de reparação política e moral às vítimas.

Na medida em que os fatos estão ainda vindo à luz, a impressão geral que fica é que se cometeu uma enorme injustiça contra as vítimas, pelo esquecimento do acontecido. Um dado, que serve de exemplo do que estamos falando, chamou muito atenção. Como o regime de exceção durou 40 anos, há várias fases e fatos de violência extrema nesse período. Além dos milhares de fuzilados e desaparecidos durante as execuções sumárias de civis no período de guerra, constatou-se que após a guerra civil, 1939, havia uma população carcerária de mais de 1 milhão de presos, a maioria políticos. Quando a Segunda Guerra Mundial termina, em 1945, os arquivos mostram que há pouco mais de 400 mil presos. Quando as comissões foram pesquisar com mais detalhe nomes e processos de execução dos presos, constatou-se um procedimento de fuzilamento massivo e indiscriminado em todas as cadeias franquistas, caracterizando um autêntico genocídio silencioso, que até datas muito recentes havia ficado despercebido porque não se tinha noção da dimensão da barbárie cometida.

Definitivamente, o esquecimento da violência comete uma segunda injustiça contra as vítimas, condenando-as ao desaparecimento definitivo da história. Neste ponto cabe lembrar um outro fato, o de milhares de crianças que tiveram que exilar-se do país sem seus pais. Foram vários barcos só com crianças enviados com destino ao México e à Rússia. Crianças cujos pais tinham morrido ou estavam lutando; crianças que, arrancadas pela violência, cresceram longe de sua família original; crianças que nunca mais voltaram e cujos destinos ficaram, na sua maioria, desconhecidos. Igualmente triste foi o destino de milhares de refugiados que fugiram da guerra para França.

IHU On-Line - Os arquivos da ditadura espanhola foram abertos? O que isso significou à consolidação da democracia no país?

Castor Ruiz - O estado de exceção sempre oculta ao máximo sua barbá-

rie. Uma parte importante da violência não fica registrada, é simplesmente impetrada. Há que se aplicar uma hermenêutica da violência para poder ler o não dito no dito. Ou melhor, invertendo a lógica hermenêutica, o que deveria ser dito naquilo que não foi dito. Em qualquer caso, a verdade aparece sempre como a grande inimiga da violência. Daí que os regimes de exceção e seus cúmplices na transição tentem evitar ao máximo as comissões de verdade. O Brasil vive este momento crucial. A encruzilhada em que ainda é possível trazer à luz muita da violência ocultada pela ditadura militar.

A abertura para o reconhecimento da verdade histórica da barbárie atua como um autêntico termômetro do estado de direito. Quando os regimes e governos colocam sucessivos obstáculos para que a verdade da violência seja conhecida, é um sintoma claro de que há um déficit, grave, de democracia nas instituições públicas. Se as penumbras do encobrimento são utilizadas como estratégia política pelo estado de exceção, a transparência é o rosto da democracia. Quando se oculta a violência significa que ainda há cumplicidade, explícita ou tácita, com os seus responsáveis.

No caso da transição espanhola os princípios anteriormente esboçados também se cumpriram. Entanto, as diversas instâncias do Estado mantinham simpatizantes do regime franquista. Foram inúmeros os obstáculos para abertura dos arquivos das delegacias, da central de inteligência e das prisões. Na medida em que os simpatizantes do regime franquista eram expurgados das instituições públicas, incluído o Exército, a transparência se tornou mais efetiva. A correlação entre transparência pública e conhecimento da violência é um dos mensuradores da solidez democrática do estado de direito ou de seu déficit.

IHU On-Line - Por que o Brasil não consegue fazer as contas com o seu passado ditatorial?

Castor Ruiz - Talvez tenhamos aqui um dos pontos nevrálgicos dos efeitos perversos da violência. A memória da violência não é só um ato de justiça para com as vítimas que a sofreram: é tam-

“A Argentina (...) está julgando de forma sistemática muitos torturadores e assassinos da sua ditadura militar, tornando a violência do estado um tema de debate público em que se espelham agentes e instituições”

bém o meio mais eficiente para neutralizá-la. A violência que se oculta tende a reproduzir-se mimeticamente. A violência tem um potencial mimético que tende a sua reprodução, de uma ou de outra forma, quando não é convenientemente neutralizada. O efeito mimético se dá em toda forma de violência. Aparece na violência familiar e social, mas também na violência política.

A memória (anamnese é o antídoto mais eficiente para neutralizar a violência, qualquer violência, enquanto o esquecimento (amnésia) é seu principal aliado. Daí que a justiça das vítimas seja sempre uma justiça anamnética, enquanto a impunidade da violência é sempre amnésica. O silêncio e o esquecimento são os meios pelos quais a violência se reproduz e perpetua nas pessoas, na sociedade e nas estruturas. O Estado que decide ocultar ou esquecer a violência cometida por parte de seus funcionários, instituições ou estruturas está propiciando que esses mesmos funcionários (ou seus colegas sucessores), instituições e estruturas reproduzam a violência no seu seio como um ato de normalidade política. A amnésia torna a violência algo normal. A normalização da violência, propiciada pela amnésia, tende a legitimá-la como meio útil para o governo social.

Sensação de impunidade

É neste contexto político conflitan-

te de justiça anamnética (das vítimas) contra a impunidade amnésica (dos vítimas) que devemos situar no Brasil a polêmica sobre a abertura dos arquivos, a comissão da verdade, o julgamento dos responsáveis, etc.

A violência cometida pelo estado de exceção do último regime militar no Brasil permanece silenciada, ocultada oficialmente. Isso quer dizer que muitos de seus personagens continuaram (e continuam) atuando como agentes públicos, instruindo a colegas e subordinados no uso desses mesmos métodos. Instituições que não fizeram memória de sua violência histórica continuam acobertando-a como meio legítimo (normal) para determinadas situações em que eles a considerem necessária.

O Brasil não fez memória de sua violência. Não julgou a nenhum responsável por tortura, morte nem desaparecimento político durante a ditadura militar. A mensagem que com isso se transmite é a de impunidade. O Estado brasileiro com o silêncio e a política de esquecimento está conferindo impunidade para atos de violência histórica. Isso tem uma consequência grave para o presente: o Estado conserva em seu seio setores violentos em linha de continuidade com a violência institucional do passado que fazem do silêncio e o esquecimento sua estratégia de perpetuação. Não é uma casualidade que o percentual de torturas e maus tratos cometidos pela polícia na Argentina (uma realidade social próxima) seja muito inferior àquele que se comete no Brasil. A Argentina, desde há décadas, está julgando de forma sistemática muitos torturadores e assassinos da sua ditadura militar tornando a violência do Estado um tema de debate público em que se espelham agentes e instituições.

IHU On-Line - E por que a anistia foi a opção adotada em nosso país?

Castor Ruiz - A anistia foi inicialmente uma reivindicação dos exilados. Era o passo necessário para a transição democrática. Os militares do governo sabiam disso e fizeram da anistia um instrumento para negociar, também, a impunidade a respeito da violência cometida durante o regime de exce-

ção. Daí que a própria anistia tivesse historicamente esse duplo sentido. Celebrada pelos exilados políticos como um ato de vitória que permitiu sua volta e abriu as portas para a transição democrática, foi também celebrada pelos agentes da ditadura como seu trunfo por ter conseguido, numa só cartada, a impunidade do passado e a transição “regrada” para um regime que não lhes pediria contas de seus atos passados.

Por isso o termo anistia ecoa de forma ambígua. Com base nessa ambiguidade semântica o Supremo Tribunal Federal ditou sentença no ano passado dizendo que a lei de anistia tinha anistiado também quaisquer possibilidades de julgamento pelos atos cometidos durante a ditadura. Mas o STF poderia ter utilizado essa mesma ambiguidade semântica da anistia para interpretar que a lei foi também uma imposição autoritária de um governo violento que declarou sua autoanistia, o que torna seu ato uma ilegalidade jurídica.

A ambiguidade da anistia autodeclarada pelos militares a torna um ato jurídico dúbio (suscetível de anulação) e um ato político de imunização da justiça futura. Ninguém pode anistiar-se a si mesmo das barbáries cometidas, que é o que representa a autoanistia da maioria das ditaduras do mundo. Por isso os acordos internacionais assinados pelo Brasil reconhecem a tortura um crime contra a humanidade que é imprescritível no tempo e no espaço, e não é suscetível de anistia. Cabe ao governo ter vontade política para manter estes princípios.

IHU On-Line - A partir do governo Dilma, quais são as expectativas em relação à abertura dos arquivos dos anos de chumbo?

Castor Ruiz - É difícil fazer prognósticos neste campo. Porém, podemos dizer que os rumos das decisões do governo Dilma neste sentido dependerão muito da intensidade com que a sociedade pressione a respeito. Já no governo Lula era notória e pública a divergência de posições dentro do próprio governo sobre este ponto. Lembremos do conflito público entre o então ministro da Justiça, Tarso Genro, e o ainda ministro do Exército, Nelson

“A correlação entre transparência pública e conhecimento da violência é um dos mensuradores da solidez democrática do estado de direito ou de seu déficit”

Jobim. Dentro do governo há pessoas e fatias que têm uma clara posição política a respeito da necessidade de abertura dos arquivos da ditadura, do julgamento dos casos de tortura e desaparecimento, para talvez depois poder falar em anistia geral.

Contudo, as pressões pela manutenção dos arquivos fechados e a negação de qualquer julgamento é muito firme. Haja vista que continua se reelegendo como presidente do Senado, mediante acordos com o governo, um dos expoentes políticos mais nítidos do regime de exceção: Sarney. Sua eleição implica acordos políticos do governo, que deve conceder muito às forças que o apoiam. Ele, sendo um símbolo da ditadura, mantém uma rede política e econômica de influências mediante a qual controlam pontos estratégicos do poder no Brasil. Isso quer dizer que o Brasil mudou de regime, mas nem tanto. Muitas pessoas do antigo regime (as que morreram foram fielmente sucedidas por seus filhos e netos, como Magalhães Neto) continuam muito bem posicionadas política, econômica e militarmente.

IHU On-Line - É possível fazer democracia sem acertar as contas com o passado? Como?

Castor Ruiz - A democracia é um regime de governo que tem como princípio a autonomia dos sujeitos e seu autogoverno coletivo. Há muito que se questionar a respeito de se as atuais democracias formais são efetivamente democráticas ou nelas impera um regime biopolítico de governo da vontade dos outros. Nossas democracias são marcos jurídicos de princípios formais que reconhecem os quesitos necessários para se exercer a autonomia. Porém nelas operam dispositivos de poder que investem em técnicas de produção de subjetividades e fabricação de condutas. O sujeito jurídico do direito formal é invertido por objeto a ser governado. Vivemos uma tensão permanente entre os dois aspectos que encurralam a vida humana como objeto a ser governado através de formas de normalização. Esta é uma das crises das nossas democracias em escala global.

de dos outros. Nossas democracias são marcos jurídicos de princípios formais que reconhecem os quesitos necessários para se exercer a autonomia. Porém nelas operam dispositivos de poder que investem em técnicas de produção de subjetividades e fabricação de condutas. O sujeito jurídico do direito formal é invertido por objeto a ser governado. Vivemos uma tensão permanente entre os dois aspectos que encurralam a vida humana como objeto a ser governado através de formas de normalização. Esta é uma das crises das nossas democracias em escala global.

Esclarecido o marco agônico da democracia formal em que estamos tensionados, cabe conferir ao presente um valor relativo. Sua relatividade é, entre outros aspectos, em referência ao passado que o constitui. O presente de uma sociedade, contrariando o contratualismo, não existe como um momento zero da história: ele é o resultado dessa história. Toda sociedade se constrói sobre os cimentos ou escombros do seu passado. A violência é o entulho que toda sociedade quer esconder de si mesma, como se o mero ato formal de esquecimento possibilitasse a desaparecimento das suas consequências históricas. A violência ocultada pelo esquecimento (mas não neutralizada) persiste nas instituições sociais e se reproduz na conduta dos indivíduos como um ato de normalidade. O esquecimento tende à normalização da violência.

Memória da barbárie

A violência esquecida coloca em xeque o próprio estado de direito. O estado de direito, que já oculta a exceção jurídica como uma sombra ameaçadora da ordem que ele mesmo institui, dificilmente poderá fazer do direito uma forma de justiça se oculta a violência como meio normal de governar a vida humana, seja ou por agentes públicos, ou por atos institucionais ou por instituições do Estado.

O meio mais eficiente de neutralizar a violência do presente é fazer memória da violência passada. A memória faz presente as vítimas e as consequências perversas da violência e

sua barbárie. Ela permite depurar dos aparatos do Estado os resquícios de violência que ainda perduram grudados em práticas, instituições, agentes, como atos de normalidade política. Lembrando que violência e autoritarismo existem como práticas políticas coimplicadas. Quanto mais insistente seja a rememoração da violência, mas eficiente será seu expurgo das práticas autoritárias do estado de direito.

IHU On-Line - Em que aspectos o perdão não deve ser confundido com esquecimento?

Castor Ruiz - Esta questão nos conduz ao ponto culminante do que podemos denominar uma justiça de transição. O perdão, a princípio, é uma categoria ética que pode ter fortes implicações políticas. Em primeiro lugar, cabe assinalar que só se pode perdoar o que se lembra; ninguém pode perdoar aquilo do que não tem conhecimento ou memória. O perdão demanda a memória, anamnese. Em segundo lugar, o perdão não pode ser confundido com impunidade. Em tal caso, procede-se ao desvirtuamento do perdão, a seu uso instrumental por parte dos violentos como meio de impunidade política. Algo que não corresponde ao perdão.

O perdão só pode ser concedido pelas vítimas. Há uma dimensão pessoal do perdão em que as vítimas, feito o devido reconhecimento da verdade, o devido julgamento e até a condenação dos culpados, têm o poder de perdoar para trazer a reconciliação pessoal e social. Esta dimensão ética do perdão tem profundas raízes religiosas (principalmente cristãs e budistas), mas também amplas implicações políticas.

Embora há muito debate a este respeito, entendemos que há uma dimensão política do perdão. As sociedades que viveram rasgadas pela violência: o caso da ditadura no Brasil, mas outros casos até mais graves como África do Sul, Guatemala, El Salvador, Colômbia, e também sociedades com o terrorismo endêmico como Irlanda ou País Basco (Espanha), tem que encontrar um ponto de reconciliação social com a violência sofrida. Essa reconciliação nunca será tal através das leis

“Todas as experiências de estados de exceção deixam um lastro de destruição humana. O desafio das sociedades na pós-ditadura é superar as marcas da violência”

de ponto final, que são leis de impunidade. Não são leis de perdão, mas de autoperdão. O autoperdão, que pode ser um dispositivo psíquico de autorreconciliação, só é viável quando há um reconhecimento público do mal feito e um pedido público de perdão para as vítimas. Desde a perspectiva política, o perdão só pode ser outorgado pelas vítimas após o devido processo de justiça. A reconciliação do perdão não tem por objetivo principal a impunidade dos violentos, mas a integração social digna das vítimas. O perdão é o gesto político por excelência em que as vítimas conseguem reconciliar-se, dentro do possível, com a violência sofrida.

1º de abril, uma humilhação

O perdão ainda requer o autorreconhecimento da culpa dos violentos. Sem reconhecimento por parte dos violentos da responsabilidade política do mal feito, o perdão se torna inviável. Nesse caso, a violência continua ainda viva como uma potência ameaçadora que se autoproclama um meio político legítimo quando necessário. Quando não há arrependimento, a violência ainda se mantém como ameaça para as vítimas e para ela todos somos potenciais vítimas. O ato violento do qual não há arrependimento persiste como sombra ameaçadora da própria dignidade das vítimas. Por isso resulta humilhante para os torturados, mortos e desaparecidos da última ditadura militar que ainda se celebre no Brasil o dia 1º de abril como um gesto memorável, e não humilhante.

A relação do perdão é tão comple-

xa que torna sua dimensão política algo difícil; em muitos casos torna inviável. Mas quando as condições humanas e políticas do perdão se dão, ele pode ser um eficiente instrumento de reconciliação social. Há algumas experiências muito positivas de ex-terroristas do IRA (irlandês) que fizeram o gesto político de reconciliação pública com os filhos e esposas das vítimas que eles mataram. Tal gesto reintegra a dignidade das vítimas, a quem se reconhece a injustiça sofrida. E aos próprios terroristas que, depois do devido julgamento e prisão, puderam se reintegrar à atividade política sem as marcas da violência.

A anistia costuma ser um sucedâneo do perdão. Ela, como indicamos antes, é um conceito polissêmico e um ato político ambíguo. Como conceito foi utilizado pela maioria dos ditadores como instrumento jurídico para autoimunizar-se da violência cometida. Este é o tipo de anistia que está sendo questionada no Brasil. Contudo, cabe pensar em um outro momento da anistia. A justiça de transição devida às vítimas exige a verdade dos atos violentos, o julgamento dos envolvidos e que os tribunais ditem sentença com a pena correspondente. Após o julgamento dos responsáveis e como forma de reconciliação política, caberia pensar numa anistia da pena. Esta anistia não seria um esquecimento, senão uma forma política de perdão institucional. Ela não nega os fatos, não esquece, senão que faz justiça às vítimas reconhecendo a verdade e, como ato político de reconciliação, dependendo das circunstâncias, pode outorgar o perdão institucional (anistia) da pena.

LEIA MAIS...

Castor Ruiz já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Confira.

* Alteridade, dimensão primeira do sujeito. Edição número 334, revista IHU On-Line, de 21-06-2010, disponível em <http://bit.ly/ce9wfa>;

* A exceção jurídica na biopolítica moderna. Edição número 343, revista IHU On-Line, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/dk0SvS>.

A apuração da verdade: grande medo das instituições militares

Militares de hoje temem pelos atos cometidos por seus pares no passado, pois pesquisas históricas comprovam que a ditadura nada teve de “branda”, afirma Edson Teles. Casos do Chile, Argentina e África do Sul servem como inspiração para o Brasil

POR MÁRCIA JUNGES

Considerada a mais violenta da América Latina pelos pesquisadores Edson Teles e Vladimir Safatle, a ditadura brasileira precisa ser mensurada não pelos desaparecidos que produziu, “mas pelo impacto que gerou no país, o que se percebe pela herança autoritária vivida em democracia”, acentua Teles na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Entre os inúmeros “restos” deixados por esse regime autoritário em nosso país, o maior deles é a cultura da impunidade “que privilegia a violência e os que detêm o poder político em detrimento da ideia de uma cidadania plena”. Tal impunidade vale, inclusive, para aqueles que pensam que podem torturar “bandidos” e pessoas “perigosas”. Já que torturadores da ditadura não receberam a devida punição, por que alguém que tortura presos e menores infratores a receberia? Teles analisa, também, o motivo pelo qual as Forças Armadas de hoje não querem que se apurem crimes de ontem. Para ele, trata-se de uma questão de poder político: “as instituições militares detêm um poder abusivo em nossa democracia, garantido pela Constituição Federal, e a apuração da verdade do período ditatorial apontaria com clareza algo que já está comprovado pelas pesquisas históricas: a ditadura não foi ‘branda’ e sua ação repressiva não foi fruto de um setor radicalizado dos militares”. E ressalta: “A reforma institucional, fruto da apuração da verdade, é o grande medo das instituições militares”.

Teles foi o mais jovem preso político brasileiro, com apenas dois anos de idade, quando foi detido com seus pais, César Augusto Teles e Maria Amélia de Almeida Teles, bem como a irmã Janaína, na época da ditadura militar. Em 2007, junto com os pais, a irmã e sua tia, processou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, para que ele fosse declarado torturador, tendo obtido ganho de causa na primeira instância.

Graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP, escreveu a tese *Brasil e África do Sul: Memória política em democracias com herança autoritária*. Leciona na Universidade Federal de São Paulo e é um dos organizadores das seguintes obras: *O que resta da ditadura: A exceção brasileira* (São Paulo: Boitempo, 2010), *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil* (São Paulo: Hucitec, 2009) e *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* (São Paulo: Imprensa Oficial, 2009). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que resta da ditadura em nosso país? Qual é a pior herança deixada pelos torturadores?

Edson Teles - Há uma série de “restos” da ditadura militar. Poderíamos dizer que a maior delas encontra-se na imposição de uma cultura de impunidade, que privilegia a violência e os que detêm o poder político em detrimento da ideia de uma cidadania plena. Apesar de sairmos da ditadura com uma Assembleia Constituinte (1986-1988) e a nossa Constituição ser considerada liberal e democrática, uma série de

aspectos, especialmente aqueles que se referem às estruturas jurídicas e institucionais do sistema de segurança pública e das Forças Armadas em quase nada foram alterados em relação à Constituição outorgada pelos militares em 1967. A ingerência das Forças Armadas na política brasileira e os privilégios que os militares têm indicam que a nossa Lei em democracia ainda fez a opção pela consolidação de cidadãos que são “melhores” e mais poderosos do que a maioria de nós.

IHU On-Line - Por que você e Vladimir Safatle¹ afirmam que a ditadura

¹ **Vladimir Safatle**: filósofo brasileiro, graduado pela Universidade de São Paulo - USP e em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM. Também é mestre em Filosofia pela USP e doutor pela Université de Paris VIII. Atualmente, é professor da USP. É um dos coordenadores da International Society of Psychoanalysis and Philosophy. É autor de *A paixão do negativo: Lacan e a dialética* (São Paulo: Unesp, 2006) e *Lacan* (São Paulo: Publifolha, 2007) e um dos organizadores de *A filosofia após Freud* (São Paulo: Humanitas, 2008). Confira as seguintes entrevistas concedidas por Safatle à **IHU On-Line**: *A verdadeira face do Supremo Tribunal Federal*, disponível em <http://bit.ly/gNzDRv>; *Raciona-*

brasileira foi a mais violenta da América Latina?

Edson Teles - Há um forte aspecto de violência da ditadura brasileira que é justamente sua herança. Além dos limites apontados anteriormente, há uma ação política no país cuja marca é o autoritarismo. Hoje se governa mais com decretos e medidas provisórias do que em qualquer outra época da história de nossa República, mais inclusive do que no período militar. Um bom exemplo é o desejo do Executivo atual de decidir por decreto o valor do salário mínimo. O grave problema que este tipo de instrumento jurídico implica é o descumprimento dos procedimentos democráticos de decisão sobre o futuro do país, alijando da política a grande maioria da sociedade civil.

A ideia forte que eu e Vladimir procuramos mostrar é a de uma ditadura não se mede pelo número de mortos e desaparecidos que produziu (cerca de 500 no Brasil, 20 mil na Argentina e 5 mil no Chile), mas pelo impacto que gerou no país, o que se percebe pela herança autoritária vivida em democracia.

IHU On-Line - Há uma espécie de consenso em calar, abrandar ou negar o que houve nos anos de chumbo. Qual é o papel da memória e da resistência nesse sentido?

Edson Teles - Este consenso favorece não só os setores diretamente envolvidos com a repressão política (militares e sistema policial), mas uma boa parte dos partidos e instituições políticas que obtém vantagens com a democracia nos dias atuais. Vejamos um exemplo: se os torturadores da ditadura não são punidos, qual o receio em praticar a tortura por parte de certos funcionários das antigas Febens (instituições para adolescentes infratores) ou das delegacias de polícia? Muito pequeno. Cria-se e dissemina-se uma ideia na sociedade de que a tortura é algo permitido, desde que seja para os “bandidos”, pessoas “perigosas”, como foram os “subversivos” de então.

Contudo, a memória não se *con-*
lidade cínica, raiz da anomia social, disponível em <http://bit.ly/fEVumj>; *Totalitarismos: uma reflexão político-social e libidinal*, disponível em <http://bit.ly/gkK1qn>. (Nota da IHU On-Line)

“Hoje se governa mais com decretos e medidas provisórias do que em qualquer outra época da história de nossa República, mais inclusive do que no período militar”

figura como um instrumento de bloqueio da política autoritária. Ela é um significativo modo de articulação das relações sociais e políticas e seu benefício está em permitir a nossa sociedade refletir sobre o que ocorreu e o que ocorre e, a partir dos debates produzidos, propiciar a criação de mecanismos democráticos de garantia de direitos e de justiça. O que quero dizer é que a memória deve ser livre, não deve ser nem um dever, nem um direito, mas ser exercida e praticada livremente em uma esfera pública democrática.

IHU On-Line - Por que as Forças Armadas de hoje temem a punição dos torturadores de ontem?

Edson Teles - Certamente boa parte dos membros das Forças Armadas de hoje não foram torturadores na ditadura. Entretanto, ainda assim, a instituição não aceita a apuração dos crimes praticados pelos generais daquela época. Isto se deve, ao que parece, principalmente a uma questão de poder político. Como já disse, as instituições militares detêm um poder abusivo em nossa democracia, garantido pela Constituição Federal, e a apuração da verdade do período ditatorial apontaria com clareza algo que já está comprovado pelas pesquisas históricas: a ditadura não foi “branda” e sua ação repressiva não foi fruto de um setor radicalizado dos militares (a chamada “linha dura”). Ela foi muito bem organizada e sofisticada; a tortura e o desaparecimento serviram a uma política decidida no mais alto escalão mi-

litar. De posse desta verdade, a sociedade brasileira necessariamente terá que rever a função dos militares, ou ao menos refletir se são estas Forças Armadas que queremos para o futuro do país. A reforma institucional, fruto da apuração da verdade, é o grande medo das instituições militares.

IHU On-Line - Quais são as semelhanças e diferenças entre as democracias com heranças autoritárias do Brasil e da África do Sul?

Edson Teles - A África do Sul fez a opção pela narrativa e publicidade dos crimes do Apartheid. O Brasil escolheu o silêncio. A anistia sul-africana foi individual, caso a caso, crime a crime, e só foi concedida depois da confissão pública do ato criminoso e do esclarecimento do que foi feito com o corpo das vítimas. No Brasil, como vocês sabem, a anistia foi genérica e, simbolicamente, acabou por tornar inimpuníveis os autores de crimes bárbaros praticados enquanto eram funcionários do Estado, com salários pagos pelo contribuinte e sem qualquer motivação política.

IHU On-Line - A África do Sul parece ter lidado melhor com as questões do período ditatorial do que o Brasil. A que se deve isso?

Edson Teles - Há uma série de fatores. Porém, o principal deles é a coragem e determinação dos que assumiram a construção da nova democracia multirracial. Eles sabiam que a maioria negra não iria aderir ao novo regime se não houvesse atos de justiça consistentes. No Brasil, a maior parte dos democratas, dos que vivenciaram a transição política, escolheram a composição com os antigos criminosos. Como podemos ter uma democracia plena se o presidente de um dos três poderes da República encontra-se nas mãos de um dos maiores líderes civis da ditadura, José Sarney (lembre-se que ele liderava a Arena, partido do governo militar, quando da aprovação da Lei de Anistia em 1979).

IHU On-Line - O recurso da anistia também foi usado na África do Sul? Por que essa foi a medida tomada no

caso de nosso país? No caso da África do Sul a questão da ditadura foi resolvida em função de Nelson Mandela ter sido preso político e primeiro presidente eleito democraticamente?

Edson Teles - Não. O passado de alguém é muito importante na compreensão de seu presente, mas não garante que ele vá agir de algum modo determinado. Os dois primeiros presidentes eleitos de nossa democracia que terminaram o mandato foram vítimas da ditadura. Contudo, nem FHC e nem Lula tiveram a coragem (aquela que teve Mandela) de abrirem os arquivos militares e localizarem os desaparecidos políticos. Ao contrário, como dissemos, preferiram compor com os setores herdeiros da ditadura.

IHU On-Line - Nessa lógica, Dilma Rousseff, por ter sido presa política, irá dar um tratamento diferenciado às questões relacionadas à ditadura?

Edson Teles - Novamente não. É claro que conhecer tão bem quanto ela o que se passou no período abre uma chance de ouro para a nossa democracia. Mas ela sofre e sofrerá as maiores pressões para que nada se modifique. O que poderá garantir um tratamento diferenciado é a pressão política e social para que aprofundemos nossa democracia. Cito um exemplo: faz mais de 10 anos que os movimentos de direitos humanos ligados ao tema exigem uma Comissão da Verdade e da Justiça no país. Somente agora, do ano passado para cá, é que nossa democracia começou a tocar no assunto. Por que será? Certamente se deve ao fato de a Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos - OEA, ter condenado o Estado brasileiro a responsabilizar penalmente os criminosos, apurar as

“O passado de alguém é muito importante na compreensão de seu presente, mas não garante que ele vá agir de algum modo determinado”

circunstâncias dos crimes, localizar os restos mortais dos desaparecidos, entre outras medidas.

IHU On-Line - O que uma possível abertura dos arquivos da ditadura por Dilma Rousseff pode mudar em relação à memória que temos do período militar, e em relação às gerações futuras?

Edson Teles - A mudança será extrema. Veremos que o país ainda vive sob instituições autoritárias que devem ser reformadas para que a democracia e a justiça ganhem um valor maior. Poderemos, inclusive, começar a transformar a cultura de violência e impunidade, não só em relação aos crimes do passado, mas em relação à violência dos dias atuais. Há um estudo da socióloga Kathryn Sikkink², da Universida-

² Kathryn Sikkink: cientista política norte-americana, graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Minnesota (onde leciona), e mestre na mesma área, pela Universidade de Columbia. Estudou no Instituto para Estudos Latino-Americanos e Ibéricos e é Ph.D em Ciências Políticas e Relações Internacionais, pela Universidade de Columbia. Sikkink é especialista em políticas de direitos humanos, direitos femininos e justiça social. É autora de, entre outros, *Ideas and institu-*

tions: developmentalism in Brazil and Argentina (New York: Cornell University Press, 1991). Confira a entrevista concedida por Sikkink à IHU On-Line: *Ninguém está acima da lei*, disponível em <http://bit.ly/fy81pB>. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Como as experiências do Uruguai, Argentina, Chile e El Salvador com suas ditaduras ajudam a redesenhar o mapa dos direitos humanos e da memória na América Latina?

Edson Teles - A Argentina nos mostra que é possível e, mais do que isto, desejável, que nossas democracias apurem os crimes. Hoje, temos no banco dos réus naquele país dois ex-presidentes gerais, um dos quais já condenado em outro processo à prisão perpétua, e nenhum golpe ou instabilidade foi provocado por isto.

O Chile, ao começar seus processos pela punição dos crimes de desaparecimento, levou em consideração que este é um crime de sequestro continuado, já que o corpo não foi localizado. Isto permite ao ordenamento jurídico não levar em consideração anistias como a brasileira de 1979, na medida em que estes crimes continuaram após a aprovação destas leis. No Brasil, podemos julgar e condenar os responsáveis pelos desaparecimentos mesmo sem reinterpretação da lei de anistia, como fez o Chile.

tions: developmentalism in Brazil and Argentina (New York: Cornell University Press, 1991). Confira a entrevista concedida por Sikkink à IHU On-Line: *Ninguém está acima da lei*, disponível em <http://bit.ly/fy81pB>. (Nota da IHU On-Line)

WWW.IHU.UNISINOS.BR

A lei da anistia e o esquecimento da barbárie da ditadura

A verdade completa sobre o terrorismo de Estado brasileiro precisa vir à tona, acentua Jair Krischke. Resquícios do entulho autoritário continuam existindo, como o paradigma da impunidade e a violência das polícias, vinculadas ao Exército brasileiro

POR MÁRCIA JUNGES

Com a Lei de Anistia os militares brasileiros queriam “promover o esquecimento do barbarismo que promoveram durante os largos anos de ditadura. Equivocaram-se redondamente! A toda hora, saltam dos mais variados ‘armários’ esqueletos que os interrogam com toda a veemência. Não haverá trégua até que se conheça toda a verdade sobre o terrorismo de Estado que foi promovido no Brasil”. A constatação é do advogado Jair Krischke na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Para ele, um dos problemas mais graves que enfrentamos em nosso país é a impunidade, que vai se consolidando como paradigma. “Muito se fala em reconciliação da sociedade brasileira, mas esquecem-se de que, para haver uma verdadeira reconciliação, faz-se necessário, fundamental mesmo, o autor da ofensa reconhecê-la como de sua autoria, arrepender-se e pedir perdão à vítima. Com o ânimo ainda existente nas forças armadas brasileiras, seria possível esperar este gesto?” E completa: “Historicamente, os militares sempre se dão bem no Brasil, mesmo quando praticam crimes os mais horrendos”.

Formado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Krischke é ativista dos direitos humanos no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Em 1979, fundou o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, a principal organização não governamental ligada aos Direitos Humanos da Região Sul do Brasil. Também é o fundador do Comitê de Solidariedade com o Povo Chileno. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Hoje a Lei de Anistia brasileira representa esquecimento? Por que e em que sentido?

Jair Krischke - A memória, diz Pilar Calveiro, encarrega-se de desfazer e de refazer, sem tréguas, aquilo que evoca. Porque é um ato de recriação do passado desde a realidade do presente, projetando-se para o futuro. É desde as premências atuais que se interroga o passado, rememorando-o. Entretanto, ao mesmo tempo, é das particularidades desse passado, respeitando suas coordenadas específicas, que podemos construir uma memória fiel. Certamente, os militares brasileiros pretendiam com esta Lei de Anistia promover o esquecimento do barbarismo que promoveram durante os largos anos de ditadura. Equivocaram-se redondamente! A toda hora saltam dos mais variados “armários” esqueletos que os interrogam com toda a ve-

mência. Não haverá trégua até que se conheça toda a verdade sobre o terrorismo de Estado que foi promovido no Brasil.

IHU On-Line - Como compreender que a Lei de Anistia tenha abrangido crimes contra a humanidade, como aqueles perpetrados pelos militares torturadores?

Jair Krischke - Qualquer pessoa, razoavelmente alfabetizada, lendo o texto da Lei de Anistia, poderá entender que não é bem assim. Senão, vejamos:

Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder públi-

co, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

Os agentes do Estado, quer sejam civis ou militares, não podem cometer “crimes políticos ou conexos”, pois representam o “Estado”, que, no exercício de seu múnus, não praticam atos “políticos”, e sim atos de Estado. É por essa razão que nós, os militantes de direitos humanos, chamamos estes acontecimentos de “terrorismo de Estado”

IHU On-Line - Por que foi escolhido o recurso da anistia na esteira pós-ditadura com o recorte específico que

teve? Quais são suas principais limitações e por que ela não pode valer para ambos os lados (os que lutavam pela liberdade do Brasil, e aqueles que se valiam do aparato estatal para cometer crime de lesa-humanidade)?

Jair Krischke - O recurso da Lei de Anistia tem um histórico muito expressivo na América Latina, seguidamente sacudida por ditaduras cruéis. É a forma de reconciliar aqueles que, frente à tirania, decidiram rebelar-se, lutando para reconquistar um patamar democrático aceitável. Estes, sim, são passíveis dos benefícios da anistia e ninguém mais. Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Revolução Francesa), já se encontrava consagrado o direito à rebelião:

Art. 2.º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Também na novel constituição portuguesa encontramos:

Artigo 21. Direito de resistência

Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

Não ser igual para ambos os lados, creio haver respondido anteriormente. Mas sempre é bom chamar a atenção para o seguinte:

Lei de Anistia

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Este parágrafo 2º diz claramente o que não foi anistiado pela Lei, os chamados “crimes de sangue”. Depois da promulgação da lei, muitos militantes continuaram presos, tanto que até greve de fome fizeram.

IHU On-Line - O que uma nova in-

“A Justiça, quer seja no Brasil ou em qualquer outra parte, é sempre o último poder a redemocratizar-se”

interpretação da lei da anistia pode representar para a memória e os direitos humanos no Brasil? E como isso pode repercutir na consolidação da nossa democracia ainda jovem e imperfeita?

Jair Krischke - Não se trata de uma nova interpretação, trata-se tão só e simplesmente de interpretá-la corretamente. Além do mais, com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil por descumprir suas obrigações internacionais, determinou que a Lei de Anistia é totalmente inválida, no que se refere a impunidade dos repressores, não sendo reconhecida em nível internacional.

Quanto à memória, ou seja, o conhecimento da verdade dos acontecimentos, ao que parece vamos lentamente avançando. Isto porque encontra-se no Congresso Nacional um projeto de lei que trata da criação de uma “Comissão da Verdade” que, segundo a imprensa, é prioritário para a presidenta Dilma. São atos e fatos que vão consolidando uma jovem democracia, de um país que não é muito afeito a ela.

IHU On-Line - A Justiça brasileira está longe de seguir os exemplos dos tribunais da Argentina, Chile e Uruguai, que já abriram seus arquivos da época da ditadura? Como esses países lidaram com o pós-ditadura?

Jair Krischke - A Justiça, quer seja no Brasil ou em qualquer outra parte, é sempre o último poder a redemocratizar-se. A Constituição diz solenemente que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Não conheço qualquer pessoa que, em um pleito eleitoral, tenha sido chamada a votar em juízes e desembargadores. Para cúmulo, nosso Supremo Tribunal Federal, provocado pela OAB Nacional,

pronunciou-se pela constitucionalidade da Lei de Anistia, tal qual a interpretam os que violaram os direitos humanos dos brasileiros. Mesmo os ministros que votaram favoravelmente, o fizeram usando uma argumentação simplesmente lamentável.

Em relação à Argentina, o Supremo Tribunal julgou absolutamente inconstitucional as leis de *Obediencia Debida* e a de *Punto Final*. Daí em diante, toda a Justiça da Argentina retomou os julgamentos de muitíssimas causas, com um número apreciável de condenações. No Uruguai passou-se o mesmo: sua Suprema Corte entendeu inconstitucional a Lei de Caducidad, para alguns casos, que foram demandados. Por outro lado, o plebiscito que pretendia anular a referida Lei de Caducidad foi derrotado nas últimas eleições, impedindo assim, uma total abrangência. Mas, mesmo com dificuldades, o último presidente eleito antes do golpe, Bordaberry¹ (um golpista por excelência), e o presidente da ditadura, general Gregório Alves, cumprem pena de 25 anos de prisão, bem como um ex-ministro de Relações Exteriores, e vários oficiais de alta patente.

No Chile, mesmo vigente uma Lei de Anistia, vários generais e coronéis cumprem largas penas de prisão. Na verdade, poucos arquivos foram abertos; porém, já se tem acesso a muito material da repressão nestes países. Como se pode ver, nada de maior aconteceu no processo de redemocratização dos países referidos, prova de que é possível avançar, consolidando a democracia em nossos países.

Mesmo sem a abertura de arquivos, vamos progredindo a cada dia. São aquelas vítimas que, amedrontadas, ainda não haviam contado suas histórias, o que está acontecendo agora. Por exemplo, agora mesmo, um cidadão argentino que vivia com sua família e trabalhava em Passo Fundo, foi vítima de uma Operação Condor, em 12 de setembro de 1978. Na ocasião, intervimos com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e conseguimos levá-los para a Suécia, na condição de asilado. Nunca mais tive notícias deles. Agora, ele reaparece,

¹ Juan María Bordaberry Arocena (1928): militar e presidente uruguaio de 1972 a 1976. (Nota da IHU On-Line)

bem documentado, provando o que lhe aconteceu naqueles dias.

IHU On-Line - Não se trata de vingança, mas de justiça o fato de se punir os crimes cometidos contra a humanidade no período da ditadura brasileira. Poderia comentar essa diferença de interpretação quanto ao que realmente significa punir os torturadores?

Jair Krischke - Punir aos torturadores significa fazer justiça tão somente. Um dos mais graves problemas de nosso país é justamente a impunidade, que certamente se origina neste fato, ou seja, se pode matar, torturar, desaparecer que não acontece nada. Esta cultura pouco a pouco vai impregnando o tecido social, tornando-se paradigma. Muito se fala em reconciliação da sociedade brasileira, mas esquecem-se de que, para haver uma verdadeira reconciliação, faz-se necessário, fundamental mesmo, o autor da ofensa reconhecê-la como de sua autoria, arrependê-la e pedir perdão à vítima. Com o ânimo ainda existente nas forças armadas brasileiras, seria possível esperar este gesto?

IHU On-Line - Na Europa há toda uma conscientização sobre o que significou o Holocausto. Já no Brasil, os anos de chumbo da ditadura são maquiados, para dizer o mínimo. O que explica essa diferença de conduta e compreensão?

Jair Krischke - Vejamos alguns dados. **Tribunal de Nuremberg**

285 dias de julgamentos

Ouviu 240 mil testemunhas - anotou 300 mil declarações - gerando 4 bilhões de palavras

Acusação final: 25 mil páginas

Condenados: 9 à morte - 12 à perpétua - 6 a penas de 10 a 20 anos - 3 absolvidos.

É a diferença de cultura. Aqui, os poderosos podem tudo! Historicamente, os militares sempre se dão bem no Brasil, mesmo quando praticam crimes os mais horrendos.

IHU On-Line - A violência das Forças Armadas do período ditatorial migrou para que outras instituições brasileiras? A semente da violência

atual do aparato policial foi plantada na ditadura?

Jair Krischke - Vamos examinar alguns dados sobre o aparelho repressivo no Brasil:

Número de agentes: 24 mil

Prendeu por razões políticas: 50 mil pessoas

Torturou: 20 mil pessoas

É bom ter em conta que nossas polícias sempre foram violentas e adeptas da tortura. O que mudou com a ditadura foi a sofisticação da tortura. Também faz parte do entulho autoritário a criação das polícias militares por Decreto Lei, vinculadas ainda hoje ao Exército brasileiro. Em Brasília, no famoso Forte Apaches, existe uma porta com a placa “Inspetor Geral das Polícias Militares”, exercido por um general. Sempre é bom lembrar, quando nos dizem, por exemplo: a Brigada Militar tem 170 anos. Sim, é verdade, mas como exército particular do governador do estado, é o mesmo caso das Forças Públicas de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.

LEIA MAIS...

Jair Krischke já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

- PNDH-3. Verdade, justiça e reparação. Entrevista especial com Jair Krischke, publicada nas Notícias do Dia 09-01-2010, disponível em <http://migre.me/42IS7>;
- Os 30 anos da anistia no Brasil. Entrevista especial com Jair Krischke, publicada nas Notícias do Dia 31-08-2009, disponível em <http://migre.me/42J2L>. Confira outras entrevistas e notícias relacionadas ao tema da anistia.
- Governo Dilma: as esperanças para a Comissão da Verdade. Entrevista especial com Jair Krischke, publicada nas Notícias do Dia 07-01-2011, disponível em <http://migre.me/42IRg>;
- Memória e ditadura militar: ‘Precisamos passar a limpo o que aconteceu’. Entrevista especial com Christa Berger, publicada nas Notícias do Dia 13-09-2008, disponível em <http://migre.me/42ITm>;
- Desaparecido político não é vergonha, diz ministro. Notícia publicada nas Notícias do Dia 04-01-2011, disponível em <http://migre.me/42IVB>;
- Tortura, crime contra a humanidade. Um debate urgente e necessário. Edição 269 da revista IHU On-Line
- Anistia: “O povo tem memória, sim”. Entrevista especial com Oswaldo Munteal Filho, publicada nas Notícias do Dia 26-08-2009, disponível em <http://migre.me/42J0D>;
- Lembranças vivas, feridas abertas: a punição aos torturadores da ditadura no Brasil. Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho, publicada nas Notícias do Dia 22-08-2009, disponível em <http://migre.me/42J1D>;

Acesse o Twitter do IHU
twitter.com/_ihu

A anistia não é esquecimento ou amnésia

Com base no exemplo da África do Sul, a anistia não pode ser tomada por esquecimento, pondera José Carlos Moreira Filho. Prevendo seu fim, a ditadura criou o expediente da anistia, aplicada de forma vaga

POR MÁRCIA JUNGES

“**O**s crimes cometidos pelo Estado devem ser o principal foco de uma sociedade preocupada em diminuir a violência que a aflige e em respeitar os direitos humanos”. A afirmação é do advogado José Carlos Moreira Filho, na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line. E continua: “A ditadura anteviu o seu próprio fim e garantiu que ele fosse o mais vantajoso possível para os seus agentes e torturadores, concedendo a eles, de modo propositadamente vago, uma anistia isenta de qualquer investigação ou esclarecimento em relação aos seus crimes, enquanto que para os perseguidos políticos a anistia não foi geral, visto que os condenados pela participação na luta armada não foram anistiados por esta lei”.

José Carlos Moreira da Silva Filho é mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Atualmente é professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Membro-Fundador do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição - IDEJUST. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que o Brasil tem a aprender com a experiência de países vizinhos como a Argentina e Uruguai, e de outros mais distantes como a Espanha e a África do Sul na condução dos seus processos pós-ditadura?

José Carlos Moreira Filho - Sem dúvida que, com relação aos processos transicionais de ditaduras para democracias, o Brasil tem muito a aprender com a Argentina, o Uruguai, a África do Sul e ainda outros países, como o Chile, por exemplo. Em relação aos países que mencionei, o Brasil é o que menos avançou no campo da justiça de transição, que engloba o direito à memória e à verdade, a justiça, a reparação e a reforma das instituições. Creio que o maior aprendizado oferecido por estas experiências a qualquer país que queira aprender, e ao Brasil em particular, é perceber que a verdade não deve ser temida, que expor publicamente as atrocidades cometidas por agentes do Estado não signi-

ficará um retrocesso democrático ou uma instabilidade política. Muito pelo contrário.

Violência legítima

Os piores crimes que podem ser cometidos são exatamente os crimes praticados pelo Estado. É célebre a afirmação de Max Weber¹ de que o Estado detém o monopólio da violência legítima dentro de uma sociedade, e também é conhe-

¹ Max Weber (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a IHU On-Line dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://migre.me/30rKx>. De Max Weber o IHU publicou o *Cadernos IHU em Formação* nº 3, 2005, chamado *Max Weber - o espírito do capitalismo*. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da IHU On-Line)

cida a incrível margem de autonomia e discricionariedade dos agentes públicos na definição do que é violência legítima. O Estado detém um vasto aparelho repressivo, composto de polícias e forças armadas, organizado, burocrático e fortemente armado. Nenhuma organização criminosa pode igualar tal poderio, a não ser que seja uma espécie de protoestado. Isto significa que os crimes cometidos por ele devem ser o principal foco de uma sociedade preocupada em diminuir a violência que a aflige e em respeitar os direitos humanos. Uma sociedade que expõe os crimes cometidos pelos seus agentes públicos e deles exige uma conduta compatível com o respeito aos direitos mais básicos de todos os cidadãos é, sem dúvida, uma sociedade que inibe a violência e que produz um espaço público mais digno e democrático.

Os índices de violência policial e judicial estão aí para quem quiser observar. O Brasil se apresenta como uma espécie de campeão desses índices e o silêncio e a negação são o ambiente

ideal para a propagação e a continuidade da violência. Por isto não devemos temer a verdade. Temos o dever de investigá-la e de expô-la.

Anistia não é amnésia

Na África do Sul a anistia concedida aos agentes perpetradores vinculados à política criminosa do Apartheid não foi uma anistia branca e geral, como foi por aqui. O princípio posto em prática, ainda que concretizado com falhas e lacunas, era o de que a condição para a anistia era a revelação da verdade, o reconhecimento das atrocidades praticadas. Fica claro, a partir do exemplo sul-africano, que anistia não pode ser confundida com esquecimento ou amnésia. Esta também é outra grande lição que o Brasil deveria aprender. Quanto à Argentina, sem dúvida o país mais avançado em suas políticas e processos transicionais, dentre as inumeráveis lições que poderiam ser aprendidas, eu destaco a existência de uma Suprema Corte que respeita os tratados internacionais de direitos humanos e os coloca em hierarquia superior no ordenamento jurídico. Neste sentido, a diferença entre ela é o Supremo Tribunal Federal brasileiro é abissal.

Quanto à Espanha, mencionada na pergunta, creio que não se deve incluí-la no rol de países mais avançados nos processos de transição. A ditadura franquista foi tão ou mais sanguinária que a ditadura argentina. No entanto, há uma grande diferença sobre como ambos os países lidam com seu passado ditatorial. O processo transicional espanhol é parecido com o brasileiro, no sentido de que ainda se cerca do silêncio como característica central. Basta ver a reação das elites judiciais espanholas e outras em relação à iniciativa do juiz Baltazar Garzon de investigar os crimes da ditadura franquista.

IHU On-Line - Por que o Brasil não consegue dialogar com seu passado ditatorial?

José Carlos Moreira Filho - Em seu livro *Ditadura e Repressão*, no qual promove um estudo comparado sobre a judicialização da repressão na Argentina, no Chile e no Brasil, o cientista político **Anthony Pereira**² identifica um curioso

² Anthony Pereira: cientista político, profes-

“O processo transicional espanhol é parecido com o brasileiro, no sentido de que ainda se cerca do silêncio como característica central”

paradoxo no caso brasileiro.³ De todos os três países, o Brasil foi aquele que melhor judicializou a repressão ditatorial e construiu uma legalidade autortária mais ampla, arraigada e vinculada à ordem jurídica anterior. Tal se deve, entre outros fatores, ao alto grau de coesão entre as elites judiciais e as forças armadas, o que levou os condutores do golpe e da sua manutenção à opinião de que o judiciário era “confiável”, e que, portanto, os tribunais poderiam se prestar ao papel de intermediário entre a ação repressiva direta dos agentes de segurança pública e aqueles que eram perseguidos políticos, tidos no contexto da ditadura como criminosos e terroristas. Se por um lado os milhares de julgamentos ocorridos na ditadura brasileira faziam vistas grossas em relação às denúncias de tortura e compactuavam com leis draconianas, como eram os Atos Institucionais e seus derivados, contando com juízes que defendiam e incorporavam a ideologia do regime, por outro, tais julgamentos contavam com um arsenal razoável de garantias e procedimentos e permitiam em grande parte dos casos evitar que os opositores políticos fossem simplesmente eliminados. Em sua pesquisa, Anthony Pereira notou também que, no Brasil, os advogados de defesa de presos políticos possuíam uma relativa liberdade e autonomia para atuar nas cortes políticas e conseguiram, por vezes, induzir os juízes a interpretarem a legislação autortária de uma maneira mais benigna para os seus clientes.

sor do Departamento de Ciência Política da Tulane University, em Nova Orleans, Louisiana, Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

³ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Herança ditatorial

Na Argentina, a ausência de uma coesão entre os militares e a elite judicial levou os militares a considerarem o judiciário pouco ou de modo algum “confiável”. Não havia, portanto, mediadores institucionais entre a violência direta dos agentes da repressão e os seus alvos. A estratégia adotada foi claramente a da eliminação e do desaparecimento em massa dos opositores políticos. Contudo, se a forte coesão institucional ocorrida na ditadura militar brasileira e a sua máscara de legalidade foram responsáveis por uma cifra menor de mortos e desaparecidos do que em relação à Argentina, elas mantiveram no Brasil a continuidade da herança autortária no período pós-ditatorial. Herança que continua forte até hoje, ao contrário do que ocorre na Argentina. Após a ditadura brasileira, nenhum juiz, por mais conivente que fosse com o regime, nenhum policial, por mais que tenha torturado e assassinado opositores, nenhum político ou dirigente, por mais que tenha aprovado, ordenado ou tenha sido conivente com a tortura, foi demitido, exonerado ou responsabilizado pelos seus atos. Muitos deles simplesmente continuam a atuar no Poder Público, transferindo agora o foco da sua impunidade para os criminosos comuns e os suspeitos de o serem, que continuam a ser barbaramente torturados nas delegacias e nos presídios, sempre com o aval de juízes que os mandam ou os mantêm por lá, e que justificam, em muitos casos, a sua decisão a partir de uma avaliação totalmente arbitrária da personalidade do criminoso ou suspeito como sendo um “indivíduo de alta periculosidade”.

É compreensível, portanto, embora não justificável, que, diante deste quadro, o Brasil tenha grande dificuldade em lidar com o seu passado ditatorial. Como não houve uma depuração das nossas instituições - especialmente das forças armadas, do judiciário e das forças policiais -, a manutenção do discurso apologético da ditadura e a negação dos crimes contra a humanidade cometidos continuam a ser a moeda corrente, endossada igualmente pelos meios de comunicação de massa, que em grande parte também apoiaram a

ditadura e foram cúmplices dos crimes praticados, não tendo assim muito interesse na busca dessa verdade. Continuamos a ter uma justiça militar com jurisdição inclusive sobre civis, e uma espinha organizacional, tanto das forças armadas quanto das policiais, que impõe uma forte e violenta estrutura hierárquica, que possui predominância em relação ao respeito pelos direitos humanos, não só dos seus alvos mas também dos seus próprios agentes.

Negação do golpe

É igualmente espantosa a forte visão institucional que permeia as forças armadas quanto ao passado ditatorial. É quase como se a confissão dos seus erros e abusos fosse significar a dissolução da sua própria identidade, ainda enfaticamente sustentada na ideologia da segurança nacional. Isto vale tanto para militares mais jovens como veteranos. Há uma barreira que parece quase intransponível e que impede que os nossos militares possam fazer o que fizeram os militares argentinos (nem todos, é claro), reconhecendo as atrocidades cometidas e pedindo desculpas à nação. Enquanto isto, no Brasil, os militares comemoram o golpe com festas e negam que tenha havido a tortura sistemática como política de governo. De todo modo, a esperança continua viva.

Em uma palestra que dei ano passado na Universidade Federal do Paraná, fui interpelado por um jovem militar, aluno de Direito, que me indagou sobre o que se podia fazer para que os militares reconhecessem o seu erro, evitassem repeti-lo e conseguissem democratizar a instituição militar. Eu disse a ele que isto só iria acontecer de fato a partir de pessoas como ele, que estão dentro da instituição e querem que ela mude. Isto ainda é muito difícil, como pode ser comprovado a partir das consequências atualmente sofridas por qualquer militar que ouse questionar a deficiência democrática e a violência da sua instituição, como é o caso do capitão paraquedista Luiz Fernando Ribeiro de Sousa, mais conhecido como Capitão Fernando. Ele lidera no Rio Grande do Sul um movimento que se intitula de “capitanismo”, e cuja reivindicação central é adequar

as normas da caserna à Constituição Federal. Resultado: o Capitão Fernando está preso e sofre a ameaça de ser expulso da força. O mesmo acontece com o autor do livro *Exército na Segurança Pública: uma Guerra Contra o Povo Brasileiro*⁴, o capitão Mário Soares, mais conhecido por Capitão Marinho e também gaúcho.

IHU On-Line - Essa realidade tende a mudar com o governo Dilma? Quais são suas expectativas?

José Carlos Moreira Filho - Acredito que no governo Dilma teremos menos hesitação com este tema. Recentemente, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o general ⁴⁵ deu uma declaração infeliz, para dizer o mínimo, sobre os desaparecidos políticos da ditadura militar, afirmando que as forças armadas não tinham nada do que se vangloriar ou se envergonhar a respeito do assunto. Imediatamente, a presidenta Dilma o repreendeu de modo claro e direto, sem se demorar em esforços conciliatórios. O fato da presidenta Dilma ter sido uma ex-perseguida política, militante vinculada a uma das organizações clandestinas mais combativas do período ditatorial, a VAR-Palmares, tendo sofrido prisões e torturas bárbaras, é algo por demais simbólico e importante para o amadurecimento da nossa democracia. Antes de ela assumir, tive o receio de que justamente em função da sua forte vinculação ao tema, ela procuraria se manter distante dos inevitáveis embates que surgiriam a partir da implementação de políticas públicas de memória. Mas esta impressão sofreu um certo abalo após o seu discurso e a cerimônia de posse, na qual estavam

4 MARINHO, Capitão. *Exército na Segurança Pública: uma Guerra Contra o Povo Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2010.

5 José Elito Siqueira: general, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo de Dilma Rousseff. Em janeiro de 2011, afirmou que “Nós temos que ver o 31 de março de 1964 como dado histórico de nação, seja com pros e contras, mas como dado histórico. Da mesma forma, os desaparecidos são história da nação, que não temos que nos envergonhar ou nos vangloriar”. Em função dessa declaração foi chamado pela presidenta Dilma para prestar explicações. Confira mais sobre esse tema na entrevista concedida por Jair Krischke em 07-01-2011 às *Notícias do Dia*, disponíveis em <http://bit.ly/hoiRPf>. (Nota da IHU On-Line)

presentes em lugar de honra suas ex-companheiras de cela e no qual ela não se furtou a fazer generosas referências à geração que combateu a ditadura. O firme empenho da ministra Maria do Rosário⁶ em prol da Comissão da Verdade também é um sinal positivo.

Condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Recentemente a presidenta esteve em Porto Alegre para homenagear a memória das vítimas do Holocausto, e na mesma ocasião ela cancelou a visita já programada à Usina de Candiota. Na época, os jornais gaúchos noticiaram o fato lamentando o cancelamento da visita e fazendo especulações sobre o seu motivo. O que me espantou, mas não me surpreendeu, é que nenhum deles notou a contradição que seria a presidenta homenagear as vítimas do Holocausto e, no dia seguinte, inaugurar as novas instalações da Usina chamada Presidente Médici, exatamente o nome do governante ditatorial responsável pelo período mais sangrento da ditadura.

Por outro lado, ainda não foi possível perceber nenhuma ação concreta de maior envergadura do governo Dilma em prol do direito à memória e à verdade e da reparação. A Comissão de Anistia, por exemplo, vem sofrendo desde a saída de Tarso Genro do Ministério da Justiça uma drástica redução de pessoal e de condições estruturais para o seu trabalho, o que motivou a suspensão do trabalho ordinário da Comissão e uma reconfiguração na qual certamente se diminuirá em quase 90 % a quantidade de processos julgados e de ações educativas em prol da memória política, como o são as Caravanas da Anistia. Também não se tem uma clara sinalização de se ou como o atual governo cumprirá a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Brasil no caso Araguaia⁷. É certo que o governo está

6 Maria do Rosário Nunes (1966): professora e política brasileira, formada em pedagogia pela UFRGS, com especialização pela USP, e atualmente exerce o cargo de Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e ocupa também uma cadeira na Câmara Federal. (Nota da IHU On-Line)

7 Guerrilha do Araguaia: movimento guerrilheiro existente na região amazônica brasileira, ao longo do rio Araguaia, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da dé-

apenas começando, mas devemos não só esperar para ver como também nos mobilizarmos e cobrarmos das autoridades constituídas um investimento realmente sério e palpável no tema dos direitos humanos.

IHU On-Line - O que foi e é exatamente a Lei de Anistia aplicada no Brasil?

José Carlos Moreira Filho - Primeira-mente, é preciso entender que existem duas leis de anistia no Brasil: a Lei 6.683/79 e a Lei 10.559/02. Há uma diferença profunda entre ambas. A lei de 1979 foi editada e promulgada em plena ditadura militar, por um Congresso submisso e desconfigurado pelo pacote de abril de 1977. Geisel, invocando o AI-5, havia dissolvido o Congresso, instituído os senadores biônicos e mudado as regras de composição da casa, de tal maneira que não fosse possível a aprovação de qualquer projeto de lei que contrariasse os interesses ditatoriais. No espectro destes interesses estava a anistia, vista pelos seus arquitetos muito mais como uma maneira de escapar de uma eventual prestação de contas dos agentes públicos que facilitaram, ordenaram e praticaram crimes contra a humanidade do que um meio de libertar os presos políticos e permitir o retorno dos exilados. A ditadura anteviu o seu próprio fim e garantiu que ele fosse o mais vantajoso possível para os seus agentes e torturadores, concedendo a eles, de modo propositadamente vago - afinal, não reconheciam, como continua sendo até hoje, as atrocidades cometidas -, uma anistia isenta de qualquer investigação ou esclarecimento em relação aos

cada de 1970. Criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), uma dissidência armada do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tinha como o objetivo fomentar uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, baseada nas experiências vitoriosas da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa. Combatida pelo exército a partir de 1972, quando vários de seus integrantes já haviam se estabelecido na região há pelo menos seis anos, o palco das operações de combate entre a guerrilha e o Exército se deu onde os estados de Goiás, Pará e Maranhão faziam fronteira. Desconhecida do restante do país à época em que ocorreu, protegida por uma cortina de silêncio e censura a que o movimento e as operações militares contra ela foram submetidos, os detalhes sobre a guerrilha só começaram a aparecer cerca de vinte anos após sua extinção pelas Forças Armadas, já no período de redemocratização. (Nota da IHU On-Line)

“Na Argentina, foi somente após a conclusão dos trabalhos da Comissão da Verdade que se iniciaram os julgamentos por violações de Direitos Humanos, tendo sido de inestimável importância o relatório produzido pela Comissão”

seus crimes, enquanto que para os perseguidos políticos a anistia não foi geral, visto que os condenados pela participação na luta armada não foram anistiados por esta lei.

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que a luta pela anistia, com fôlego especialmente renovado a partir de 1975 pelos inúmeros comitês brasileiros pela anistia, deu um belíssimo exemplo de movimentação popular, ainda que o governo de Figueiredo o ignorasse completamente. Também não se pode deixar de observar que o Brasil teve um ganho inestimável para o seu processo político e democrático com o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos.

Revisão da lei de anistia

Já a Lei 10.559/02 veio regulamentar o Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da reparação aos que foram perseguidos políticos pela ditadura. Note-se bem que no texto da nossa Constituição de 1988 nada se diz com relação a uma anistia para agentes do regime e torturadores, nada se diz sobre crimes conexos ou de qualquer natureza. O foco desta anistia, cuja missão é de responsabilidade da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, é a reparação dos que foram perseguidos políticos e pagaram um elevadíssimo preço

por isto. O Estado não faz nada menos do que o seu dever em dar vida ao princípio jurídico universal de que se devem indenizar aqueles que foram prejudicados de forma ilícita, ainda mais quando quem os prejudicou foi exatamente o próprio Estado.

Por fim, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a interpretação da lei de anistia de 1979 é um dos sinais mais veementes da forte presença entre nós da herança autoritária da ditadura militar, bem naquela linha do que eu dizia em minha resposta à segunda pergunta desta entrevista. Sobre esta decisão e os absurdos jurídicos e históricos apresentados pela maioria dos ministros remeto o leitor a um artigo que escrevi intitulado “O julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e a inacabada transição democrática brasileira”.⁸

IHU On-Line - Por que motivos foi adotado esse recurso? Era o melhor que se podia ter feito? Por quê?

José Carlos Moreira Filho - Além do que eu já disse sobre o tema, acrescentaria que, no contexto de 1979, não havia condição de se manter em aberto um processo de responsabilização dos agentes ditatoriais. Como eu já disse antes, ainda vivíamos uma ditadura. É claro que seria pior se não tivesse ocorrido a anistia dos perseguidos políticos naquele ano, mas isto não significa que, agora, no ano de 2011, com uma democracia estável e sob a égide de uma Constituição cidadã e democrática, não tenhamos condições de finalmente confrontar o nosso passado e promover as necessárias responsabilizações, bem na linha do respaldo jurídico já fornecido pela sentença da OEA.

IHU On-Line - O que essa lei significou para torturadores e torturados?

José Carlos Moreira Filho - Sobre isto apenas acrescento que um dos significados mais perversos que a lei de anistia de 1979 acabou trazendo foi o de alimentar o discurso de que havia

⁸ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da Silva Filho. O julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e a inacabada transição democrática brasileira. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Prado. *Direito ao desenvolvimento*. São Paulo: Fórum, 2010, p. 515-545.

dois lados, que cometeram crimes e que depois fizeram um acordo. O que se teve, na verdade, foi um grupo de cidadãos brasileiros perseguido pelo governo do seu próprio país, que não teve os seus direitos mais básicos respeitados por quem mais tinha o dever de respeitá-los: o Estado. O que se teve foi um governo golpista que depôs um presidente eleito pelo povo, que rasgou os fundamentos da Constituição de 1946, e, de outro lado, um grupo de brasileiros que exerceu o legítimo direito de resistência à tirania.

IHU On-Line - Em que medida a Comissão da Verdade irá resolver os casos obscuros da ditadura?

José Carlos Moreira Filho - Será de fundamental importância o trabalho do Congresso Nacional para que a Comissão da Verdade no Brasil seja uma realidade efetiva. Acredito que a mera aprovação do projeto de lei enviado pelo Executivo não será o suficiente. É preciso fazer modificações no texto do projeto. Para começar, o tempo de dois anos é muito pouco a fim de que se consiga realizar minimamente o que se pretende. Este problema poderia ser resolvido com a menção de que o prazo fixado poderá ser prorrogado caso necessário. Outro ponto não muito claro do texto do projeto é o que se refere aos documentos sigilosos. Ali se diz que a Comissão deverá ser sigilosa na manipulação de tais documentos, mas não se afirma que este sigilo deverá ser eliminado no momento da divulgação do relatório final.

Com relação à possibilidade real de se descobrir novas informações sobre o que aconteceu na repressão promovida pela ditadura, entendo que o afastamento de qualquer possibilidade de responsabilização aos seus agentes é prejudicial. Afinal, o que poderia levar um agente que torturou, assassinou e promoveu o desaparecimento forçado de pessoas, bem como quem ordenou, apoiou ou sustentou tais ações, a revelar a verdade, já que não haveria nenhum risco de uma responsabilização a partir da qual se pudesse negociar uma anistia, como foi feito na África do Sul? Uma eventual responsabilização, hoje, depende de como o governo

pretenderá ou não cumprir a sentença da Corte da OEA.

De todo modo, entendo que, mesmo sem a possibilidade de responsabilização, a existência de uma Comissão da Verdade no Brasil seria muito importante. Além de ela sempre poder trazer a possibilidade de que alguns agentes se sintam arrependidos e falem, ou de encorajar pessoas que não participaram diretamente a contarem o que sabem, é possível que muitos documentos secretos em poder das Forças Armadas possam vir à luz, e que a publicização das atrocidades venha a causar uma mobilização social em prol da responsabilização. Na Argentina, foi somente após a conclusão dos trabalhos da Comissão da Verdade que se iniciaram os julgamentos por violações de Direitos Humanos, tendo sido de inestimável importância o relatório produzido pela Comissão.

IHU On-Line - Esquecer é matar duas vezes. Como conscientizar e informar os jovens do que houve em nosso país há tão pouco tempo?

José Carlos Moreira Filho - Para isto, é fundamental a publicização dos crimes cometidos pela ditadura, pois somente assim poderemos sair do signo do silêncio e da negação e, inclusive, termos mais condições de inserirmos este tema na nossa formação educacional, seja nos livros didáticos ou nas aulas ministradas por nossos professores em todos os níveis de ensino. Indispensável, igualmente, que a conscientização e a informação ocorram também no âmbito formativo das nossas instituições de segurança, como o Judiciário, as polícias e as Forças Armadas. Penso, por fim, que é extremamente estratégica uma mudança nos cursos de Direito do país no sentido de abarcarem a temática e de promoverem o resgate da memória política em sala de aula, afinal é das faculdades de Direito que saem nossos juizes e delegados de polícia. Em abril de 2010, tive a oportunidade de realizar uma oficina especificamente sobre este tema no Encontro da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi) ocorrido na FGV do Rio de Janeiro. Nesta oficina percebemos que em todas as disciplinas do curso de Direito é possível trabalhar o conteúdo da memória política brasilei-

ra. Por exemplo, em Direito Administrativo seria importante que, antes de se fazer uso da obra didática de Hely Lopes Meirelles⁹ - uma das mais utilizadas nos cursos de Direito -, se soubesse que ele, quando foi secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, apoiou entusiasticamente a formação do Esquadrão da Morte, liderado pelo sanguinário Sergio Paranhos Fleury.

IHU On-Line - As ditaduras que caem em dominó na Tunísia e Egito e a que treme na Líbia, onde Khadafi está prestes a ruir, são sinais de esperança para um mundo mais justo e democrático? Por quê?

José Carlos Moreira Filho - Acredito que sejam sim, pois mostram que, quando a sociedade se organiza e se mobiliza, ela pode conquistar direitos, de modo muito mais legítimo, pacífico e eficiente do que qualquer intervenção estrangeira. E esta é a forma mais elevada de democracia, aquela que vem de baixo para cima, das ruas para as instituições. Penso também que o ocorrido é importante para que o mundo ocidental reveja o seu preconceito etnocêntrico em relação ao mundo árabe, percebendo que parte expressiva do seu povo possui vocação e desejo para a construção de sociedades democráticas, e que, mesmo no âmbito de teocracias como a iraniana, existem pessoas e grupos que não compactuam com o extremismo religioso e a violência que dele emana.

LEIA MAIS...

>> José Carlos Moreira Filho já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

• Políticas de memória, um dever social. Entrevista publicada na IHU On-Line número 343, de 13-09-2010, disponível em <http://migre.me/41KGS>;

• Lembranças vivas, feridas abertas: a punição aos torturadores da ditadura no Brasil.

Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho, concedida em 22-8-2009, para as Notícias do Dia, disponível em <http://migre.me/41Klx>.

• A afirmação positiva da diferença. Entrevista publicada na IHU On-Line número 266, de 28-07-2008, disponível em <http://migre.me/41KJA>;

• Um direito mais amplo e interdisciplinar. Entrevista publicada na IHU On-Line número 305, de 24-08-2009, disponível em <http://migre.me/41KKA>.

⁹ Hely Lopes Meirelles (1917–1990): jurista brasileiro, reconhecido como um dos principais doutrinadores do Direito Administrativo e do Direito Municipal brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

Pinochet e a herança grotesca da ditadura

Julgado como ladrão, o ditador chileno não foi condenado como “organizador do crime político e do estado policial”, lamenta José De La Fuente. Colaboração entre países latino-americanos solidificou a atuação da Operação Condor e promoveu um *know-how* da tortura

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Uma herança grotesca de perseguição, desaparecimento de pessoas, “encarceramentos maciços e assassinatos de militantes de esquerda”. Eis alguns dos principais legados da ditadura de Augusto Pinochet, no Chile, avalia o professor chileno José De La Fuente. “No período da ditadura, o poder Judiciário praticamente não funcionou, atuou em conluio com o regime, negou sistematicamente o direito à defesa e o habeas corpus”, pontua. Além disso, a hegemonia desse regime foi baseada na “organização de um aparato de Estado policial permanente, convencida de seu messianismo salvífico para evitar que o Chile e a América Latina ‘caíssem nas mãos do comunismo soviético’”. Há de se ressaltar que “o principal responsável e condutor da criminalidade política, o ditador Augusto Pinochet, morreu tendo sido julgado como ladrão, porém não condenado como organizador do crime político e do estado policial”. A colaboração entre os países latino-americanos na Operação Condor, iniciada na década de 1960, é outro aspecto debatido na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**: “Os generais Garrastazu Médici, Geisel e Batista Figueiredo sem dúvida orientaram Pinochet e o ajudaram com a Operação Condor e no preparo de torturadores”. Essa organização, acredita, “não morreu com o desaparecimento de Pinochet ou de Stroessner”. Em seu ponto de vista, “o interesse dos Estados Unidos em apoiar este tipo de ditaduras e de facínoras, não era outro que impedir o desabrochar da participação popular, da organização e do protagonismo da inteligência política dos povos em sua ascensão à recuperação do poder social e político. Talvez o caso do Chile seja o mais patético”. A respeito do governo de Michelle Bachelet, dispara: “O fim da ditadura não significou um reencontro dos chilenos com os ideais democráticos socialistas que a presidente declarava. Bachelet não pôde mudar os enclaves ditatoriais como o Sistema Eleitoral Binominal, substituir a Constituição deixada pelo ditador e o modelo econômico neoliberal e reivindicar os direitos ancestrais da nacionalidade mapuche”.

José De La Fuente é professor de espanhol, mestre em Literatura Hispânica e doutor em Estudos Americanos pela Universidade de Santiago do Chile. Atualmente, leciona na Universidade de Santiago do Chile e na Universidade Cardenal Raúl Silva Henríquez. É membro do Comitê Acadêmico Internacional da rede Corredor das Ideias do Conesul, do Grupo de Estudos Eidéticos da Universidade de Talca. De suas publicações citamos *Narrativa de Vanguardia, identidad y conflicto social en la novela latinoamericana* (2007) e *De la escritura a la vida* (1996), de poesias. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a pior herança da ditadura chilena de Pinochet, que durou 17 anos?

José De La Fuente - Num mesmo plano de importância no tempo, a pior herança ficou marcada na idiossincrasia e no caráter dos chilenos, aspectos centrais de sua identidade. O século XX foi uma época de paulatina ascensão e integração do povo e das faixas médias

em todas as atividades e aspirações sociais, especialmente em educação, em participação política, em partidos, sindicatos e cooperativas, na imprensa autenticamente democrática. A prolongada ditadura baseou sua hegemonia na organização de um aparato de Estado policial permanente, convencida de seu messianismo salvífico para evitar que o Chile e a América Latina

“caíssem nas mãos do comunismo soviético”. A permanente ação policial do regime fratura a identidade cultural e política, impõe pela violência o neoliberalismo, excluindo-se o pensamento alternativo e democrático com um recorrente desprestígio da política e dos políticos. Do medo às ideias e à autocensura, a sociedade chilena ainda não conseguiu sanar-se. Pelo

contrário, os governos pós-ditadura, que administraram o país de 1990 até 2010, através do conglomerado político chamado “Concentração para a democracia”, pelas leis de amarração do pinochetismo e do império norte-americano, terminaram vergonhosamente aumentando os efeitos de iniquidade político-econômica do neoliberalismo. Foram incapazes de derrogar e modificar a Constituição de 1980, promulgada por Pinochet e, até o dia de hoje, rege o Sistema Eleitoral Binominal, que impede o governo das maiorias, favorecendo o empate político e a ideologia econômica de um capitalismo desregulado e perverso para os mais pobres.

O Chile é um dos países do mundo onde existe a pior distribuição da riqueza que provém do trabalho de seu povo e da venda de matérias primas, especialmente do subsolo e do patrimônio mineiro.

Herança grotesca

Finalmente, a ditadura deixa a grotesca herança da perseguição, do desaparecimento de pessoas, dos encarceramentos maciços e assassinatos de militantes de esquerda. Aí estão os informes testemunhais: o *Informe Rettig de Verdad y Reconciliación* (1991), que dá conta de 3.195 detidos e desaparecidos e o *Informe Valech de la Comisión Nacional sobre Persecución Política y Tortura* (2005), que consigna mais de 28 mil violentados, incluindo crianças, anciãos e mulheres grávidas.

Com efeito, todos estes fatos deram origem ao “apagão cultural” que, desde então até o dia de hoje, se traduz num sistema educativo privado com fins de lucro, que não se interessa pela reeducação cívica e, menos ainda, por democratizar os claustros universitários e onde tanto faz um governo de “direita”, de “esquerda” ou “democrata cristão”, inclusive de se viver ou não em democracia. Todos são ideologicamente uma mesma amálgama regulada pela colusão de Reagan e Thatcher, que condicionaram as ditaduras e os intermináveis governos de transição, incluídos os socialistas, segundo o famoso “Consenso de Washington”.

“A população chilena não tem um duelo pendente; segue vivendo no inferno do cinismo e da banalidade dos ‘operadores políticos’”

A população chilena não tem um duelo pendente; segue vivendo no inferno do cinismo e da banalidade dos “operadores políticos”: os parlamentares, salvo exceções, parece carecerem de ideias próprias. Todos querem se assemelhar uns aos outros; há temor à dissidência; evitam a distinção e as diferenças ideológicas. A uniformidade militar - obediência devida? - parece que ficou para sempre incrustada em seus cérebros.

Etapas mentais

Desde a perspectiva psicanalítica, a sociedade passou por diferentes etapas mentais; e, entre elas, a partir de 1973 entra num estado mental paranoico, no qual “o outro” é o inimigo que quer destruir-nos e, por isso, é preciso eliminá-lo. Com a dissolução da Direção de Inteligência Nacional - DINA, passa-se a um estado mental narcisista ou maníaco, que expressa a sensação de triunfo e desprezo pelo adversário. De 1989 em diante entra-se num estado neurótico, em que os diversos grupos se ameaçam mutuamente. E, desde 1990, a banalidade transforma os políticos numa classe decadente na qual muito poucos, especialmente os jovens, confiam. É preciso não esquecer que o modelo neoliberal, como o assinala o historiador Sergio Grez, “no Chile é um modelo que tende à fragmentação do corpo social, que não estimula a que a gente se reúna, discuta, participe, senão que propicia o individualismo, as soluções puramente pessoais e não coletivas”.

IHU On-Line - Como funcionou a anistia no Chile? Foi realizada de maneira adequada?

José De La Fuente - As agrupações denominadas Detidos-Desaparecidos, Presos e Torturados Políticos; a Comissão Ética contra a Tortura - CECT, que funcionou durante dez anos; a Associação de Executados Políticos - AFEP, que declara mais de 1.176 execuções; algumas igrejas, organismos como a Anistia Internacional e ONGs têm mantido uma mobilização e um alerta permanente para impedir as intenções de grupos corporativos, da direita fascista e de nostálgicos pinochetistas, de perdoar sem mais os carrascos, torturadores e assassinos a soldo de Pinochet. As mulheres dos Detidos-Desaparecidos fizeram uma luta exemplar, da mesma firmeza e perseverança que o movimento de mulheres Mães da Praça de Maio da Argentina e de outros países do Cone Sul.

Em 1978, a ditadura, por meio do decreto de Lei Nº 2.191, conhecido como Lei de Anistia, pretendeu beneficiar os autores, encobridores e cúmplices dos delitos cometidos em tempos de estado de sítio. Fundamentalmente, este decreto favoreceu os esbirros da ditadura, expulsando-os do país. Posteriormente, a ditadura já se viu impedida dessas ações de encobrimento legal. Para os opositores ao regime, serão outros organismos que atenderão às petições de indultos. Porém, a maioria dos perseguidos chilenos não obteve o benefício de anistia. Pelo contrário, a injustiça e a arbitrariedade, permanentes por várias décadas, consolidou no povo chileno uma resistência ativa para opor-se ao esquecimento e consolidar em sua memória um verdadeiro tribunal de consciência social. No período da ditadura, o poder Judiciário praticamente não funcionou, atuou em conluio com o regime, negou sistematicamente o direito a defesa e o *habeas corpus*. Uma vez recuperada uma fração da democracia em começos de 1990, alguns juizes começam a atender às acusações contra os torturadores e assassinos.

Retorno à impunidade?

Em fins de maio de 2010, 782 ex-agentes de serviços de segurança foram processados e condenados por crimes associados a violações de direitos huma-

nos. Entre os anos 2000 e 2010, aproximadamente 290 ex-agentes das forças de segurança de Pinochet receberam um total de 505 sentenças condenatórias por crimes associados a violações de direitos humanos. Porém, quase a metade desses agentes, 145, recebeu algum tipo de benefício, como redução de pena ou liberdade vigiada em sentenças ratificadas pela Corte Suprema de Justiça. Não obstante as vacilações e contradições com que opera o sistema judicial, o braço direito de Pinochet e principal ideólogo da política de extermínio do regime, o General Manuel Contreras Sepúlveda, chefe da DINA e da CNI - ambos organismos de inteligência -, está em prisão perpétua com condenações reais e simbólicas que somam mais de 200 anos de cárcere. Mas, o principal responsável e condutor da criminalidade política, o ditador Augusto Pinochet, morreu tendo sido julgado como ladrão, porém não condenado como organizador do crime político e do estado policial. E agora, ao cumprir-se um ano de exercício do governo de Sebastián Piñera, o qual governa com os mesmos símbolos da ditadura e com o apoio político dos partidos e burocratas que colaboraram com Pinochet, formula a possibilidade de indulto para os violadores dos direitos humanos, cuja maioria se constitui hoje em dia de anciãos e enfermos. Volta ao Chile a impunidade?

IHU On-Line - Como a sociedade chilena conseguiu “acertas as contas” com o passado ditatorial de seu país?

José De La Fuente - A resposta é bastante complexa e tem muitas arestas. O ajuste de contas tem sido lento e protelado no tempo. A cifra de condenados, que dei na resposta anterior, vista fora de contexto e da dor acumulada por feridas que ainda não cicatrizam na geração dos sobreviventes nascidos entre 1930 a 1960, poderia ser eloquente e decisória da ação de tribunais e juízes que, muitos deles a contrapelo, assumem seu ofício tardiamente segundo o mandato e juramente jurídico-social. Este ajuste de contas se tem traduzido em não ceder nenhum espaço de impunidade aos carrascos da ditadura e a construir museus e memoriais onde fosse pos-

**“Incute-me vergonha
cívica recordar que
Pinochet, depois de ter
sido ditador, foi
Comandante em Chefe
do Exército, aceito por
Aylwin, e logo ingressou
no Parlamento como
senador vitalício”**

sível. A juventude, dos anos 1990 em diante, assume a FUNA, que consiste numa ação pública de justiça popular, espontânea e de rápida conformação, contra aqueles que não têm sido julgados nem condenados. A FUNA é uma forma de sentenciar publicamente os esbirros. Depois de um paciente e sigiloso seguimento, os “funeiros” surpreendem o delator, cúmplice ou criminoso num lugar público (restaurante, praça, rua, estádio, bairro residencial, interior de uma igreja, etc.), rodeiam o “funado”, julgam-no e o sentenciam a viva voz.

Memoriais

Outra maneira de “acertar as contas” com o passado ditatorial tem sido a criação e fundação de memoriais pelos Detidos-Desaparecidos na maioria das cidades do Chile e mais de 14 instituições, sob um verso do poeta Mario Benedetti¹, que se converteu em lema: “O olvido está cheio de memória”. Entre as instituições mais importantes figuram: o Parque pela Paz Villa Grimaldi (ex-Quartel Terranova, campo de concentração e tortura, hoje transformado num museu aberto da memória); a Fundação Victor Jará,

¹ Mario Benedetti: [poeta](#), [escritor](#) e [ensaísta uruguaio](#). Integrante da *Geração de 45*, a qual pertencem também Idea Vilarinho e [Juan Carlos Onetti](#), entre outros. Considerado um dos principais autores uruguaios, iniciou a carreira literária em 1949 e ficou famoso em 1956, ao publicar “Poemas de Oficina”, uma de suas obras mais conhecidas. (Nota da IHU On-Line)

a Fundação e Arquivo de la Vicaria (www.archivovicaria.cl); o Museu de la Memoria (www.museodelamemoria.cl), etc.

Em termos estritamente políticos, a conta não está saldada. Nenhum dos governos, a partir dos anos 1990, tem sido capaz de convocar o povo a um referendo nacional por meio de uma Assembleia Constituinte para redigir, discutir e aprovar uma nova Constituição. A entrega da simbólica faixa presidencial que o ditador pôs no peito ao primeiro presidente do Acordo, Patricio Aylwin, se fez transacionando com o imperialismo, com a oligarquia interna, com outros poderes factuais e com a ditadura certas questões fundamentais, como: um remedo de Parlamento integrado por “notáveis”, senadores e juízes vitalícios, mantendo o modelo econômico de capitalismo desregulado; o sistema eleitoral binominal; a filosofia e administração do sistema educacional; a segurança social e a saúde transformada num grande negócio de empresários privados nacionais e transnacionais; a atomização da organização obreira e a perda do potencial negociador dos sindicatos; a desnacionalização das riquezas minerais; a desnacionalização das orlas marinhas e lacustres; a venda da água (este bem natural já não é do Estado nem do povo, pois está todo vendido a empresas privadas).

Incute-me vergonha cívica recordar que Pinochet, depois de ter sido ditador, foi Comandante em Chefe do Exército, aceito por Aylwin, e logo ingressou no Parlamento como senador vitalício. Com efeito, o ajuste de contas tem sido muito deficitário, com a balança sempre inclinada para o lado dos nostálgicos do pinochetismo, um perigo ideológico latente para as futuras gerações.

IHU On-Line - Qual é o fio condutor que une as ditaduras na América Latina? A Operação Condor esteve por trás delas?

José De La Fuente - O fio condutor que une as ditaduras responde à reação dos grupos oligárquicos internos de cada país e aos cálculos de dominação ou de neocolonialismo do império norte-americano no contexto da

Guerra Fria. Naquela época, o processo de democratização continental era evidente, envolvente e convincente. Para eles era inaceitável que a América Latina, imbuída da filosofia para a integração econômica ideada pela CEPAL, do Pacto Andino, da Teologia da Libertação², da teoria da dependência, da ascensão crescente da revolução cubana, da nova liderança juvenil com a recuperação de sua inteligência universitária e solidária, etc., se constituísse em modelo alternativo socialista ante a decadência do capitalismo regional e que se superariam as iniquidades em outras partes do mundo subdesenvolvido.

Outro fio desta corda é a educação dos oficiais dos exércitos latino-americanos em escolas de formação norte-americanas; é a matriz ideológica e pedagógica que assegurou historicamente o poder dos endinheirados sobre a maioria de pobres e marginalizados. E, sem dúvida alguma, a Operação Condor, que se inicia na década de 1960, é o braço clandestino da grande cruzada que organiza o fascismo latino-americano, manipulando os exércitos e as polícias nacionais, para propagar a perseguição e os tratamentos cruéis e degradantes contra os democratas que acreditavam que “esse outro mundo era possível”, com a reativação da utopia social por uma vida melhor. A Operação Condor, denunciada pelo Prêmio Alternativo da Paz (2002), o doutor em Educação e advogado paraguaio Martín Almada, em seu livro *Paraguay, la cárcel olvidada, el país del exilio*, com mais de 10 edições, mais outras denúncias como o *Descubrimiento de los Archivos del terror e ingreso a la Técnica, Los secretos del General, os Vestígios de um sueño y Museos de las Memórias*, entrega todas as evidências de um plano secreto para o extermínio seletivo e maciço com a vênua da CIA.

Operação Condor

² Teologia da libertação: corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir dos anos 70. São baseadas na opção preferencial pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Desenvolveu-se inicialmente na América Latina. (Nota da IHU On-Line)

Em 1966 cria-se a Operação Condor unilateral; e logo, a partir de 1975, surge a Operação Condor multilateral integrada pelos governos do Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile. Os ideólogos são Henry Kissinger³, Pinochet⁴, Hugo Bánzer⁵, Stroessner⁶, Videla⁷, etc. Para estes malfeitores, os que não lhes rendem preito ou não aderem aos seus interesses são considerados “lixo social”. Atualmente, o Plano Condor está em mãos da Conferência de Exércitos Americanos - CEA (composta por 20 países e 5 membros observadores) e o dirige das sombras o comandante em chefe do exército peruano Otto Grivovich. Pode-se inferir que esta organização não morreu com o desaparecimento de Pinochet ou de Stroessner. Pelo contrário, continua gozando da impunidade que lhe outorgam nossas “democracias representativas”, invocando o amor à pátria e o cuidado do povo.

IHU On-Line - Qual foi o interesse dos Estados Unidos em apoiar este tipo de regimes?

José De La Fuente - Por sua parte,

³ Henry Alfred Kissinger (1923): diplomata estado-unidense que teve um papel importante na política estrangeira dos EUA entre 1968 e 1976. Em 1938, devido às perseguições anti-semitas na Alemanha, emigrou com seus pais para os EUA. Serviu na Segunda Guerra Mundial, e recebeu o Ph.D. de Harvard em 1954, tornando-se instrutor na mesma universidade. Kissinger foi conselheiro para a política estrangeira de todos os presidentes dos EUA de Eisenhower a Gerald Ford, sendo o secretário de Estado, conselheiro político e confidente de Richard Nixon. Em 1973 ganhou, com Le Duc Tho, o Prêmio Nobel da Paz, pelo seu papel na obtenção do acordo de cessar-fogo na Guerra do Vietnã. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Augusto José Ramón Pinochet Ugarte (1915-2006): general do exército chileno, foi presidente do Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar um golpe militar que derrubou o governo do presidente socialista, Salvador Allende. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Hugo Bánzer: foi um general e político boliviano, presidente da República por duas vezes. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Alfredo Stroessner Matiauda (1912-2006): político, general de exército e presidente ditador do Paraguai entre 1954 e 1989. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Jorge Rafael Videla: ex-militar argentino que ocupou a presidência do país entre 1976 e 1981. Chegou ao poder em um golpe de estado que depôs a presidente María Estela Martínez de Perón, exercendo uma cruel ditadura. Seu período esteve marcado por violações aos direitos humanos e por um conflito fronteiriço com Chile. (Nota da IHU On-Line)

o interesse dos Estados Unidos em apoiar este tipo de ditaduras e de facínoras, não era outro que impedir o desabrochar da participação popular, da organização e do protagonismo da inteligência política dos povos em sua ascensão à recuperação do poder social e político. Talvez o caso do Chile seja o mais patético: o império aborta a via democrática do socialismo “a la chilena” porque, ao avaliar o impacto de ter sido eleito um presidente como Salvador Allende no contexto de uma tradição republicana e dentro do imaginário de uma ordem burguesa, sem disparar um tiro e utilizando o mesmo aparato jurídico imposto pela burguesia, este fato qualificam-no como “um mau exemplo” para o processo de maturação da socialdemocracia latino-americana, a superação do populismo e a recuperação dos territórios nacionais como autêntica soberania econômica e autonomia política.

Esta foi a projeção e o cálculo do império a partir da década de 1970. Seus interesses imperiais começavam a ser questionados e iniciava-se a recuperação da soberania dos distintos países da região. Alguns países europeus, inclusive, viam com bons olhos a experiência chilena. Em outros termos, faz tempo que cheguei à convicção de que os Estados Unidos jamais aceitariam que países do terceiro mundo alcançassem e concretizassem estágios de desenvolvimento cívico e político humanizadores, inclusive a caminho da plenitude democrática e da distribuição dos bens, com autêntica justiça e ética social. Jamais poderia render-se à evidência de que a curto prazo terminariam superando-o e invalidando seu decadente e obsoleto modelo civilizador, depredador da natureza e das identidades culturais.

A atual crise interna dos Estados Unidos, seu alto endividamento, o desmoronamento de sua imagem como país de “imprensa livre” por dentro e de gendarme do mundo para fora, o mais contaminador do planeta, o país que desclassifica documentos secretos a cada 40 anos sobre as malfeitorias cometidas por seus governantes submetidos à inteligência militar em distintas partes do mundo, o qual pretende instalar a ideologia de “a guerra

de civilizações” e outros fatores que seria longo enumerar, demonstrou que em suas entranhas se iniciou um lento e irreversível processo de decadência moral e de sustento emancipador. Que porcentagem de cidadãos norte-americanos crê, hoje em dia, na vigência interna da frase de Abraham Lincoln⁸ que lutou, entre 1861 e 1865, pela “democracia do povo, para o povo e com o povo”?

IHU On-Line - Quais eram as relações entre o Chile e o Brasil na época da ditadura de Pinochet?

José De La Fuente - Finalmente, as relações entre o Chile e o Brasil durante o período de Pinochet foram bastante naturais e fluidas pela afinidade ideológica e formação comum que existia entre os oficiais e marechais de ambos os exércitos, a oligarquia e a ingerência do imperialismo norte-americano em ambos os países, com a diferença e vantagem de o Brasil haver iniciado seu exercício ditatorial a partir de 1964, prolongando-se até 1985. Com o golpe que depôs Goulart, oficiais chilenos como Pinochet aprenderam cedo a lição de como manipular a ideologia populista, aplicando prolongados estados de exceção, censurando a imprensa e reprimindo os jornalistas e os partidos políticos. Penso que a repartição do poder em frações temporais entre cinco marechais e generais brasileiros, desde Castelo Branco até João Batista Figueiredo, não serviu à ditadura chilena devido às diferenças entre os processos históricos e à resistência revolucionária que obrigou o braço armado da oligarquia chilena a reajustar o discurso jurídico e as “leis de amarração” para preparar, contra sua vontade, uma saída menos desonrosa para a transição pós-ditatorial. Pinochet se adiantou em impor uma nova Constituição em 1980, enquanto o Brasil vai

⁸ **Abraham Lincoln**: político americano, foi o 16° presidente dos Estados Unidos de março de 1861 até seu assassinato em abril de 1865. Liderou o país de forma bem-sucedida durante sua maior crise interna, a Guerra de Secessão, preservando a União e abolindo a escravidão. Antes de sua eleição em 1860 como o primeiro presidente Republicano, Lincoln atuou como advogado de condado, legislador pelo estado de Illinois, membro da Câmara dos Representantes e duas vezes candidato derrotado ao Senado dos Estados Unidos. Oponente declarado à expansão da escravidão nos Estados Unidos.

“Nenhum dos governos, a partir dos anos 1990, tem sido capaz de convocar o povo a um referendo nacional por meio de uma Assembleia Constituinte para redigir, discutir e aprovar uma nova Constituição”

experimentando uma lenta maturação política e espera até “a nova república”, que começa em 1988, para aprovar democraticamente a Constituição Federal. Os Generais Garrastazu Médici, Geisel e Batista Figueiredo sem dúvida orientaram Pinochet e o ajudaram com a Operação Condor e no preparo de torturadores.

Por outra parte, recordo que o Golpe de Estado no Chile se iniciou com uma “Junta Militar de Governo”. Durante o segundo semestre de 1973 e até abril de 1974, Pinochet só presidia essa Junta, eram os três comandantes em chefe (Marinha, Aeronáutica e Exército), mais o diretor geral da Polícia de Carabineiros, os que começam governando e decidindo em uníssono. Logo se soube que, entre eles, se teria chegado a um acordo para nomear um presidente que iria se alternando no tempo, porém Pinochet deu, após poucos anos, um golpe interno, eliminou do cargo o general da Aeronáutica, destituiu todos os generais da Força Aérea, a qual foi sitiada pelo Exército, enquanto Pinochet se autoproclama presidente da República e capitão geral de todos os níveis e soldados do Exército.

A Força Aérea é o único ramo do Exército chileno que tem uma tradição curiosa: em 1931, a mando do General Marmaduque Grove, deu um golpe populista de esquerda e estabeleceu por cem dias a chamada “República socialista”. É curioso e quase mágico recordar que várias leis se ditaram na-

queles dias e que nunca se derrogaram nem aplicaram, e as utilizou Salvador Allende para expropriar e reordenar a favor do povo aspectos da economia e do comércio. Esta tradição civilista é a que permanecia de algum modo na consciência social de aviadores como o General Alberto Bachelet, pai da ex-presidente Michelle Bachelet, que morreu no cárcere e foi torturado por seus próprios companheiros de armas.

Recordo também que até 1975, aos presos políticos chilenos se começou a torturar com o suplício do “pau-de-arara”, nome de fantasia que nesse momento se dava ao produto de exportação não tradicional do militarismo brasileiro para atormentar os presos, pendurando-os numa árvore com um pau atravessado entre suas pernas e com a cabeça pendendo para o solo. Todas as ditaduras são do mesmo jaez; sua identidade reside em seus delírios de grandeza, na exclusão, na fobia à diversidade, em serem-se possuidoras da verdade absoluta. Sua maquinaria de poder se alimenta do medo e da banalidade dos súditos que as representam e as justificam.

IHU On-Line - Em termos de redemocratização, o que significou a presidência de Michele Bachelet, filha de um ativista torturado e morto pelo regime de Pinochet?

José De La Fuente - Em primeiro lugar, devo esclarecer que o pai de Bachelet não foi um ativista político na acepção que esta palavra tem na gíria política chilena (militante de um partido político dedicado ao proselitismo e às atividades cotidianas de propaganda, com capacidade de organizar ações de rua e células de reflexão para integrar novos aderentes à causa). O general Bachelet foi um militar republicano com especial sensibilidade e consciência social madura, homem culto e com sentido de justiça. Foi um colaborador de Salvador Allende nos momentos mais críticos de seu governo, quando a direita sabotava a produção e importação de alimentos; o general organizou a distribuição dos escassos produtos que permaneciam no mercado para colocá-los ao alcance da população.

Em termos de redemocratização

do país, o governo de Michele Bachelet não agregou nada substancial ao que vinham fazendo os governos precedentes de Patricio Aylwin, Eduardo Frei e Ricardo Lagos. Com a presença de Bachelet se chegou à Festa do Bicentenário da República, com um discurso democrático bastante contraditório. A direita nunca abandonou sua nostalgia pela “democracia protegida, autoritária, integradora, tecnicizada” etc. A continuidade das políticas de Bachelet esteve baseada na ideia de governar “na medida do possível”, frase cunhada por Aylwin em 1990 e que justificaria qualquer freio ou negociação com a direita, para dar passos que aprofundassem e ampliassem os espaços de poder popular. “Na medida do possível” justificou todo tipo de transações com a direita, com os militares, os comerciantes, a Igreja Católica e grupos corporativos transnacionais. Sob este lema, a política se reduz à falácia de uma prática intermediária entre o Estado e a sociedade civil, e a consistência da democracia se reduz a uma “boa comunicação” entre esse Estado e as massas.

Democracia restringida

O governo de Bachelet foi o exercício de uma democracia restringida e obediente às decisões do Banco Mundial, o qual sempre assegura o retorno dos capitais que promove ou os empréstimos aos governos, vigiando a situação interna de cada país, para assegurar-se a devolução. O investigador Grinor Rojo sustenta quatro teses sobre a falta de correspondência entre os ideais do modelo da democracia moderna e a realidade chilena que culmina com os governos do acordo e com o de Bachelet. O fim da ditadura não significou um reencontro dos chilenos com os ideais democráticos socialistas que a presidente declarava. Bachelet não pôde mudar os enclaves ditatoriais como o Sistema Eleitoral Binominal, substituir a Constituição deixada pelo ditador e o modelo econômico neoliberal e reivindicar os direitos ancestrais da nacionalidade mapuche.

Depois de Pinochet, nenhum dos governos do Acordo, incluindo o de Bachelet, conseguiu levantar uma

Assembleia Constituinte na qual se expressasse em plenitude a vontade popular. Os desmandos do capitalismo não foram minorados, porque em termos de coesão social o princípio ético da igualdade não teve lugar. E o princípio de fraternidade, que influi na reconstrução da identidade nacional sobre a base de nosso “ser com o outro”, nunca foi real e com Bachelet tampouco se pôde restituir em sua dimensão mítica ou real.

Bachelet também nada fez para subtrair o poder econômico às Forças Armadas, as quais seguem acumulando 10% das entradas brutas do cobre que produz o Estado chileno. São somas siderais dentro de um sistema econômico que é o menos equitativo e com a pior distribuição de ingresso per capita do mundo. Se estes 10 milhões ou mais de dólares estivessem somente em parte destinados à precária (e em vias de extinção) educação pública nacional, o Chile disporia de um suposto milionário e em menos de dez anos poder-se-ia recuperar o direito de educação gratuita e de qualidade para todas as crianças do Chile.

Discriminação feminina

Uma das fortalezas da administração de Bachelet foi o capital simbólico que se acumulou no imaginário nacional a favor da reivindicação dos direitos da mulher, de seu protagonismo e inteligência em termos de paridade de gênero e responsabilidade política. Outra fortaleza foi deixar instalada a proteção à infância e à velhice, com políticas sociais de apoio à saúde e numerosos subsídios às famílias mais pobres. Sem embargo, apesar do grande esforço por reivindicar os direitos da mulher numa sociedade tão machista, retalhadora e feminicida como a chilena, a mulher profissional continua discriminada porque o sistema de emprego, em igual nível profissional e em exigências laborais, a considera e lhe paga na média uns 30% menos do que aos homens. No único setor em que isto quase não ocorre é no magistério nacional.

A presidente soube controlar a brutalidade das forças da ordem pública, permitiu manifestar-se com inteira

liberdade pelas ruas, embora o movimento estudantil começasse a ser reprimido a partir de 2006, quando se inicia o protesto dos estudantes de educação básica e média (movimento “pinguino”), o qual mobilizou todo o país e que nos anos seguintes mobilizaria o mundo universitário por uma reforma educacional integral. Se Bachelet, o Acordo (a Concertación) e seu partido socialista tivessem realmente apoiado o movimento estudantil, teria passado à história restituindo a almejada consigna que acunhou, em 1938, o governo de Pedro Aguirre Cerda: “Governar é educar”. Pelo contrário, em nível de governo, o movimento “pinguino” terminou envolvido em acordos com a direita e hoje, praticamente, do ponto de vista financeiro e custos transferidos às famílias e aos jovens, não existe educação pública nacional. A escassa porcentagem que permanece de escolas públicas está em franca agonia e com um claro desprezo por um punhado de mestres que nelas se desempenham heroicamente. Nos liceus, as disciplinas mais minoradas ou quase inexistentes são a filosofia, a educação cívica e, no segundo semestre de 2009, o governo de Piñera tentou reduzir em uns 25% os períodos curriculares do ensino da história.

Manejo midiático

Com efeito, ao manejo midiático e comunicacional, Michelle Bachelet soube conjugar muito bem sua simpatia pessoal, sua formação ideológica e militância socialista, suas qualidades intelectuais, o fato de ter estado aprisionada por Pinochet num dos campos de concentração e tortura da época (Villa Grimaldi ou quartel Terranova) e ser filha de um general democrático que teve presença ativa no governo de Salvador Allende. Por estas características, a ex-presidente deixou o governo, segundo pesquisas, com aproximadamente 80% de reconhecimento e gratidão dos chilenos, o que não pode ser confundido com os reais aportes à redemocratização estrutural da sociedade chilena. Sem dúvida, o apreço popular à sua pessoa é um tema digno de ser estudado em perspectiva histórica, existencial e até re-

ligiosa. Sua presença, perseverança e capacidade de entrega em favor dos mais desprotegidos continuará despertando simpatias em todos os setores, qualidades, por certo, da maioria das mulheres chilenas.

Se por redemocratizar entendemos uma recuperação paulatina de participação e gestão direta do povo nas decisões políticas, com mudanças reais na estrutura da sociedade classista chilena, no poder Judiciário, na mudança curricular para a formação dos quadros das Forças Armadas, com imprensa alternativa e pluralista que retomasse os caudais do pensamento e a reflexão encaminhada para a trilha da utopia pós-capitalista, o governo de Bachelet interveio somente com ações cosméticas, sempre ajustadas à prédica dos bispos do neoliberalismo, entre eles Milton Friedman, Ronald Reagan, Margaret Thatcher, etc.

O carisma pessoal de Michelle Bachelet não teve nenhuma incidência no interior do partido socialista e tampouco influenciou ideologicamente para corrigir o rumo equivocado do conglomerado político que a apoiou.

Obama reedita J. Kennedy?

Quando já concluíamos esta entrevista, chega ao território nacional a visita anunciada do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Sua entrada triunfal me fez imaginar como teriam sido, naquelas épocas, as viagens dos antigos reis e imperadores aos lugares onde tinham repartidos os súditos e lacaios ao seu serviço. Com a mesma parafernália de defesa, rodeados de um exército privado, substituindo hoje em dia os cavalos por limusines blindadas, os helicópteros voando em bando e rodeados por aviões de combate? A que veio a El Salvador, ao Brasil e ao Chile? Reedita-se, com os matizes próprios dos novos tempos, a visão de

“Todas as ditaduras são do mesmo jaez, sua identidade reside em seus delírios de grandeza, na exclusão, na fobia à diversidade, em serem possuídas da verdade absoluta. Sua maquinaria de poder se alimenta do medo e da banalidade dos súditos que as representam e as justificam”

John Kennedy, quando, aos 13 de março de 1961, em discurso pronunciado na Casa Branca, ante os embaixadores da América Latina, lança seu Programa de Aliança para o Progresso, no qual marca as linhas do que seria a relação entre os Estados Unidos e a América Latina. Naquela oportunidade, Kennedy disse: “Reunimo-nos aqui como firmes e velhos amigos, unidos pela história e pela experiência e por nossa determinação de fazer avançar os valores da civilização americana, porque este nosso novo mundo não é um mero acidente da geografia”. Quatro meses depois, na cidade uruguaia de Punta del Este, este novo tratado foi firmado no seio do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA. E o que sucedeu 10 anos depois do anúncio

desta aliança? Tentou-se a destruição de Cuba, assumiram o poder as ditaduras no Cone Sul e se pôs em marcha a Operação Condor com a intervenção direta da CIA.

O discurso que Obama pronunciou no dia 22 de março de 2011, para todas as Américas, no Centro Cultural do Palácio de Governo do Chile, fundamentou-se no conceito de “aliança igualitária”, anunciando planos de cooperação energética, segurança cidadã, crescimento econômico e desenvolvimento, democracia e direitos humanos. Obama elogia o modelo econômico chileno, sua exitosa transição da ditadura à democracia e o que promete são vagas intenções de memórias, cartas e ideias gerais para a cooperação científica e o desenvolvimento cultural. Omitiu uma agenda de trabalho e tratou de distanciar-se do discurso de Kennedy, evitando declarar montantes de ajuda em dinheiro e anos de duração para esta “nova era de cooperação”. Quando um jornalista lhe pergunta se devia mostrar colaboração em casos emblemáticos ocorridos no Chile, como a morte de Salvador Allende e de Eduardo Frei Montalva e se se mostraria disposto a pedir perdão pela participação da CIA e do governo de seu país durante a ditadura militar de Pinochet, respondeu: “Qualquer solicitude que se faça a partir do Chile para obter mais informação do passado é algo que certamente consideraremos e gostaríamos de cooperar (...). Devemos aprender de nossa história e entender nossa história, porém não nos sentir atropelados pela história, porque temos hoje muitos desafios para o futuro, nos quais devemos concentrar atenção”. O presidente Sebastian Piñera, anfitrião de Barack Obama, ao termo da cerimônia alçou a taça e brindou como sócio dos Estados Unidos, os quais disse apreciar com carinho e admiração.

Leia a Entrevista do Dia em www.ihu.unisinos.br

Parque da Memória, um monumento para não esquecer o terrorismo de Estado

Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado, mais conhecido como Parque da Memória, em Buenos Aires, quer manter viva a história de homens e mulheres que morreram vítimas da ditadura argentina, afirma a diretora da instituição, Nora Hochbaum

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Em 24 de março de 1976 começavam os anos de chumbo na Argentina, mediante um golpe de estado militar, o sexto na história democrática daquele país. “Este golpe de Estado se caracterizou por uma nova metodologia: o terrorismo de Estado e o desaparecimento forçado e sistemático de pessoas”, denuncia a diretora do Parque da Memória - Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado. Indiscriminadamente, “os militares intervieram em todos os âmbitos da vida social do país”, proibiram e queimaram inúmeros livros, perseguiram intelectuais, artistas, escritores e forçaram-nos ao exílio no exterior. Cerca de 10 mil presos políticos e mais de dois milhões de exilados, além de centenas de pessoas que eram jogadas de aviões sobre o Rio da Prata, são o saldo que “as botas” dos militares legaram à nação. Além do alijamento de uma geração inteira de intelectuais, a Argentina amargou um período de decadência econômica, com o aumento da dívida externa. Para que o país e o mundo não esqueçam dessa vergonha, organismos de direitos humanos se uniram para criar o Parque da Memória, localizado exatamente em frente ao Rio da Prata. “Nosso objetivo é conseguir que a sociedade participe, em sua totalidade, da complexa tarefa de reconstrução do tecido social e cultural desarticulado pela ditadura militar. Este é o grande desafio do Parque da Memória”. E completa: “[Este] é um lugar de recordação e testemunho, porque ali estão os nomes desses seres que se quis apagar”.

Professora nacional de belas artes, especialista em gestão cultural em instituições públicas, Nora trabalha de o início dos anos 1980 como curadora e produtora independente em exposições, bienais e eventos relacionados com artes visuais e gestão cultural. Atuou em diversas instituições nacionais e internacionais dos Estados Unidos, Cuba, Santo Domingo, Espanha e França. Foi diretora do Centro Cultural Recoleta da Cidade de Buenos Aires, e da Casa Argentina em Paris. Atualmente é a diretora do Parque da Memória - Monumento às vítimas do terrorismo de Estado. Para maiores informações sobre o Parque da Memória, visite <http://www.parquedelamemoria.org.ar>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que é o Parque da Memória e qual é sua importância para os argentinos e para as outras nações?

Nora Hochbaum - O Parque da Memória surge como uma iniciativa de organismos de direitos humanos que decidiram impulsionar um projeto para criar um lugar de recordação e homenagem frente ao Rio da Prata: um Parque da Memória que incluísse um monumento com os nomes dos desaparecidos e assassinados na Argentina durante a última ditadura militar, rodeado por um conjunto de es-

culturas comemorativas. A iniciativa foi apresentada na Legislatura da Cidade de Buenos Aires em dezembro de 1997. A partir dessa data o trabalho foi incessante. A Lei 46, de 1998, dispôs a construção do Parque da Memória e do Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado. Com tal objetivo criou-se a Comissão Pró-Monumento que se encarregou de levar em frente sua construção e de convocar ao concurso internacional de esculturas que seriam colocadas no espaço.

A partir do ano de 2009, com a aprovação da lei 3078, criou-se o Con-

selho de Gestão do Parque da Memória - Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado. Este conselho está integrado pelo governo da cidade de Buenos Aires, pela Universidade de Buenos Aires - UBA e por organismos de direitos humanos. As características deste conselho constituem um precedente na participação da sociedade civil na administração de um espaço público.

Jogados no rio

O Parque da Memória - Monumen-

to às Vítimas do Terrorismo de Estado - é hoje um espaço público de 14 hectares, localizado na franja costeira do Rio da Prata adjacente à cidade universitária e alberga o Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado, um conjunto de obras escultóricas e a sala Presentes Ahora y Siempre - PAYS. O Parque se levanta frente ao Rio da Prata, porque às suas águas foram jogadas muitas vítimas.

Nosso objetivo é conseguir que a sociedade participe, em sua totalidade, da complexa tarefa de reconstrução do tecido social e cultural desarticulado pela ditadura militar. Este é o grande desafio do Parque da Memória.

Além disso, este monumento é o único que congrega, a nível nacional, os nomes de todas as vítimas do terrorismo e inclui estrangeiros desaparecidos ou assinados no país. Incluímos a lista de desaparecidos e assassinados de nacionalidade brasileira. Por esta razão, cobra importância a nível nacional e também regional, sendo este Memorial um espaço de características únicas na região.

IHU On-Line - Quais foram, em linhas gerais, as características do terrorismo de Estado argentino?

Nora Hochbaum - Em nosso país, em 24 de março de 1976, começou a ditadura mediante um golpe de Estado militar. Foi o sexto golpe que sofria a democracia na história da Argentina. Este golpe se caracterizou por uma nova metodologia: o terrorismo de Estado e o desaparecimento forçado e sistemático de pessoas.

As Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) tomaram o governo, aprisionaram a então presidente Isabel Perón e seus ministros, romperam a ordem constitucional, deixaram de funcionar, no Congresso da Nação, as duas câmaras (de deputados e de senadores). Toda decisão passou, desde então, pelo poder Executivo (no princípio a Junta Militar e, em seguida, o presidente) que governava mediante decretos - não leis. Afastam-se os juizes da democracia e nomeiam-se juizes afins às ideias e práticas dos militares.

Os militares intervieram em todos os âmbitos da vida social do país. Na educa-

ção se impuseram planos e programas de estudo de diferentes temas, como a teoria de conjuntos em matemática, ou o cubismo na arte. Foram proibidos certos métodos e técnicas de ensino, como os trabalhos grupais de reflexão, e também não se podiam mencionar alguns autores e cientistas argentinos ou estrangeiros, como Elsa Bornemann¹, García Márquez², Mario Benedetti³, Marx⁴, bem como suas teorias e documentos. Houve supressão de centros de estudantes e agrupações estudantis de todo tipo: os estudantes eram revisados permanentemente quanto à sua forma de vestir e ao seu modo de apresentação (uniformes, cabelo curto, maquiagem, minissaia, jeans, etc.). Quanto ao trabalho, foram eliminadas as leis e as conquistas dos trabalhadores. Foi proibido o direito à greve e os sindicatos foram eliminados.

Livros queimados

Todas as atividades políticas foram proibidas, razão pela qual militantes e dirigentes dos partidos foram, em grande número, condenados como

presos políticos e hoje estão desaparecidos.

O âmbito da cultura também se viu afetado com a queima de livros de conteúdo político-social valioso, como *O Capital* de Karl Marx, *A pedagogia do oprimido* de Paulo Freire⁵, a censura de certos autores e obras literárias como *O Pequeno Príncipe* de Saint Exupéry⁶, canções de Nacha Guevara, películas como *A Patagônia Rebelde*. Devido a essa perseguição, intelectuais, autores e artistas de todas as disciplinas precisaram exilar-se e publicar suas obras no exterior.

A ditadura também significou uma política econômica prejudicial, com o incremento da dívida externa em que a dívida privada passou a ser do Estado, os salários ficaram congelados e ante o desaparecimento dos grêmios e sindicatos resultava ser impossível reclamar pelos mesmos.

Toda reunião em lugar público estava proibida e, inclusive, gerava suspeitas transitar pela rua em horas noturnas. Também era obrigatório levar consigo o Documento Nacional de Identidade, pois caso contrário era motivo de detenção.

Quase tudo isso se impunha através de práticas violentas, chamadas operativas e destinadas a bloquear qualquer atividade ou opinião contrária ao regime. Por isso se perseguiu, encarcerou, torturou e fez desaparecer grande quantidade de pessoas que já tinham uma participação política, associativa ou cultural prévia. Outros

1 Elsa Isabel Bornemann (1952): escritora argentina de contos, canções, novelas e peças teatrais para crianças e jovens. (Nota da IHU On-Line)

2 Gabriel García Márquez (1928): escritor colombiano, autor de *Crônica de uma morte anunciada*. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. Sobre a obra do autor, confira a IHU On-Line n° 221 Cem anos de solidão. Realidade, fantasia e atualidade, disponível para download em <http://bit.ly/dGmr4Z>. (Nota da IHU On-Line)

3 Mario Benedetti (1920-2009): poeta, escritor e ensaísta uruguaio. Integrante da Geração de 45, a qual pertencem também Idea Vilariño e Juan Carlos Onetti, entre outros. Escreveu "Poemas de Oficina". (Nota da IHU On-Line)

4 Karl Heinrich Marx (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no *Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*. A edição número 41 dos *Cadernos IHU Ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://migre.me/s7lq>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em <http://migre.me/s7lF>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da revista IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível para download em <http://migre.me/Dt7Q>. (Nota da IHU On-Line)

5 Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). No II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, do dia 30-09-2004, o professor Dr. Danilo Streck, do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Sobre a obra, publicamos um artigo de autoria do professor Danilo na 117ª edição, de 27-09-2004. Confira, ainda, a edição 223 da revista IHU On-Line, de 11-06-2007, intitulada *Paulo Freire. Pedagogo da esperança*, disponível para download em <http://migre.me/2peDT>. (Nota da IHU On-Line)

6 Antoine Foscolombe de Saint-Exupéry (1900-1944): escritor, ilustrador e piloto da Segunda Guerra Mundial, terceiro filho do conde Jean Saint-Exupéry e da condessa Marie Foscolombe. (Nota da IHU On-Line)

puderam escapar e se exilaram, não podendo regressar ao país até a volta da democracia.

Sequestro

As operações estatais consistiam em invasões (irrupções violentas em domicílios, fábricas ou instituições, com o fim de buscar elementos que justificassem as detenções), em que não só se levavam as pessoas, senão que ademais se tomava parte de seus bens como despojos de guerra e roubo de todos os seus pertences. Também há aproximadamente 500 casos de filhos de detidos aos quais se tirou sua verdadeira identidade, mediante o sequestro e posterior entrega a outras famílias, majoritariamente de militares.

Os detidos eram encarcerados em prisões do Estado ou levados ao que se conhece como Centros Clandestinos de Detenção. Estes estão ocultos à vista da população e funcionam em lugares bastante diversos (galpões, sótãos, edifícios da polícia, casas abandonadas, ou nos próprios edifícios das FF.AA., etc.), como no Clube Atlético ou no Olímpe de Floresta. Durante a última ditadura houve 10 mil presos políticos e cerca de dois milhões de exilados.

IHU On-Line - Muitos políticos argentinos foram lançados no Rio da Prata. O que significa o desaparecimento de uma pessoa sem que sua família nunca mais saiba onde está (nem como morreu)?

Nora Hochbaum - O Parque da Memória não pretende curar feridas nem suplantar a verdade e a justiça. Nada devolverá a paz real aos familiares que não puderam conhecer o destino final de seus entes queridos, torturados e assassinados de maneira cruel e selvagem, nem nada preencherá o vazio social que deixou sua ausência. O Parque da Memória é um lugar de recordação e testemunho, porque ali estão os nomes desses seres que se quis apagar. Eles estarão presentes na evocação que se faça de suas vidas truncadas e na permanente homenagem aos ideais de liberdade, solidariedade e justiça, pelos quais viveram e lutaram. As gerações atuais e futuras que visitarem o

“Durante a última ditadura houve 10 mil presos políticos e cerca de dois milhões de exilados”

Parque defrontar-se-ão ali com a memória do horror cometido e tomarão consciência da necessidade de velar para que *nunca mais* se repitam esses fatos.

IHU On-Line - Como foi discutido pela sociedade argentina o período da ditadura e seus mortos, seus desaparecidos?

Nora Hochbaum - Durante a ditadura, antes de conhecer o saldo total de suas vítimas, a sociedade civil se organizou em grupos de familiares e amigos. Surgem na Argentina, em meados dos anos 1970, organismos de direitos humanos, que perduram até hoje. O papel dos organismos foi fundamental para a conscientização sobre o ocorrido, tanto em nível nacional, como internacional.

Os vínculos destes organismos com a comunidade internacional, incluindo a brasileira, foram muito importantes para a difusão de informação, a proteção de documentos e a instalação do debate na sociedade, já desde muito cedo, na ditadura.

Devido ao fato de, até o dia de hoje, as forças militares não terem revelado os documentos sobre a detenção e o desaparecimento das vítimas da ditadura, o trabalho de investigação e difusão veio, em primeira instância, da parte da sociedade civil.

No ano de 1983, com o fim do processo ditatorial, chega ao poder o primeiro governo democrático na Argentina, em mãos do Dr. Raúl Ricardo Alfonsín. Uma das primeiras medidas do novo governo foi impulsionar a criação de uma comissão para levar em frente uma meticulosa investigação que permitisse à justiça conhecer os casos de desaparecimento ou morte produzidos durante o terrorismo de Estado. Dita comissão, a Conadep,

teve a tarefa de redigir um documento extensíssimo, de vários tomos, que se intitulou *Nunca Mais*. Essa comissão levou adiante a tarefa, contando com o esforço de investigadores, médicos forenses e organismos de direitos humanos, entre outros.

Com base nesta investigação levou-se em frente, no ano de 1985, o primeiro julgamento das juntas militares. Ali se expuseram testemunhos de sobreviventes e provas científicas que permitiram acercar-se à verdade do acontecido.

IHU On-Line - Os arquivos da ditadura argentina estão disponíveis para serem consultados?

Nora Hochbaum - Salvo os documentos refletidos no *Nunca Mais* e os obtidos posteriormente pela Equipe Argentina de Antropologia Forense - EAAF, os arquivos da ditadura não estão disponíveis na Argentina. A metodologia repressiva utilizada, em seu intento de não deixar rastros, propôs-se a apagar os nomes, a história e a vida daqueles que foram sequestrados e assassinados. Futuramente o Parque da Memória albergará um centro de interpretação que terá uma base de dados com a informação sobre cada uma das pessoas incluídas no Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado, que o público poderá consultar. Deste modo, será possível acessar dados pessoais, testemunhos sobre as circunstâncias de desaparecimento ou assassinato, fotos, recordações, anedotas, cartas, poesias, tirando-as assim do anonimato, para que deixem de formar parte de um número incerto que nada diz sobre quem foi cada um deles. Os colaboradores da área de Nomina do Monumento se dedica diariamente à tarefa de atualização do Monumento e recepção de documentação relativa às pessoas que nele figuram.

IHU On-Line - Qual é a principal “herança” da ditadura argentina?

Nora Hochbaum - Em primeiro lugar, o horror da ditadura deixou como saldo a perda de grande parte de uma geração de jovens militantes, intelectuais, cientistas e trabalhadores. Esta amputação de grande parte do setor pensante da sociedade tem sequelas

na sociedade ainda hoje. A política sofreu no país as graves consequências do desaparecimento de grande parte de suas figuras mais destacadas e promissoras.

Em matéria econômica, o Estado argentino sofreu, durante a ditadura e posteriormente a ela, as consequências sociais do enorme endividamento público que gerou a estatização de dívida contraída por setores privados. Isto significou o princípio de esvaziamento do Estado, que se aprofundou durante os anos 1990.

Em matéria de legado histórico, a sociedade em geral entendeu a importância da defesa e proteção do regime democrático (excetuando a presença de insignificantes grupos que reivindicam, hoje em dia, a tortura). Além do papel que cada cidadão teve durante aqueles anos, a sociedade inteira compreendeu que a metodologia utilizada pelos militares é inaceitável, bem como imprescritível, por ser considerada de lesa humanidade.

IHU On-Line - Por que considera que países como o Brasil ainda não con-

seguiram lidar com seu totalitarismo? Em que aspectos a experiência argentina pode inspirar o Brasil para rever seus anos de morte e sangue?

Nora Hochbaum - O Parque da Memória - Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado - tem como objetivo difundir a experiência argentina em matéria de direitos humanos, como também de promover a defesa destes direitos em todo o mundo.

Durante o ano de 2010, o Parque da Memória foi convidado a participar da 29ª Bienal de São Paulo. Na delegação que participou de dito evento, contou-se com a presença de organismos de direitos humanos que durante sua viagem deram conferências, visitaram memoriais ou museus e participaram em debates organizados por associações brasileiras, transmitindo suas experiências. Durante toda a viagem a delegação foi muito bem recebida e a vontade de parte da sociedade brasileira de instalar o debate no país se fez notar permanentemente.

IHU On-Line - Memória é sinônimo de justiça? Por quê?

Nora Hochbaum - Não. A justiça é a causa que ainda hoje defendem os organismos. Durante muitos anos, na Argentina, as leis de “ponto final” e “obediência devida”, bem como os decretos de exoneração dos militares que haviam sido julgados, atrasaram a obtenção de justiça nas causas relativas à tortura e ao desaparecimento. A partir do ano de 2003, uma série de medidas, impulsionadas a partir do governo nacional, reativou o acionamento da justiça, de modo que, no dia de hoje, têm sido julgados e condenados (majoritariamente à prisão perpétua) os responsáveis pela perpetuação da tortura e do assassinato.

IHU On-Line - Por que a memória, do ponto de vista das vítimas, pode ser “perigosa”?

Nora Hochbaum - Não consideramos que a reflexão, dentro dos limites que estabelece a democracia, seja em absoluto nociva para a sociedade. O Parque da Memória aposta no debate democrático dos fatos acontecidos em nosso país.

4 de maio

Ciclo de Palestras: Renda básica de cidadania
Emancipação cidadã e autonomia.

Palestrante: Prof. Dr. Josué Pereira da Silva -
Unicamp

Informações: www.ihu.unisinos.br

A ditadura e a cultura do medo

Brasil tem o maior programa de reparações já empreendido desde o final da II Guerra, aponta Paulo Abrão. Mesmo assim, o tabu em torno de temas como a tortura é uma realidade. Essa é uma das heranças perniciosas da ditadura, analisa

POR MÁRCIA JUNGES

“**A** ditadura como um todo nos relegou uma cultura do medo instalada no sentido de que determinados assuntos não podem ser debatidos”, afirma o presidente da Comissão Nacional de Anistia e secretário nacional do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Outro legado negativo daqueles anos de chumbo é parcela da atual corrupção brasileira, que conseguiu se instalar naquele tempo em função da censura, uma vez que ninguém poderia “questionar as autoridades públicas”. Segundo Paulo, “a dignidade do perseguido político necessita ser resgatada e restaurada no local onde ela foi ferida no seio daqueles que os estigmatizaram no passado causando sofrimento”. Analisando o motivo pelo qual o espólio das ditaduras do Brasil e seus vizinhos foram conduzidos de forma tão diversa, explica: “É evidente que Argentina e Chile fizeram muito na área de memória, mas o Brasil hoje possui, sem nenhuma dúvida, o maior programa de reparações já empreendido desde o final da II Grande Guerra, além de estar avançando na consolidação de políticas de segurança cidadã. Realmente existem déficits, mas é importante procurarmos olhar para nosso processo como diferente, e não como inferior a de nossos vizinhos”.

Paulo Abrão é graduado em Direito, pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, além de mestre e doutor em Direito pela Unisinos e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, respectivamente. Sua dissertação intitulou-se *O poder judiciário em busca do Estado Democrático de Direito: crise (diagnóstico e versões) e transição paradigmática*. Atualmente, leciona na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. É organizador de várias obras, entre elas *Anais do II Congresso Internacional Transdisciplinar Ambiente e Direito* (Porto Alegre: Edipucrs, 2005). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quando e por que surgiram as Caravanas da Anistia, o projeto Marcas da Memória e o Memorial da Anistia do Brasil? O que cada um deles objetiva?

Paulo Abrão - Todos estes projetos têm uma raiz comum no ano de 2007, na gestão do ministro Tarso Genro, quando uma nova equipe assume a Comissão de Anistia com a missão de aproximar a temática da juventude e evitar que o processo de reparação, que é por excelência um processo de reconciliação moral e de educação, se transformasse em uma pauta eminentemente econômica. Em 2008 lançamos as Caravanas e começamos a trabalhar no Memorial da Anistia, que deve ser entregue à sociedade no final de 2012. O Marcas da Memória surgiu

de uma demanda prática: a Comissão passou a receber e atender muitos pedidos da sociedade civil, até perceber que organizar um edital e fomentar tais projetos de forma orgânica seria o modo mais eficiente de garantir uma difusão democrática das diversas memórias do período, em especial a memória das vítimas.

IHU On-Line - Em que aspectos esses projetos ajudam-nos a recuperar e manter a memória de um dos períodos mais violentos de nosso país?

Paulo Abrão - Cada um dos três projetos enfoca a memória desde um ângulo. As Caravanas levam as histórias reais de diversos indivíduos de volta à cena local pública, para que sejam conhecidas e reconhecidas pela so-

cidade em seu entorno. A dignidade do perseguido político necessita ser resgatada e restaurada no local onde ela foi ferida no seio daqueles que os estigmatizaram no passado causando sofrimento. O Memorial é um local de reparação coletiva, que religa as utopias interrompidas pelo Golpe com a vida política do presente, restabelecendo elos democráticos em nossa história. O Marcas da Memória permite aos próprios perseguidos contarem sua história, com meios técnicos e financiamento apropriado. A vezes caladas no passado autoritário agora têm vez na democracia. O objetivo, sobretudo, é democratizar a própria memória e permitir que ela seja construída para além dos relatos oficiais constantes nos arquivos

da repressão disponibilizados. Esta memória pertence ao país, e não a um ou outro cidadão ou grupo político.

IHU On-Line - Qual é a pior herança deixada pelos torturadores?

Paulo Abrão - Principalmente a percepção de que em alguns contextos a tortura é admissível. A ditadura como um todo nos relegou uma cultura do medo instalada no sentido de que determinados assuntos não podem ser debatidos. A estigmatização, até os dias de hoje, das formas de participação dos cidadãos no espaço público, na vida política e nos movimentos sociais é outro legado nocivo. Parcela da corrupção e suas práticas atualmente existentes foram instaladas naquela época onde vigia a censura e que ninguém podia questionar as autoridades públicas. Ainda temos espaços governamentais nas esferas federativas pouco transparentes.

IHU On-Line - Por que o Brasil tem dificuldade em fazer as contas com seu passado autoritário?

Paulo Abrão - Cada país tem uma conjuntura e um modo de enfrentar o passado. A cultura política brasileira, da grande conciliação entre as elites, acaba em certa medida induzindo e consolidando uma ideia geral de que alguns temas - por mais relevantes que sejam - saiam de pauta e não sejam discutidos. Somando-se a isso o quadro de conservadorismo do judiciário e a proliferação de centenas de causas para a sociedade civil lutar após a democratização, configurou-se um quadro em que as pautas transicionais levaram muito tempo para emergir. Os direitos da transição tornaram-se secundários diante da explosão de direitos da Carta Cidadã. De todo modo, o tempo é uma variável que pode se tornar em um grande aliado em matéria de justiça de transição.

IHU On-Line - Como podemos compreender nossa democracia se esse acerto de contas ainda não foi realizado?

Paulo Abrão - A democracia é um processo em permanente construção. Por isso é que, ao identificarmos déficits, devemos procurar atacá-los. Um dos

“O que realmente os perseguidos políticos buscam é, simplesmente, que o Estado processe os crimes na forma da Lei”

déficits postos é o de que ainda não conseguimos sinalizar nitidamente a não repetição da mesma violência do passado e o repúdio aos crimes de lesa-humanidade em qualquer tempo, em qualquer circunstância. Estamos em busca do melhor legado ético civilizacional pós-Nuremberg.

IHU On-Line - Por que praticamente todos nossos países vizinhos já abriram seus arquivos e dialogaram com sua história de totalitarismos e nós ainda não o fizemos?

Paulo Abrão - Temos que saber relativizar esta afirmação. Cada um de nossos vizinhos abordou seu passado por um ângulo. É evidente que Argentina e Chile fizeram muito na área de memória, mas o Brasil hoje possui, sem nenhuma dúvida, o maior programa de reparações já empreendido desde o final da II Grande Guerra, além de estar avançando na consolidação de políticas de segurança cidadã. Realmente existem déficits, mas é importante procurarmos olhar para nosso processo como diferente, e não como inferior a de nossos vizinhos, de maneira que possamos enfrentá-los (os déficits), considerando não apenas a experiência que eles desenvolveram, mas também aquilo que temos de melhor.

IHU On-Line - Em que sentido é preciso reinterpretar a Lei de Anistia?

Paulo Abrão - No sentido de a tornar compatível com nossos compromissos constitucionais e com os tratados internacionais de direitos humanos. O cenário agora é o seguinte: o STF é, de fato, a mais alta corte do nosso Judiciário e declarou a lei válida para todos os crimes do terrorismo de Estado. Porém, a competência para o julgamento dos crimes de tortura sistemática e generalizada - que consistem em crimes

internacionais - é da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Presente na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, a dignidade da pessoa humana constitui bem jurídico de proteção transnacional e não mais direito de amparo tão somente interno. A Corte Interamericana de Direitos Humanos declarou a lei de autoanistia brasileira inválida. A exemplo de outras condenações, esta sentença deve ser cumprida e o Brasil deve investigar e levar a julgamento as violações aos direitos humanos cometidas durante a ditadura. Eis o desafio posto para o poder Judiciário resolver.

IHU On-Line - Quais são os principais desafios que essa nova interpretação traz? O que mudará em relação àqueles que torturam e os que foram torturados?

Paulo Abrão - Nada muda a tortura. O que uma eventual reinterpretção promove é uma sinalização dupla, para o passado e para o futuro: para o passado, é um gesto de reconhecimento em relação às vítimas e seu direito à verdade, à memória e à justiça; para o futuro, um sinal de que a tortura, em nenhuma hipótese, será tolerada.

IHU On-Line - Não se trata de vingança, mas de justiça o fato de se punir os crimes cometidos contra a humanidade no período da ditadura brasileira. Poderia comentar essa diferença de interpretação quanto ao que realmente significa punir os torturadores?

Paulo Abrão - Responsabilizar crimes na forma da lei nunca será uma forma de vingança. É isso que diferencia o Estado de Direito das ditaduras. Deixar de apurá-los é que é algo autoritário e excludente para parcela da sociedade. A proposta “vingativa” seria a de submeter os algozes a atos análogos aos que perpetraram. O que realmente os perseguidos políticos buscam é, simplesmente, que o Estado processe os crimes na forma da Lei (até na hipótese de que uma anistia impeça o cumprimento da pena). Ainda, a condenação moral é algo valioso para as vítimas, pois demonstra que a morte, o desaparecimento e a tortura a qual foram submetidos seus familia-

“Estamos em busca
do melhor legado
ético
civilizacional
pós-Nuremberg”

res ou a si próprios não é um ato que passa despercebido para o restante da humanidade. A percepção de que a democracia é distinta da ditadura e reconhece o direito à proteção judicial das pessoas lesionadas, além de sinalizar que a justiça é a mesma para todos, é uma questão de princípio.

IHU On-Line - A lista dos desaparecidos políticos no Brasil é extensa, mas não contempla os desaparecidos indígenas que opuseram resistência aos militares.¹ Como podemos compreender isso?

Paulo Abrão - Muitas formas de perseguição política são pouco registradas. O fato central é que demandas transicionais, assim como demandas por reconhecimento, dependem fundamentalmente da mobilização da sociedade civil. É a sociedade civil quem, no jogo democrático, mais influencia a tomada de decisões transicionais, e isso é verdadeiro para qualquer conjunto de pessoas violadas. Sobre a perseguição política aos povos indígenas tivemos uma reunião com o presidente da Funai para tratar do assunto e teremos novidades sobre isso no futuro. Há muitas outras histórias ainda veladas.

LEIA MAIS...

>> Paulo Abrão já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Confira.

* “Nossa transição democrática está incompleta”. Publicada nas Notícias do Dia 19-03-2009, disponível em <http://migre.me/41EJq>.

¹ A pergunta se baseia na notícia *Índios Waimiri-Atroari desaparecidos na Ditadura*, disponível em <http://grem.io/8ed>. (Nota da IHU On-Line)

Justiça, o dever da memória

Em todos os países, o dever da memória é fazer justiça, assegura o filósofo Reyes Mate. Ditadura franquista foi tão longa que, quando terminou, as pessoas haviam esquecido-se da crueldade inicial. Universidades espanholas foram submetidas a “tomismo-leninismo”

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Uma ditadura tão longeva que, ao seu final, conseguiu fazer o povo esquecer-se de sua crueldade dos primórdios. Assim foi a ditadura franquista ocorrida na Espanha de 1939 a 1976. Nessa época, “os direitos humanos brilhavam por sua ausência, o que não impedia que fosse um regime abençoado pela Igreja Católica, tanto a nacional como a vaticana, e apoiado pelos Estados democráticos do Ocidente, porque lhes vinha bem o feroz anticomunismo do regime”, afirma o filósofo espanhol Reyes Mate na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line. Na universidade ventos gélidos condenaram uma geração de intelectuais ao silêncio ou ao exílio, um verdadeiro desastre: “Impôs-se, em lugar do pensamento crítico, o que chamávamos de ‘tomismo-leninismo’, quer dizer, a escolástica tomista convertida em ideologia de um regime fascista”. Quanto à transição política na Espanha, Reyes Mate menciona que esta aconteceu em condições de “inferioridade para os democratas. Foi preciso transigir muito. Se a oposição ao franquismo reivindicava ‘a anistia para os presos’ (antifranquistas), os primeiros governos da transição decretaram duas anistias que favoreciam, sobretudo, os criminosos franquistas. Por isso falamos hoje de olvido, de esquecimento”. Dentro e fora da Espanha, o dever da memória é um dever de justiça, ressalta o pensador. “Se levarmos a sério a justiça, é preciso fazer memória da injustiça”. E arremata: “a memória das vítimas é um dever. Se não se faz, é porque os vitimadores continuam sendo poderosos ou porque continua havendo medo, ou porque falta uma cultura da memória nos formadores de opinião pública”.

Reyes Mate é professor do Instituto de Filosofia do Conselho Superior de Pesquisas Científicas - CSIC e autor do livro *Justicia de las víctimas. Terrorismo, memoria, reconciliación* (Barcelona: Anthropos, Editorial del Hombre, 2008), entre outros. Em português, citamos *Memórias depois de Auschwitz* (São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Você poderia fazer referência ao contexto (sociopolítico) vivido durante a ditadura de Franco?

Reyes Mate - Foi tão longeva esta ditadura que no final conseguiu que se esquecesse a crueldade do princípio.

Porém, hoje os estudos que estão sendo feitos mostram a vontade exterminadora de todos os valores relacionados com o republicanismo. Não foi uma ditadura meramente “totalitária”, senão inicialmente fascista e criminosa até o final.

IHU On-Line - Como foram esses anos de morte na Espanha?

Reyes Mate - Há muita literatura sobre isso. Os direitos humanos brilhavam por sua ausência, o que não impedia que fosse um regime abençoado pela Igreja Católica, tanto a nacional como a vaticana, e apoiado pelos Estados democráticos do Ocidente, porque lhes vinha bem o feroz anticomunismo do regime. A Espanha era um solar em que a criação e a inteligência tinham que fazer-se clandestinamente. A situação na universidade era desastrosa, pois nos privaram de uma geração que foi assassinada ou condenada ao exílio. Impôs-se, em lugar do pensamento crítico, o que chamávamos de “tomismo-leninismo”, quer dizer, a escolástica tomista convertida em ideologia de um regime fascista.

IHU On-Line - Há desaparecidos políticos desse período?

Reyes Mate - No pós-guerra houve muitos desaparecidos do grupo dos vencidos. Muitos foram aparecendo. Porém, ainda hoje se calculam em mais de cem mil os que desapareceram.

IHU On-Line - De que maneira a Espanha combateu esses ressaibos da ditadura? Existiu alguma lei de Anistia ou foi utilizado outro tipo de recurso?

Reyes Mate - A transição política espanhola se fez em certas condições de inferioridade para os democratas. Foi preciso transigir muito. Se a oposição ao franquismo reivindicava “a anistia para os presos” (antifranquistas), os primeiros governos da transição decretaram duas anistias que favoreciam, sobretudo, os criminosos franquistas. Por isso falamos hoje de olvido, de esquecimento.

IHU On-Line - Quais foram as causas (os motivos) que levaram a Espanha a realizar esse ajuste de contas com o passado?

Reyes Mate - A transição não fez nenhum ajuste de contas, senão um esquecimento forçado pelas circunstâncias. É hoje que se está propondo a revisão dessa forma de esquecimento. A Lei da Memória Histórica foi um tímido passo em frente.

“A transição não fez nenhum ajuste de contas, senão um esquecimento forçado pelas circunstâncias. É hoje que se está propondo a revisão dessa forma de esquecimento. A Lei da Memória Histórica foi um tímido passo em frente”

IHU On-Line - Os arquivos da ditadura espanhola estão disponíveis ao público para serem consultados? Como se levou a cabo esse processo?

Reyes Mate - Alguns estão disponíveis. Mas, o problema é que muitos documentos foram destruídos conscientemente durante o tempo da transição.

IHU On-Line - Como se mantém a memória histórica desse período?

Reyes Mate - Com dificuldade, pois é preciso vencer a resistência dos políticos da transição (também os de esquerda), dos historiadores e da opinião de muita gente que não quer recordar esse passado. Quando alguém tenta fazer um juízo sobre o passado, como ocorreu ao Juiz Garzón, acaba ele mesmo sendo justificado.

IHU On-Line - Com respeito à Espanha, qual é o dever da memória histórica?

Reyes Mate - O dever de memória na Espanha e fora da Espanha é de justiça. Se levarmos a sério a justiça, é preciso fazer memória da injustiça. Se não o fazemos, se passamos páginas, estamos criando as condições para que a injustiça se repita. Basta, sim, que passe o tempo para que se olvide a injustiça: o que impede construir a política sobre novas vítimas, se, no fi-

nal, basta que passe o tempo para que tudo seja esquecido?

IHU On-Line - Como considera que os países que sofreram ditaduras devam lidar com esse fato no presente?

Reyes Mate - Levando a sério o dever de memória. Um presente construído sobre o esquecimento da injustiça, dificilmente poderá ser justo. Não terá escrúpulos em recorrer à injustiça como arma política.

IHU On-Line - De seu ponto de vista, o que impede o Brasil de abrir os seus arquivos da ditadura e dialogar com seu totalitarismo, quando a maior parte dos países da América Latina já o tem feito?

Reyes Mate - Vocês são os que devem responder a essa questão. Do ponto de vista moral, a memória das vítimas é um dever. Se não se faz, é porque os vitimadores continuam sendo poderosos ou porque continua havendo medo, ou porque falta uma cultura da memória nos formadores de opinião pública.

IHU On-Line - Países como Tunísia e Egito acabam de derrubar seus ditadores. Khadafi, na Líbia, treme encastrado no poder, sem deixar de promover uma repressão sangrenta. Qual é o futuro dos totalitarismos e que tipo de democracia se pode esperar depois destas mudanças?

Reyes Mate - O que ocorreu nesses países é um sinal de esperança que obriga os ocidentais a um profundo exame de consciência. Não se pode construir o bem-estar de uns sobre o mal-estar de outros. O aí ocorrido é uma lição para o Ocidente rico.

LEIA MAIS...

>> Reyes Mate já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Confira o material na nossa página eletrônica (www.unisinos.br/ihu).

* O campo de concentração está se convertendo no símbolo da política moderna. Edição número 160 da IHU On-Line, de 17-10-2005, intitulada Os desafios da justiça e as políticas para uma cultura da paz, disponível em <http://migre.me/43zOu>;

* A memória como antídoto à repetição da barbárie. Edição número 291 da IHU On-Line, de 04-05-2009, disponível em <http://migre.me/43z5d>.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Teologia Pública

Protestantismo e catolicismo na América Latina: desafios da democracia e do pluralismo religioso?

“A ideia de Igreja como algo que se confunde com a nacionalidade e reivindica um certo status preferencial dentro da sociedade está cada vez mais ameaçada”, aponta o pesquisador

POR GREYCE VARGAS

Pesquisas recentes indicam o crescimento do pentecostalismo no Brasil. Há, portanto, e isso é inegável, uma mudança no status religioso nacional. Segundo o sociólogo Paul Freston, o motivo deste declínio da Igreja Católica se dá porque o pluralismo e a democracia se apresentam como os grandes desafios para a religião. “É difícil manter a hegemonia na sociedade civil porque ela é cada vez mais independente, autônoma e plural. Assim, as ditaduras, mesmo aquelas que perseguiram a Igreja, eram situações mais favoráveis para a manutenção da posição social da Igreja”, explicou durante a entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, por telefone.

Paul Charles Freston nasceu na Inglaterra e é brasileiro naturalizado. Graduiu-se em História e Antropologia Social pela University of Cambridge (Inglaterra) e fez mestrado em Latin American Studies pela University of Liverpool. Também é mestre em Christian Studies pela Regent College. Já no Brasil, fez doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Recebeu o título de pós-doutor pela University of Oxford. Atualmente, é pesquisador sênior da Baylor University (EUA) e professor na Universidade Federal de São Carlos (SP). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor destaca os desafios da democracia e do pluralismo religioso para a Igreja Católica. Como se dão esses desafios?

Paul Freston - A questão do pluralismo e da democracia é um grande desafio para a Igreja Católica. Nesse ponto, tenho usado muitos apontamentos de uma cientista política estadunidense Frances Hagopian que trata bastante da democracia e do pluralismo religioso reforçando-se mutuamente para desafios relativos à Igreja Católica. Para ela, a democracia sem pluralismo religioso seria mais fácil para a Igreja manejar, ou o pluralismo sem democracia, mas as duas coisas ao mesmo tempo são um desafio maior.

IHU On-Line - A Igreja se encaminha para uma possível superação desses obstáculos?

Paul Freston - A questão é exatamente essa: que superação seria possível nesse momento? Não é fácil, porque, na realidade, os projetos da Igreja são muito ambiciosos e é difícil realizá-los. Nesse sentido, cada episcopado nacional acaba fazendo sua própria escala de prioridades. É difícil manter a hegemonia na sociedade civil porque ela é cada vez mais independente, autônoma e plural. Assim, as ditaduras, mesmo aquelas que perseguiram a Igreja, eram situações mais favoráveis para a manutenção da posição social da Igreja. Nesse período era mais fácil identificar o “inimigo” e era mais fácil a Igreja agir como “guarda-chuvas” de grupos opositoristas. Nesse sentido, essa situação era mais favorável à manutenção da situação da Igreja em relação à realidade atual, que é mais democrática e pluralista.

IHU On-Line - O que caracteriza e o que define, especialmente no Brasil, o pluralismo religioso?

Paul Freston - No Brasil, o pluralismo pode ser destacado em vários sentidos. Temos o declínio de declaração católica, de adesão nominal. Nós ainda não temos os dados religiosos do mais recente censo. Seria interessante ver isso. Mas os censos anteriores e pesquisas mais recentes indicam que na adesão nominal a Igreja vem perdendo cerca de 1% da população por ano. Aí temos o crescimento, principalmente, do pentecostalismo, do protestantismo histórico - menos, mas também impresso - e o crescimento dos chamados “sem religião”. Estes últimos formam um grupo muito heterogêneo. As outras religiões crescem menos, pelo menos em termos de declaração no censo. Sabemos que há muita dupla

filiação que não aparece no censo.

Além disso, tem o aspecto da questão do pluralismo interno católico, ou seja, pluralismo nas maneiras de ser católico, nas maneiras de crenças entre aqueles que se declaram católicos e isso é uma coisa que também vem crescendo cada vez mais. Então, temos vários tipos de pluralismo religioso.

IHU On-Line - O senhor afirma que, diante do “pluralismo multidimensional”, a Igreja Católica perderá seu status de “igreja no sentido weberiano”. Como isso acontece?

Paul Freston - Em parte por uma questão numérica. Quando você representa uma porção cada vez menor da população, torna-se mais difícil justificar que certos privilégios sejam formalizados, justificados. A ideia de igreja é de algo que se confunde com a nacionalidade e reivindica um certo status preferencial dentro da sociedade. É isso que está cada vez mais ameaçado.

Além do declínio numérico, depende também de outros fatores como o peso histórico da instituição dentro de cada país e dentro da América Latina há diferenças nesse sentido. Há países onde a Igreja tem um peso histórico maior do que em outros. Também depende da questão de prática. Ou seja, não é apenas uma questão de adesão nominal. Nesse sentido, é claro que o catolicismo vem se transformando na medida em que, perdendo devotos, as pessoas que permanecem tendem a ser mais atuantes, praticantes e identificadas. O catolicismo, então, vai se tornando, cada vez mais, uma religião de escolha no Brasil e não mais uma religião simplesmente herdada culturalmente. O sentido de ser católico, portanto, vai mudando.

IHU On-Line - O senhor fala de um projeto católico comum, a Nova Evangelização, adotado oficialmente em 1992. Poderia explicá-lo?

Paul Freston - É um pouco vago, na realidade, porque é um projeto de reconquistar a influência junto à sociedade civil, de ter uma influência não tanto diretamente do Estado. Isso é complicado. É justamente aí que o pluralismo e a democracia se complicam, porque limitam o alcance e a

“Na Europa há um crescente pluralismo, mas ele advém do processo de secularização e também do processo de imigração de pessoas mais religiosas”

possibilidade de a igreja ter essa influência que ela deseja. A sociedade civil vai se portando cada vez mais de forma autônoma. Então, esse projeto de uma reconquista da cultura vai se tornando menos viável, o que complica também, obviamente, a porcentagem da população católica e a debilidade institucional, ou seja, a falta de clero. Essa é uma questão crônica na América Latina.

IHU On-Line - Grande parte dos estudos sobre o fenômeno religioso tem como ponto de partida o cenário europeu ou anglo-saxônico, como os desafios do esvaziamento das igrejas, do islamismo crescente, do desaparecimento do sentido religioso. Na América Latina, ao contrário, que pontos o senhor destacaria como centrais para compreender o cenário religioso?

Paul Freston - Na Europa há um crescente pluralismo, mas ele advém do processo de secularização e também do processo de imigração de pessoas mais religiosas. Obviamente, imigrantes muçulmanos vêm logo à mente. Mas há imigrantes hindus e cristãos nessa “leva” para a Europa, sejam africanos, latino-americanos... Então, isso é o que marca a questão do pluralismo na Europa.

Já a América Latina não tem esse aspecto da imigração e a secularização, ou seja, não existe no mesmo patamar que acontece na Europa. O que ocorre aqui é um processo interno de fragmentação religiosa a partir de um passado de hegemonia católica mui-

to marcado pelo monopólio oficial. A América Latina se distanciou bastante porque produziu esse setor protestante, principalmente pentecostal, que a Europa latina não produziu. Por outro lado, a América Latina não produziu o secularismo antirreligioso que é encontrado em várias partes do sul da Europa. A situação aqui é bem diferente. Então, cada vez mais a América Latina vai se distanciando de tais partes da Europa.

IHU On-Line - Que fatores culturais e sociais diferem do cenário europeu-americano do cenário latino-americano?

Paul Freston - A América Latina é uma terceira coisa: não é nem o processo que teve no norte da Europa (que foi o processo de reformas nacionais e depois uma fragmentação dentro do campo protestante) nem o processo do sul da Europa (que foi de continuação da hegemonia católica). Porém, criou um setor antirreligioso muito forte. Depois, basicamente as outras formas religiosas permaneceram fracas. Também não foi o processo americano de um processo de pluralismo já de saída na própria formação da nação. Por causa disso, houve a decisão de separar a Igreja e o Estado, a aproximação com a ideia de nacionalismo e a criação do fenômeno da denominação. A Igreja Católica nos Estados Unidos teve que se enquadrar nisso e acabou adquirindo várias características das denominações protestantes.

IHU On-Line - Por trás da “descatolização” e da “protestantização” da AL, não estaria também a questão da relevância do discurso (das linguagens, das gramáticas) de cada uma dessas correntes religiosas no contexto atual?

Paul Freston - Não é isso que está acontecendo. O que ocorre é uma mudança no status público da Igreja Católica, mas também de uma transição protestante que é o fato de que muito dificilmente o protestantismo vai chegar a ser maioria em algum país latino-americano. Certamente, no Brasil a perspectiva não é essa. Prevejo que nas próximas décadas o crescimento protestante vai estabilizar, vai chegar

num patamar e se estabilizar. Ficaremos entre 20 e 35%. Quando estabilizar aí tudo muda. Essa é a questão.

Teremos um quadro religioso totalmente transformado nesse país; teremos um protestantismo que já não cresce como hoje. Não vai haver o mesmo triunfalismo e o mesmo jeito aguerrido. Vão ser produzidos outros tipos de líderes, outras relações entre as diferentes religiões e com a política. Vai ser muito diferente do que é hoje.

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica vai estabilizar. Porém, de uma forma diferente do que sempre foi. Pode até ser minoria; é possível que o censo do ano passado já dê uma minoria católica no estado do Rio de Janeiro, não no país todo. E quando estabilizar os “fiéis” da Igreja serão descritos como mais praticantes, identificados, compromissados.

As relações entre católicos e protestantes serão bem diferentes e, além disso, teremos um setor razoavelmente grande de pessoas adeptas a outras religiões ou “sem religião”. Essa situação pluralista vai ser mais difusa e não vai haver uma protestantização.

IHU On-Line - Nessa sociedade pós-moderna, e especialmente no contexto brasileiro, as igrejas estão sabendo encontrar o seu lugar?

Paul Freston - Tudo indica que sim. Algumas mais do que outras. Além disso, outras vão surgir totalmente novas. A princípio, a pós-modernidade não

“As relações entre católicos e protestantes serão bem diferentes e, além disso, teremos um setor razoavelmente grande de pessoas adeptas a outras religiões ou ‘sem religião’”

é mais nem menos favorável: é diferente. A tendência é produzir outros tipos de igreja ou a transformação de igrejas existentes que vão se adequar à nova situação.

IHU On-Line - Quais são as questões socioculturais mais importantes às quais as igrejas deveriam prestar mais atenção nesse cenário?

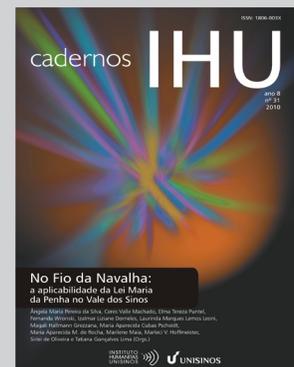
Paul Freston - Aí já é uma coisa mais normativa para as igrejas que eu não ousaria fazer. É claro que alguma coisa irá acontecer e que já sabemos que está em curso: a questão do envelhecimento da população. O Brasil vai passar a ter um outro perfil demográfico, com uma população mais estável, se não houver imigração. É possível que haja, porque o Brasil pode virar um país de

imigração novamente. Se isso não ocorrer, a população vai estabilizar, vai ficar mais envelhecida, e isso trará desafios diferentes para todas as religiões. Essa situação irá exigir outras abordagens e outras formas mais apropriadas para esse perfil demográfico.

Além do mais, creio que, se as coisas continuarem como estão, com uma democracia consolidada e uma situação econômica melhor, a tendência vai ser que a política e a vida pública terão espaços para outras questões. Nas últimas eleições vimos um início disso: a presença da questão do aborto adquirindo uma proeminência nos debates que não tinha antes nas eleições brasileiras. Isso pode ser um reflexo de uma situação de maior estabilização econômica e consolidação democrática.

Não creio que essa questão do aborto tenha mudado o curso das eleições, como algumas pessoas dizem. Um dia depois do primeiro turno fui perguntado por muitos meios de comunicação sobre isso e falei que seria improvável que essa questão teria sido a razão de haver um segundo turno. Depois, a pesquisa do Datafolha mostrou isso de fato. Mostrou que o debate acerca do aborto não foi o suficiente para mudar a situação. De toda forma, foi um tema que teve mais visibilidade em eleições brasileiras do que em momentos anteriores. Isso pode ser um prenúncio do que vem por aí, se a situação geral do país continuar melhorando.

CONFIRA OUTRAS PUBLICAÇÕES DO IHU



NA PÁGINA ELETRÔNICA WWW.IHU.UNISINOS.BR

Entrevista da Semana

A política na condução do desenvolvimento sustentável

O capital social pode ser utilizado para finalidades diversas, de acordo com o contexto no qual está inserido, assinala a socióloga Elena Battaglini

POR PATRICIA FACHIN E GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

“**A** política pode transformar o capital social em recursos positivos para o desenvolvimento sustentável de um território”, defende Elena Battaglini, em entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail. Segundo a socióloga italiana, a política desempenha um “papel crucial” ao mediar a relação entre sociedade e mercado “porque pode fornecer quadros de referência: a valoração de um escopo geral, de um sistema de valores e identitários, baseado na inclusão social”. Elena Battaglini ressalta que é preciso não confundir a sociedade civil com o mercado e para isso, aconselha: “é necessário saber olhar longe, além dos termos eleitorais ou os lucros de curto prazo. E pensar no futuro das próximas gerações. Gerações às quais é preciso poder pelo menos fazer desfrutar dos recursos (já escassos) aos quais faziam referência os nossos pais.

PhD em Sociologia Ambiental, Elena leciona na Faculdade de Sociologia da Universidade de Roma La Sapienza e Faculdade de Arquitetura da Roma Tre. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que se entende por sociologia do ambiente?

Elena Battaglini - A sociologia do ambiente, na Itália como no resto do mundo, se desenvolve a partir da discussão dos paradigmas da *mainstream sociology* na trilha do debate sociopolítico sobre a crise ambiental. O nascimento da sociologia do ambiente está relacionado a dois artigos seminais de Catton e Dunlap (1978; Dunlap e Catton, 1980) dos quais se origina a teorização de um “novo paradigma ecológico” que se opõe àquele do “isencionalismo” ou “excepcionalismo humano”.

Na Itália, os ecos deste debate chegarão mais tarde, uns 10 anos depois e se substanciarão na constituição de cátedras sobre a disciplina em algumas universidades italianas e numa série de estudos de cunho teórico, antes do que empírico.

IHU On-Line - Como se estabelece a interação (a relação) entre sistema social, ambiental e territorial?

Elena Battaglini - A interação entre sistemas ambientais e sociais não se es-

tabelece, se lê através de lentes interpretativas dos paradigmas (em sentido kuhniano) ou das teorias de referência (e nesta modalidade de resposta me coloco mais como socióloga construtivista do que estruturalista...).

No meu trabalho adoto, em particular, as perspectivas teóricas da sustentabilidade tridimensional (ambiente, economia e sociedade) pelo estudo do território; como aquelas da modernização ecológica para a análise de práticas de empresa que se enquadram em fenômenos de “alta via de inovação” para a análise da percepção social dos riscos, importante *driver* da demanda de bens materiais e imateriais de “qualidade”, principalmente nas sociedades industrializadas. E este último interesse-chave me constringe, como estudiosa, a encontrar novas sínteses nos debates entre estruturalistas e construtivistas que empenha há décadas a sociologia europeia.

IHU On-Line - Quais são os principais elementos da sociologia da produção e do consumo alimentar?

Elena Battaglini - As tensões entre ator e estrutura, entre cultura e contexto e entre as polaridades simbólico e material que caracterizam o debate das ciências sociais, sobretudo na Europa, se refletem nas tensões teóricas entre produção e consumo, âmbito no qual se coloca a alimentação.

Em temas de alimentação, é necessário indagar as modalidades com as quais disciplinas como a economia ou a sociologia rural, de uma parte, e a sociologia da alimentação, de outra, tematizam o alimento, cada uma com linguagem própria e estatuto disciplinar. É este o desafio teórico no qual se coloca o meu trabalho e ao qual tenho tentado contribuir com o meu livro *O Gosto Reflexivo. Para uma Sociologia da Produção e do Consumo alimentar*.

IHU On-Line - Pode explicar-nos o conceito de capital social e como este poderia responder às críticas de “esquerda”, feitas a este conceito?

Elena Battaglini - Sobre o conceito de capital social tem sido escritos rios de tinta a partir dos trabalhos de Bour-

dieu¹, Granovetter e Putnam. Pessoalmente, retenho que, principalmente nos estudos territoriais, este conceito seja útil se for considerada a relevância “situacional e dinâmica” (PISELLI, 2001). Como afirma um conhecido estudioso italiano: “o capital social pode ser utilizado para finalidades diversas, segundo os vínculos e as oportunidades determinadas do contexto institucional no qual está inserido. O uso se modifica no tempo ao mudar das exigências de adaptação dos atores com respeito ao contexto” (TRIGILIA, 2001). Como estudiosa devo afirmar que, lastimavelmente, o alcance semântico deste conceito não tem sido satisfatoriamente operacionalizado em nível empírico. Como pessoa de “esquerda” digo que, para os fins da sustentabilidade, é a política que pode transformar o capital social em recursos positivos para o desenvolvimento sustentável de um território. A política à qual assinalo tem um papel crucial no mediar a relação entre sociedade e mercado, visto que pode fornecer quadros de referência: a valoração de um escopo geral, de um sistema de valores e identitário, baseado na inclusão social (cf. GARIBALDO, 2003).

IHU On-Line - Qual é a importância das universidades em relação à formação de capital humano, um capital humano que não seja sujeito às flutuações do mercado?

Elena Battaglini - Responder a esta pergunta, neste momento histórico,

¹ Pierre Bourdieu (1930-2002): sociólogo francês. De origem campesina, filósofo de formação, chegou a docente na École de Sociologie du Collège de France, instituição que o consagrou como um dos maiores intelectuais de seu tempo. Desenvolveu, ao longo de sua vida, mais de trezentos trabalhos abordando a questão da dominação e é, sem dúvida, um dos autores mais lidos, em todo mundo, nos campos da Antropologia e Sociologia, cuja contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Seu primeiro livro, *Sociologia da Argélia* (1958), discute a organização social da sociedade cabila e, em particular, como o sistema colonial interferiu nesta sociedade, em suas estruturas e desculturação. Dirigiu, por muitos anos, a revista *Actes de la recherche en sciences sociales* e presidiu o Comitê Internacional de Apoio aos Intelectuais Argelinos - Cisia, sempre se posicionado clara e lucidamente contra o liberalismo e a globalização. (Nota da IHU On-Line)

na Itália, me provoca uma dor pungente. Deixar de lado a emotividade de quem, como eu, junto a muitos outros, está assistindo ao desmantelamento de um sistema pedagógico que até poucos anos atrás constituía uma excelência na Europa, escusai-me, requer certo esforço. Considerado isso, o estudo universitário, a meu ver, deve contribuir para formar nos estudantes três aspectos:

– a **consciência crítica**: numa palavra, a curiosidade no lançar-se além das aparências e, conjuntamente, a paixão pelo rigor e o método de uma argumentação, verdadeiro parâmetro com que distinguir verdades científicas de afirmações subjetivas;

– o **senso do relativo**: o saber posicionar um fenômeno ou uma argumentação no contexto espaço-temporal do qual se faz expressão;

– a **capacidade de captar os nós dos sistemas (complexos)**: objeto de estudo e, quem sabe, a vontade de analisar a direção causal dos liames entre estes.

Eis, um estudante que queira, digamo-lo assim, cavalgar as flutuações do mercado, e não ser, ao invés, atropelado por elas, deve poder adquirir estas competências.

IHU On-Line - Qual é o papel do capital social no atribuir valor ao território, principalmente quando falamos de sustentabilidade?

Elena Battaglini - O papel do capital social em nível territorial se desempenha em termos de qualidades de dinâmicas relacionais entre os atores socioeconômicos e os cidadãos, na qualidade do patrimônio de conhecimentos, também tácitos e, enfim, na confiança entre sujeitos e entre estes e as instituições.

IHU On-Line - O que é preciso fazer para não confundir a sociedade civil com o mercado?

Elena Battaglini - É necessário saber olhar longe, além dos termos eleitorais ou os lucros de curto prazo. E pensar no futuro das próximas gerações. Gerações às quais é preciso poder pelo menos fazer desfrutar dos recursos (já escassos) aos quais faziam referência os nossos pais.

Participe dos eventos do IHU
Informações www.ihu.unisinos.br



Avanços tecnológicos e os desafios da educação

POR NADIA HELENA SCHNEIDER*

Ao observar o atual cenário mundial no qual o capitalismo intensifica o processo de mudança de sua base técnica e organizacional, apoiado por mecanismos neoliberais, a informação, a comunicação e a educação passam a ter um papel fundamental na infraestrutura básica responsável pelo desenvolvimento econômico e social de um país. Diante dessa realidade, o presente artigo traz uma breve reflexão sobre os avanços das Tecnologias da Informação e da Comunicação - TIC no campo da educação, enfatizando a informação, o conhecimento, e o processo educacional como subsídios para o aprendizado e a construção de novos saberes capazes de elevar o crescimento de uma nação. o aprendizado e a construção de novos saberes capazes de elevar o crescimento de uma nação. Compreendendo a informação como matéria-prima tecnológica e recurso de poder da atual organização mercadológica, a comunicação, através dos novos aparatos tecnológicos, atuando no processo de difusão e a educação como formadora de novas competências, o que deveria ser feito? Em dimensão societária, deveríamos estar preparando reparar os indivíduos para um mercado glo-

bal, que requer educação continuada e capacitação qualificada para realizar trabalhos altamente complexos. Observe-se que, diante desse quadro, as TICs, responsáveis pelas transformações dos processos de trabalho, da reorganização dos modos produtivos e comerciais das empresas capitalistas e das relações interpessoais, são elementos-chave que impõem, à sociedade e suas instituições, a aquisição de equipamentos, linguagens e conhecimentos específicos, sem os quais as condições de efetivar o propalado desenvolvimento dificilmente se efetiva.

Sendo essa a realidade, no campo da educação, há algumas políticas que buscam enfrentar os reflexos das exigências da economia global, em cenário neoliberal, na tentativa de sanar o tamanho do impacto das novas possibilidades tecnológicas e propor alternativas, no processo ensino aprendizagem, visando qualificar e adequar a educação, segundo novas exigências. Entretanto, existe claramente um descompasso entre os esforços da iniciativa estatal em reduzir os impactos da crise educacional, flagrada nos últimos anos, e o aumento nos incentivos mercadológicos.

* Doutora em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade - Cepos (apoiado pela Ford Foundation), professora e coordenadora pedagógica da Modalidade EJA no Município de Dois Irmãos. E-mail: <nadiahs@terra.com.br>.

Ressalta-se que a forma mais eficiente para promover o desenvolvimento de um país é por meio da educação. E quanto mais precoce melhor. Isto porque ela permite a formação de bons hábitos desde a infância, e a oportunidade para desenvolver precocemente a consciência de ser cidadão, aspecto importante na formação de futuros profissionais de um país que ambiciona competir no mercado econômico mundial.

Levando em conta que as políticas sociais neoliberais dão ênfase à competitividade e defendem a ideia de que o mercado deva ser o grande instrumento de regulação social, a eficiência produtiva é considerada peça fundamental na reestruturação do capital. Sendo assim, o emprego de uma mão de obra qualificada e escolarizada está diretamente relacionado a alcançar maiores índices de competitividade econômica. Desse modo, avançar com políticas públicas educacionais que pensem e favoreçam a utilização das TICs na educação, como práticas sociais transformadoras, requer igualmente pensar em políticas de inserção dessas tecnologias nas escolas dos diversos níveis de ensino. O mesmo vale ao se discutir tanto questões referentes à alocação de recursos públicos quanto a refletir sobre o processo de trabalho, especialmente do ensino a distância. Isto não apenas como suporte, mas como prática intelectual e cultural qualificada, horizontalizada e cooperativa-

“Existe claramente um descompasso entre os esforços da iniciativa estatal em reduzir os impactos da crise educacional, flagrada nos últimos anos e o aumento nos incentivos mercadológicos”

da. Também é oportuno disponibilizar situações e atividades por meio das mídias, para a construção de novos conhecimentos, nos espaços educacionais, que possibilitem ao jovem, desde a formação fundamental até o término do ensino superior, estímulo para interferir na melhoria das condições de vida de sua comunidade, conscientizando-o do seu papel como cidadão.

Embora a educação busque acompanhar os movimentos históricos, numa relação de cumplicidade com as necessidades e os objetivos da demanda social vigente, é visível o crescimento de um contingente cada vez maior de infoexcluídos. Isto, conseqüentemente, acirra a desigualdade entre as classes sociais e, por sua vez,

dificulta a ampliação do exercício da democracia por todos os atores sociais, bem como o desenvolvimento econômico do país.

Portanto, é indiscutível o fato de que o acesso à informação e a uma educação capaz de transformar essas em conhecimento é forte fator decisivo para a ampliação das possibilidades de inserção no mercado de trabalho, assim como acesso a qualidades fundamentais para o exercício da cidadania, na atualidade.

Sendo assim, dada as possibilidades tecnológicas vislumbrarem novas maneiras de aprender e ensinar que podem assegurar a produção de novas subjetividades, novos saberes e, portanto, mudanças culturais e sociais, são imprescindíveis políticas governamentais articuladas entre a proposição e a materialização, envolvendo ações de planejamento sistemático, para modificar a deficiente realidade educacional do país.

Diante do que foi pontuado, cabe enfatizar que o cenário característico da sociedade da informação e o surgimento das novas tecnologias de mídias digitais desafiam a sociedade civil organizada a buscar novos rumos de organização e novas formas de gestão da informação, onde exista controle e fiscalização, bem como ficar atenta com relação às políticas públicas de comunicação e educação, a fim de garantir a formação de cidadãos não só bem informados, mas, sobretudo, livres e autônomos.



ESPECIALIZAÇÃO EM TELEVISÃO E CONVERGÊNCIA DIGITAL

TURMAS EM PORTO ALEGRE

Inscrições pelo site www.unisinos.br/especializacao/televisao_digital/
ou pela central de relacionamento da Unisinos Fone : 3590-8131

**AULAS EM CONJUNTO
COM A GLOBO
UNIVERSIDADE**

REALIZAÇÃO:
 UNISINOS

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 11-04-2011 a 16-04-2011.

Complexo Termelétrico de Candiota: “Uma licença nula por natureza”

Entrevista especial com Paula Schirmer, promotora da República

Confira nas Notícias do Dia 11-04-2011

Acesse no link <http://migre.me/4fKK1>

A procuradora da República do município de Bagé, Paula Schirmer, pediu a suspensão da operação das Fases A e B da usina termelétrica de Candiota e a anulação da licença de operação da Fase C. Segundo ela, além de gerar poluição, o complexo termelétrico de Candiota compromete os recursos hídricos da região.

“A intelectualidade de massas é o futuro”

Entrevista especial com Ivana Bentes, jornalista e pesquisadora

Confira nas Notícias do Dia 12-04-2011

Acesse no link <http://migre.me/4fKNy>

Para a diretora da Escola de Comunicação da UFRJ, Ivana Bentes, o desafio dos cursos de jornalismo e da profissão é pensar a mídia dentro de um espaço mais amplo, da Cultura Livre. Isso ocorrerá a partir da mudança de mentalidade em relação ao modelo de democracia que queremos.

Fernando Lugo segundo a imprensa brasileira

Entrevista especial com Rafael Foletto, sociólogo

Confira nas Notícias do Dia 13-04-2011

Acesse no link <http://migre.me/4fLr7>

O sociólogo Rafael Foletto comenta nesta entrevista alguns aspectos de sua dissertação, intitulada De bispo a presidente: as representações de Fernando Lugo na mídia impressa brasileira. Para ele, o jornalismo constrói estratégias de produção simbólica em torno da figura do presidente do Paraguai, retratando o país como uma nação econômica e socialmente atrasada e que só pode crescer com o apoio dos latifundiários brasileiros que produzem soja no país.

Escola da Amazônia. Uma experiência de amor à floresta
Entrevista especial com Silvio Marchini, biólogo

Confira nas Notícias do Dia 14-04-2011

Acesse no link <http://migre.me/4fLEs>

Autor do livro Guia de Convivência Gente e Onças, Silvio Marchini defende que, para proteger a floresta amazônica, é preciso aproximar as pessoas à floresta. Criador da Escola da Amazônia, Marchini desenvolve um trabalho de conscientização da população e diz que a desinformação é a grande inimiga da floresta.

A mobilidade urbana de Porto Alegre e região metropolitana

Entrevista especial com Luciana Rohde e João Fortini Albano

Confira nas Notícias do Dia 15-04-2011

Acesse no link <http://migre.me/4fLLH>

Ao analisar a mobilidade urbana da capital gaúcha e região metropolitana e os projetos para melhorar o tráfego, os pesquisadores dizem que bons projetos são perdidos ou encaalhados em função da burocracia e das limitações financeiras. Segundo Luciana Rohde, as obras da RS-010 são um exemplo emblemático de falta de planejamento. “O Estado [do RS] alega não possuir recursos para viabilizar a obra e a saída proposta pelo governo anterior - parceria público-privada - esbarrou em limitações jurídicas”. Para Albano, esses problemas acontecem porque o modelo de planejamento urbano é fraco.

Protestantismo e catolicismo na América Latina: desafios da democracia e do pluralismo religioso

Entrevista especial com Paul Freston, sociólogo

Confira nas Notícias do Dia 16-04-2011

Acesse no link <http://bit.ly/f8naqy>

Pesquisas recentes indicam o crescimento do pentecostalismo no Brasil. Há, portanto, e isso é inegável, uma mudança no status religioso nacional. Segundo o sociólogo, o motivo deste declínio da Igreja Católica se dá porque o pluralismo e a democracia se apresentam como os grandes desafios para a religião.

Programação de Páscoa IHU 2011

Debate sobre cuidado da vida na cultura contemporânea e
Ciclo de Filmes e Debates:
Sociedade Sustentável no cinema



Exibição de Filme: Home - Nosso planeta, nossa casa (Yann Arthus-Bertrand, 2009, 90 min)
Apresentação: Prof. MS Gelson Luiz Fiorentin - Unisinos

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
De 30/03 a 28/04
Informações no endereço eletrônico
www.ihu.unisinos.br



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 19-4-2011
<p>Evento: Páscoa IHU 2011 - Debate sobre cuidado da vida na cultura contemporânea Apresentação: Bel. Ana Maria Casarotti - Unisinos Jesus no cinema - Exibição do filme A Paixão de Cristo (Mel Gibson, EUA, 2004, Drama, 126min) Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 19h30min às 22h</p>
Dia 26/4/2011
<p>Evento: Páscoa IHU 2011 - Debate sobre cuidado da vida na cultura contemporânea Apresentação: Prof. MS Gelson Luiz Fiorentin - Unisinos Sociedade sustentável no cinema - Exibição de Filme: Home - Nosso Planeta, Nossa Casa (Yann Arthus-Bertrand, 2009, 90 min) Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 19h30min às 22h</p>
Dia 27/4/2011
<p>Evento: Observasinos - Oficina Indicadores Socioeconômicos e Tratamento Estatístico Apresentação: Profa. MS Claudia Angelita Fagundes Raupp - Unisinos Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 14h às 17h</p>
Dia 28/4/2011
<p>Evento: IHU Ideias - Abril 2011 - Mutações no mundo do trabalho: a concepção de trabalho de jovens pobres (Lançamento do Cadernos IHU com o mesmo título) Apresentação: Prof. Dr. André Langer - Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT / Curitiba Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 17h30 às 19h</p>

21 de maio

Escola de Formação Fé, Política e Trabalho 2011

Da alienação à conscientização para uma prática transformadora da realidade.

Assessoria: Prof. Dr. Pedrinho Guareschi - PUC/RS

www.ihu.unisinos.br

IHU Repórter

Claudio Pereira Elmir

POR MÁRCIA JUNGES E ANELISE ZANONI | FOTO ARQUIVO PESSOAL

A trajetória de vida da família sírio-libanesa, que chegou ao Rio Grande do Sul no início do século XX, inspira parte dos estudos e da formação do professor de História Cláudio Pereira Elmir. Natural de Porto Alegre, ele reconhece em autores que falam da imigração um pouco de sua própria história.

Com os estudos e a experiência de vida, o professor formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS iniciou a docência aos 22 anos. cursou mestrado e doutorado em História na mesma instituição e, desde 1989, é professor da Unisinos, onde hoje atua na graduação e pós-graduação. Sua pesquisa atual trata de narrativas de ex-exilados políticos do período das ditaduras civil-militares na América do Sul.



Origens - Nasci em Porto Alegre, cidade em que minha família mora. Pertencemos a um núcleo familiar pequeno: meu pai é filho único e minha mãe tem apenas um irmão, que vive em Santa Catarina.

Atualmente, a família é composta por minha avó, minha mãe, meu pai e duas irmãs. Recentemente, uma pessoa muito especial, o Volnei, se incorporou à nossa família e vive comigo há pouco mais de três anos.

Pelo lado paterno, somos de origem sírio-libanesa e com tradição de pequenos comerciantes. A partir da minha geração e a das minhas irmãs, cessou esta trajetória. Meus avós são filhos de imigrantes que chegaram ao Brasil durante a I Guerra Mundial.

Passei a infância em Porto Alegre, no bairro Azenha. No local onde os meus bisavós moravam, uma propriedade da década de 1920, vive a minha avó, de 88 anos, atualmente na companhia dos meus pais. Não é mais a mesma casa, mas é o mesmo lugar. Para mim, isto é muito significativo. Até hoje é mantida na calçada uma pequena rampa de pedras, por onde

entrava meu bisavô de carroça.

Lembro de, na infância, conviver bastante com minha irmã mais velha, que hoje, aos 45 anos, é funcionária do TRT, e que nos deu uma linda e inteligente sobrinha. Minha irmã mais nova nasceu quando eu tinha 16 anos. É quase uma filha para mim, e hoje, aos 28, trabalha na Caixa Econômica Federal.

Escolha profissional - Sempre tive muito interesse pela disciplina de História no colégio. Acho que pelo fato de ter boas professoras na época. Entretanto, tinha muita dúvida sobre qual carreira seguir quando fiz o vestibular. Optei por tentar História na UFRGS e Direito na PUCRS. Também cogitava o Jornalismo.

Passei nos dois vestibulares, mas escolhi estudar História. O interessante é que, ao longo da minha formação, dei-me conta que aproximei as três áreas. No mestrado, trabalhei com o discurso sobre o crime na imprensa, articulando a História ao Jornalismo e ao Direito. Estudei o jornal "Última Hora", o antecessor da "Zero Hora". No doutorado, também trabalhei com

crimes, especificamente com os famosos crimes da Rua do Arvoredo, ocorridos em Porto Alegre na segunda metade do século XIX.

Mercado de trabalho - Na verdade, a profissão de historiador não é regulamentada, mas existe a profissão de professor. Embora tenhamos o bacharelado, o campo é relativamente restrito, com algumas vagas em arquivos e museus. Além disso, tem aumentado o campo de oportunidades, porque surgem memoriais na Justiça, principalmente em locais como Tribunais de Justiça, Ministério Público. Nessas áreas podemos construir a história das instituições e de seus membros. São poucas as pessoas, porém, que conseguem ter inserção nas histórias institucionais.

Também há possibilidade de escrever sobre grandes empresas ou indústrias que querem registrar a própria trajetória e que buscam contratar historiadores para este trabalho. No entanto, há, nestes casos, um inevitável comprometimento com a empresa, e o historiador não pode ter tanta autonomia no seu ofício.

Vida acadêmica - Toda minha trajetória acadêmica se deu na UFRGS. Entrei na graduação em 1985 e, quando me graduei ingressei imediatamente no mestrado e, depois, no doutorado. Considero minha formação pouco diversificada porque estive sempre na mesma instituição, o que não é recomendado. Entretanto, esta foi a trajetória que eu cumpri, e da qual tenho alguns motivos para me orgulhar.

Quando terminei a graduação, fui imediatamente contratado pela Unisinos, em 1989. Na época, tinha 22 anos, tendo sido o meu primeiro emprego. Fiquei na instituição durante um ano e meio e fui demitido em agosto de 1991, durante um momento de crise aguda da universidade. Em seguida, fui contratado pela Ulbra e, em 1993, me chamaram novamente para trabalhar na Unisinos. Consegui trabalhar nas duas universidades até o ano 2000, quando optei apenas pela Unisinos para poder me dedicar ao doutorado, o qual concluí no final de 2002.

Momentos distintos - Considero que tenho duas casas, a UFRGS e a Unisinos. A primeira delas porque fiz toda minha formação lá e sou querido pelos colegas, que no passado foram meus professores, e pelos atuais professores, que antes foram meus colegas de aula. A Unisinos também é a minha casa, porque é o meu primeiro emprego, onde passo a maior parte do dia, e porque posso ter orgulho de aqui trabalhar. Em 2007, o Curso de História sediou o mais importante congresso científico da área no país e creio ter sido o maior evento promovido pela UNISINOS, reunindo, em pleno recesso de julho, mais de cinco mil pessoas (pesquisadores, professores e alunos) no câmpus. Até hoje temos a repercussão positiva deste simpósio nos mais diferentes recantos do Brasil. Acho que a instituição mudou muito nestes últimos anos e está cada vez mais em busca da seriedade acadêmica. Este fenômeno é muito visível, especialmente na pós-graduação. Os momentos difíceis dentro da instituição coincidiram com situações de crise econômica.

Hoje, o contexto é outro. É difícil, por exemplo, pensar na contratação de um professor que tenha apenas a graduação, como acontecia até a década de 1980. Atualmente, os processos de gestão da universidade são mais profissionalizados e os controles são múltiplos.

Esportes e lazer - Sou bastante sedentário, mas gosto muito da praia e temos uma casa em Rainha do Mar, que é uma espécie de refúgio para a gente respirar. Vou à praia o ano todo, gosto de caminhar, ler, curtir a casa. Gosto das atividades que fazemos na praia e dos encontros familiares que ocorrem por lá. Reunir primos e criar momentos gastronômicos é muito bom. Cozinhar um pouco, sei fazer coisas triviais, mas as faço especialmente na praia. O Volnei é muito melhor do que eu neste ponto.

Também visito minha família em Porto Alegre todos os finais de semana, porque decidi morar em São Leopoldo há cerca de quatro anos, já que passo quase todas as tardes e algumas noites trabalhando na Unisinos. Outra atividade que gosto é ir ao cinema, mas tenho frequentado pouco - os últimos a que assisti foram "Cisne Negro" e "O Discurso do Rei". Desde que fecharam os cinemas Guion do aeroporto passei a ir menos ao cinema, porque considerava o local bastante prático, e os filmes, em geral, muito bons. Meu filme preferido, se tivesse que apontar apenas um, é "O céu que nos protege", de Bernardo Bertolucci. Ali é possível se deparar com o sublime.

Leituras - Leio muitas coisas que são obrigações do ofício, como dissertações e teses. Atualmente estou trabalhando, na pesquisa, textos literários de dois autores: Flávio Tavares e Ariel Dorfman, este último um escritor chileno. Tenho explorado bastante a literatura de testemunho e recentemente li uma obra da argentina Tununa Mercado, "Em estado de memória", publicada em Buenos Aires em 1990, mas traduzida apenas agora para o português.

Alguns autores me chamam atenção e eu sigo perseguindo-os, como Ítalo Calvino - gosto muito de

"Cidades Invisíveis" e "Por que ler os clássicos". Milton Hatoum, um autor brasileiro de origem libanesa, é um grande escritor. Ele tem uma produção pequena, muito intermitente, mas todos os livros muito elogiados e premiados.

Aos poucos, reconheci na literatura de imigração muitos dos fragmentos da minha trajetória familiar, o tipo de funcionamento da família, as relações sociais, as atividades profissionais, especialmente o comércio. Gosto muito do seu livro de estréia, "Relato de um certo Oriente". Estes temas também encontramos nas obras de Raduan Nassar, que escreveu o livro "Lavoura Arcaica", um dos relatos mais dramáticos que conheço, tratando de conflitos familiares, e que virou filme. Caio Fernando Abreu também tem textos lindos, especialmente os volumes de crônicas de sua última fase e o livro de cartas publicado postumamente.

Sonhos - Acho que não tenho muitos sonhos. Diferentemente da maioria das pessoas que conheço, não tenho especial interesse por viajar. Especialmente porque eu odeio aviões. Quero viver uma vida tranquila, estar com as pessoas de quem eu gosto, construir uma carreira com seriedade e comprometimento e ter o reconhecimento entre meus colegas da História. Eu vivo de afetos. Preciso me sentir interpelado pessoalmente e afetivamente pelas pessoas. Isto é o que me move.

IHU - Não acompanho muito de perto o funcionamento do Instituto Humanitas Unisinos, mas sempre percebemos que o IHU é um lugar privilegiado para a construção do conhecimento, para a discussão de questões que, muitas vezes, não encontramos pautadas no dia a dia e no cotidiano da sala de aula. Além disso, ele se destaca pelos eventos internacionais, quase todos de grande porte. Também considero a revista muito interessante, porque mantém qualidade em edições semanais, o que é uma coisa rara de se ver, especialmente fora do circuito da grande imprensa. Eu sempre passo os olhos por ela.

Destaques

Cadernos IHU

Mutações no mundo do trabalho - A concepção de trabalho de jovens pobres é o tema abordado na última edição do **Cadernos IHU**, número 34, de autoria de André Langer. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Langer analisa a proximidade de jovens entre 18 e 29 anos com as novas tecnologias e, paradoxalmente, as dificuldades que eles encontram no mercado de trabalho em função da reestruturação capitalista que exige mais qualificação.

O **Cadernos IHU** será lançado no dia 28-04-2011, quando André Langer, pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, parceiro estratégico do Instituto Humanitas Unisinos -IHU, proferirá no Instituto Humanitas Unisinos - IHU uma palestra sobre o assunto. A seguir haverá um debate com o público. O evento acontecerá às 17h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU.

A versão impressa do **Cadernos IHU** número 34 está disponível no IHU. No mês de maio, a publicação estará na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br) para download.



Sociedade sustentável no cinema

O consumo excessivo tem um impacto direto sobre a Terra e mudanças comportamentais são necessárias para reduzir os efeitos nefastos gerados até então. Foi com a ideia de conscientizar a sociedade que Yann Arthus produziu o documentário *Home - Nosso Planeta, Nossa Casa*, que será exibido na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, no dia 26-04-2011, às 19h30min. O evento faz parte da Programação de Páscoa IHU 2011, que tem como temática este ano a sociedade sustentável. O filme será apresentado pelo professor Ms. Gelson Luiz Fiorentin, da Unisinos..



Mamãe não está em casa

Qual é o papel da mãe na sociedade contemporânea? Na atual realidade social, as mulheres desempenham diversas funções e tentam conciliar o tempo para atender a todas as demandas. Elas são profissionais, chefes de família, estudantes, esposas, mães. Para falar sobre os desafios das mulheres, hoje, e das relações entre mães e filhos, o psicanalista Alfredo Jerusalinsky ministrará a palestra *Mamãe não está em casa*. Complexidade e nuances da maternidade contemporânea. O evento acontece em 5 de maio, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, às 17h30min. Mais informações no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Siga o IHU no



(http://twitter.com/_ihu)

E também no



(<http://bit.ly/ihufacebook>)

Apoio:

